

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

Fernando de Melo Nogueira

Economia Globalizada: Mercado, Governabilidade e Democracia

**Belo Horizonte - MG
2002**

Fernando de Melo Nogueira

Economia globalizada: mercado, governabilidade e democracia

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política

**Orientador: Prof. Bruno Pinheiro
Wanderley Reis**

Belo Horizonte

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Universidade Federal de Minas Gerais

23/08/2002

320

N788e

2002

Nogueira, Fernando

Economia globalizada [manuscrito] : mercado, governabilidade e democracia / Fernando Nogueira. - 2002. 124 f.

Orientador: Bruno Pinheiro Wanderley Reis.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Ciência política – Teses. 2. Globalização - Teses. 3. Estado - Teses. 4. Democracia - Teses. 5. Capitalismo - Teses. I. Reis, Bruno Pinheiro W. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

Fernando de Melo Nogueira

Economia globalizada: mercado, governabilidade e democracia

Banca Examinadora:

**Prof. Bruno Pinheiro Wanderley Reis (orientador)
(DCP/UFMG)**

**Prof. Juarez Rocha Guimarães
(DCP/UFMG)**

**Prof. Frederico Gonzaga Jayme Jr.
(FACE/UFMG)**

Aos meus

Eliana,

Fernanda,

Luiza,

André e

Júlio Natan.

A minha mãe, Maria Inês

Agradecimentos:

Ao Júlio, pela amizade.

Aos professores do DCP/FAFICH, em particular ao Prof. Juarez Guimarães, pelo exemplo.

Ao CAPES, pela confiança.

Agradecimento especial ao Prof. Bruno que, com zelo, paciência e enorme generosidade, sempre esteve pronto para auxiliar-me em minhas limitações.

“A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo não pode nascer; neste interregno, surge uma grande variedade de sintomas mórbidos”.

Gramsci.

RESUMO

A dissertação ora apresentada discute, sob uma perspectiva histórica, o caráter crucial das relações entre mercado e Estado, especialmente no contexto da globalização, entendida não como processo recente, mas que se vem constituindo ao longo da formação do capitalismo. Por um lado, pretende-se analisar as consequências do processo de globalização que, apesar de promover maior integração econômica, traz em seu bojo o desemprego e a desigualdade. Por outro, busca-se entender, diante da expansão do capital, o debilitamento do poder dos estados nacionais. Se o atual modelo econômico global e a disfunção do aparelho estatal sinalizam o rompimento de limites para a reprodução do capitalismo, a exclusão social impõe-lhe sérios obstáculos políticos e possibilita o surgimento de movimentos intensos e imprevisíveis de questionamento das instituições democrático-representativas existentes. Uma vez identificadas a crise do Estado, a dificuldade de superar a miséria e o desemprego e a distribuição desigual da riqueza entre os estados nacionais, este estudo questiona os limites e as possibilidades da democracia. Assim, a exaustão do ciclo expansivo responsável pelo elevado dinamismo econômico do pós-guerra, a exclusão social e os percalços da democracia evidenciam a necessidade de repensar as atuais formas de organização política, colocando-se, pois, o desafio de uma nova ordem.

Palavras-chave: globalização, Estado, democracia, capitalismo.

ABSTRACT

The thesis now presented discusses, from a historical perspective, the crucial nature of relations between the Market and the State, especially in the context of globalization, which is understood not as a recent process, but, rather, as a process that has been developed over the years since the beginning of capitalism. On the one hand, we analyze the consequences of the globalization process which, despite promoting greater economic integration, naturally brings with it unemployment and social inequality. On the other hand, considering the expansion of capital, it is important to understand the decaying power of the national states. If the current global economic model and the dysfunction of the state machinery point to the disruption of limits for the reproduction of capitalism, social exclusion creates political obstacles and gives rise to intense and unpredictable movements that query the existing democratic-representative institutions. As we identify the State crisis, the challenge of overcoming poverty, unemployment, and the uneven distribution of wealth among the national states, this thesis questions the limits and possibilities of democracy. Thus, the exhaustion of the expanding cycle responsible for post-war high economic dynamism, social exclusion and the obstacles for democracy underscore the need to reconsider the current political organization forms, calling for a new order.

Key words: globalization, State, democracy, capitalism

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
ESTADO E MERCADO.....	21
ESTADO EMPRESARIAL.....	34
ESTADO KEYNESIANO.....	37
GLOBALIZAÇÃO E GOVERNABILIDADE.....	41
GLOBALIZAÇÃO E DEMOCRACIA.....	65
GLOBALIZAÇÕES (considerações finais).....	100
BIBLIOGRAFIA.....	116

INTRODUÇÃO

A democracia, devemos admitir, superou o desafio do comunismo histórico. Mas de que meios e ideais dispõe para enfrentar os mesmos problemas que deram origem ao desafio comunista?

Norberto Bobbio

As consequências das políticas liberais adotadas nas últimas décadas, associadas ao amplo processo de globalização, especialmente o desemprego estrutural e o aumento da desigualdade, demonstram a profunda opacidade do futuro. Malgrado o discurso hegemônico, traduzido por alguns como o “fim da história”, contradições profundas permanecem no planeta. Crises financeiras em diversas partes do mundo e movimentos de contestação, reveladores de um mal-estar persistente em relação à nova ordem – Seattle, Praga, Gênova e Porto Alegre, por exemplo – salientam a fragilidade ou a falta de governança no sistema globalizado mundial. Sob a “pax americana” perseveram antigos fantasmas do capitalismo: segundo o relatório de *Situação Social do Mundo para 2001*, da Organização das Nações Unidas, existe no mundo, hoje, uma multidão de 800 milhões de famintos.¹

Apesar da gravidade e da imprevisibilidade da situação, o Estado, ente que se fortaleceu gradual e continuamente ao longo do desenvolvimento do capitalismo, em especial desde o século XVIII, pressionado por um lado a assistir às crescentes populações carentes e por outro, forçado pela hegemonia liberal a

¹ Com os conflitos bélicos mundiais, especialmente com as consequências da guerra dos EUA contra o terrorismo, essa situação deve piorar. O crescimento econômico mundial, segundo o Banco Mundial, diminuirá para níveis próximos aos de recessão no período 2001-2002. O próprio Banco Mundial alertou que os ataques nos EUA aumentarão a pobreza no mundo. Em sua primeira previsão oficial depois dos atentados, o Banco informou que eles levarão mais 2 milhões de africanos à pobreza e à morte de cerca de 40 mil crianças por desnutrição e outras doenças. A desaceleração econômica obrigará mais de 10 milhões de pessoas a viver com US\$1 por dia, ou menos (Banco Mundial In: *Invertia.com*, 1/10/2001 atualizado às 18:10). De fato, segundo Clovis Rossi, analista da Folha de S. Paulo, existe hoje um formidável contingente de 1,2 bilhão de seres humanos que o Banco Mundial calcula sobreviverem com a miséria de US\$1 por dia (Folha de S. Paulo, 10/02/2002, p. A6). Estes dados demonstram o quanto a economia mundial está entrelaçada e quão dependente a economia periférica é da economia norte-americana.

gerar constantes *superavits* fiscais, nas últimas décadas, passa por profunda crise. Para Hobsbawm, este fenômeno

“...foi reforçado pela ideologia dos governos neoliberais, explicitamente dirigida contra o Estado, a fim de enfraquecê-lo, de inverter deliberadamente a tendência histórica ao fortalecimento de seu papel, tanto na área econômica, de modo geral, em todas as suas funções”.
(HOBSEAWM, 2000: 43).

Assim, o início do novo século presencia processo grave: assistimos ao predomínio da hegemonia neoliberal, o ponto, a partir do qual talvez haja o início de sua derrocada, sem no entanto, sabermos com precisão o rumo de sua evolução. Assistimos, nos últimos anos, a uma certa desmontagem do Estado Nacional que, especialmente na Europa, foi responsável por ampla assistência social. Assim, o neoliberalismo, que conseguiu em alguns anos impor modalidades que privilegiaram a estabilização monetária, apresenta debilidades – reconhecidas até mesmo por organismo internacionais – especialmente no que se refere ao fracasso quanto ao crescimento econômico e à piora dos aspectos sociais, em relação aos quais o Estado tradicional não apresenta solução definitiva. Dupas afirma que

*“...as questões centrais envolvendo o futuro das relações entre a sociedade e os Estados nacionais estarão relacionadas à capacidade destes Estados para assumir eficientemente um **novo** papel indutor-normativo-regulador, ao mesmo tempo em que essas sociedades consigam encontrar alternativas de como lidar com a tendência de crescente exclusão social decorrente do atual modelo econômico global”* (DUPAS, 1999: 87).

A exclusão social pode, realmente, moldar um novo perfil para o Estado. No entanto, mais do que isto, a recessão mundial, especialmente o desaquecimento da economia americana, que nas últimas décadas crescia a taxas surpreendentes e que a partir do ano de 2001 se apresenta estagnada, com

índices crescentes de desemprego, deve ser o fator principal a exigir maior participação do Estado na economia.²

Realmente, ao longo da história do capitalismo, fortes crises econômicas promoveram a intervenção Estatal como instrumento eficaz de combate à recessão e de distribuição da renda. O aumento de gastos bélicos foi, a partir da teoria keynesiana, mecanismo *anti* recessivo amplamente utilizado. Musgrave (1959), após analisar o modelo liberal *walrasiano*, estabeleceu três funções básicas a serem exercidas pelo governo: ajustar a alocação dos recursos; ajustar a distribuição da renda e da riqueza; e assegurar a estabilização econômica. Assim, considerando os limites do modelo de livre concorrência – a indivisibilidade dos produtos, as externalidades, os custos decrescentes, assim como a formação do mercado imperfeito, os riscos e as incertezas, que se colocam como principais obstáculos para a alocação ótima dos recursos via sistema de mercado – o Estado é chamado a intervir, a fim de obter o máximo de bem-estar para a sociedade. O keynesianismo, como salientou Arrighi (1996), foi o modo de regulação que permitiu que o regime fordista emergente realizasse todo o seu potencial.

Destarte, neste modelo já clássico, para alocar e distribuir renda, existem dois mecanismos: o mercado e o Estado. No entanto, como salienta Przeworski:

“...há no capitalismo uma tensão permanente entre o mercado e o Estado. A democracia na esfera política exacerba essa tensão, [...] distribuições do consumo gerados pelo mercado devem ser

² No ano de 2001, a queda na produção industrial, pelo décimo mês consecutivo, compôs a mais longa série de declínios mensais desde a década de 60 nos Estados Unidos. No ano de 2001, o FED americano baixou 11 vezes a taxa de juros, reduzindo o custo de empréstimos a curto prazo em 1,75% pontos percentuais (dezembro/2001) e em maio o Congresso americano havia cortado US\$ 40 bilhões em impostos só para o ano de 2001. Na tentativa de contornar a crise, em 3 de outubro de 2001, o presidente dos EUA, George W. Bush enviou ao Congresso um pacote de estímulo à economia para tirar o país do cenário recessivo, agravado seriamente pelo atentado terrorista de 11 de setembro. Busch reivindicou o valor de US\$ 75 bilhões para ser usado em cortes de impostos para empresas e na possível antecipação e ampliação das reduções na tributação de pessoas físicas aprovadas no início de sua gestão. (Jornal Valor Econômico, 4/10/2001, p. A8 e Jornal Valor Econômico, 29/01/2002, p. A8). Segundo o Pentágono, na proposta para o Orçamento de 2002, está previsto um aumento de US\$ 120 bilhões, em cinco anos, nos gastos com a área de defesa. Se concretizada, em 2007, o orçamento militar dos EUA atingirá US\$ 451 bilhões, o equivalente à 90% do PIB brasileiro. Estes dados revelam que o governo Bush está efetivando as proposta da campanha eleitoral de 2000 de adotar uma política externa unilateralista. (Jornal Valor Econômico, 4/02/2002, p. A9).

sistematicamente diferentes daquelas coletivamente preferidas pelos cidadãos” (PRZEWORSKI, 1995: 7-8).

A questão que se coloca premente é: quais são as consequências da política econômica que nas últimas décadas do século XX permaneceu hegemônica e dominante sobre essa tensão permanente do capitalismo?

Segundo Celso Furtado,

“...a imbricação dos mercados e o subsequente debilitamento dos atuais sistemas estatais de poder que enquadrou as atividades econômicas estão gerando importantes mudanças estruturais, que se traduzem por crescente concentração da renda e por formas de exclusão social que se manifestam em todos os países. [...] O tripé (elevação da poupança, desenvolvimento técnico e aumento da parcela da população com acesso a novos padrões de consumo) que sustentou o sistema de poder dos Estados nacionais está evidentemente abalado, em prejuízo das massas trabalhadoras organizadas e em proveito das empresas que controlam as inovações tecnológicas. Já não existe o equilíbrio garantido no passado pela ação reguladora do poder público” (FURTADO, 1998: 26-29).

Diante disso, a discussão que domina atualmente o cenário mundial centra-se na questão de como evitar que a globalização agrave a exclusão social. Desde os resultados das eleições de 1997 na Inglaterra e na França, os movimentos contra o processo de globalização como o de Seattle e a organização de fóruns mundiais mostram que as populações estão atentas para o problema da exclusão social, que se manifesta de forma dramática no aumento do desemprego. Assim, desemprego crescente e diminuição da capacidade de intervenção do Estado, bem como a globalização, tendem a condicionar, fortemente, as atuais formas de representação. A questão central continua sendo a desigualdade, ou ainda, o seu agravamento diante de um mundo cada vez mais rico.

Apesar da redução das tarifas alfandegárias, dos baixos custos dos transportes e do volume elevado de comércio internacional, os benefícios da liberalização do comércio, no entanto, vêm sendo desigualmente distribuídos e não têm contribuído para homogeneizar o desenvolvimento no mundo. Esta também é uma das principais conclusões apontadas no Relatório do Programa das Nações

Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 1997), no capítulo que trata de globalização, que também reconhece que o acréscimo na renda mundial provocado pelo aumento do comércio – pela maior eficiência das negociações e pelas maiores taxas de rendimento do capital – não irá beneficiar os países menos desenvolvidos. Segundo o PNUD, a permanecer a tendência observada até o início dos anos 90 na repartição da renda, os países menos desenvolvidos serão desfavorecidos. Em 1991, esses países, que somam 10% de toda a população mundial, respondiam por 0,3% do comércio mundial, a metade do que tinham em 1970.

Se a globalização e a forma política dominante neoliberal, bem como a disfunção do aparelho estatal, representam o rompimento, pelo capitalismo, de limites para sua reprodução, o desemprego impõe-lhe sérios obstáculos políticos. O desemprego, bem como o temor das classes operárias diante de sua possibilidade, pode resultar tanto em reorganização da capacidade dos trabalhadores em se manifestarem como força social, numa fase de retomada de lutas sociais, como em um processo intenso e imprevisível de questionamento das instituições democrático-representativas existentes.

Não se trata de um temor sem fundamentos, como comprovam fatos ocorridos na Áustria, país que elevou ao poder o Partido da Liberdade, caracterizado pela defesa do nazismo. Para Hobsbawm,

“...a crise do Estado-nação e a percepção de que eleições livres não resultam necessariamente em prosperidade econômica, como atesta o que ocorreu na América Latina, colocam em risco a própria existência dessa forma de governo no século 21” (HOBBSAWM, Folha de S. Paulo, Caderno Mais!, 9/9/2001, p. 6)

Assim, é cada vez mais evidente que globalização e liberalização não têm gerado repercussões positivas para todos. Michel Camdessus, na palestra que marcou sua despedida como diretor-geral do FMI, na décima reunião quadrienal da UNCTAD, braço da ONU para o comércio e desenvolvimento, reconheceu: “a pobreza é a ameaça sistêmica fundamental à estabilidade em um mundo globalizado”. Nessa oportunidade, os participantes do encontro concluíram que a globalização e a liberalização das economias podem até não ter contribuído

para um aumento radical da miséria, mas também não ajudaram a dirimi-la. Pelo contrário. Ampliaram o fosso entre ricos e pobres, diminuíram a força dos Estados para atacar os males sociais e geraram muito mais incertezas do que satisfação.³ Os dados apresentados em Bangcoc não deixam dúvidas: metade da população da terra vive hoje com menos de US\$2 por dia.⁴ Assim, o capitalismo continua reproduzindo, em escala crescente, a heterogeneidade.

Outra perspectiva, vislumbrada teoricamente por Marx ao analisar o capitalismo desregulamentado do século XIX, é a implantação conduzida pela luta dos trabalhadores de um novo sistema. As consequências de o capitalismo liberal globalizado observáveis hoje – pobreza, desemprego e concentração social e geográfica da riqueza – levaram e motivaram os movimentos socialistas.

“... precisamente porque o capitalismo tinha um caráter globalizante (tendia a tornar-se o modo de produção universal), Marx concluiu que a luta dos trabalhadores deveria ser conduzida ao nível internacional e o objetivo último dessa luta seria o de realizar a revolução social – ou seja, aprofundar a democracia política existente no sistema capitalista e, não menos importante, estender a democracia para as esferas social e econômica” MALDONADO FILHO, 1998: 33).

Dessa maneira, é necessário, diante do processo acentuado de globalização e de neoliberalismo, repensar as instituições e as consequências das mudanças em curso, especialmente sobre as relações entre Estado e mercado. Evans, no texto em que apresenta um conjunto de ideias sobre a análise comparativa do Estado no Terceiro Mundo, diz que

³ Ver ROSSI, Clovis. *ONU busca novo paradigma*. Folha de S. Paulo, 12/02/2000, p. 1-6; ROSSI, Clovis. *UNCTAD produz paradigma da angústia*. Folha de S. Paulo, 17/02/2000, p. 1-9; SCHWARTZ, Gilson. *UNCTAD alerta para a formação de trustes globais*. Folha de S. Paulo, 08/10/2000, p. B2; RICUPERO, Rubens. *Bancoc, ano zero*. Folha de S. Paulo, 13/02/2000, p. 2-2 e relatório da UNCTAD in: www.unctad.org.

⁴ Uma análise recente, feita pelo *New York Times* e divulgadas pela Folha de S. Paulo, em 02/09/2001, p. B10, sugere que, apesar do crescimento substancial da riqueza americana dos anos 90, os pobres ficaram um pouco mais pobres, os ricos ficaram muito mais ricos e o grande grupo no meio da escala saiu-se um pouco pior do que no início da década. “Andrew A. Beveridge, o professor de sociologia de *Queens College*, que conduziu a análise, concluiu que a distância entre os ricos aumentou um pouco em todo o país nos anos 90”. Apesar de alguns economistas permanecerem céticos quanto a esse declínio, a pesquisa demonstrou que, apesar do crescimento econômico do país mais rico do mundo, houve um agravamento na desigualdade de renda.

“...a nova imagem do Estado, enquanto problema, surgiu em parte devido ao seu fracasso em realizar as tarefas estabelecidas pela agenda anterior, mas não apenas por este motivo. [...] Alterações reais na agenda do desenvolvimento e avaliações negativas de antigos desempenhos interagiram com mudanças no clima ideológico e intelectual para trazer ao centro do debate sobre o desenvolvimento a questão de saber se o Estado deveria mesmo tentar ser um agente econômico ativo. [...] Ao fim dos anos oitenta, começava a se cristalizar uma ‘terceira onda’ de reflexão sobre o papel do Estado” (EVANS, 1993: 108-109).

O autor não resiste, na mesma linha de Kahler, a apontar a expectativa paradoxal existente nas recomendações da política ortodoxa: o Estado, que é apontado como a raiz do problema, de algum modo seria capaz de se tornar o agente que iniciaria e implementaria programas de ajuste, ou seja, de se tornar a solução.

Assim, a crise do Estado, bem como a incapacidade de superar a miséria e o desemprego, apesar da crescente predominância da democracia, e do agravamento das diferenças econômicas e de bem-estar dos países em desenvolvimento frente aos países desenvolvidos, num mundo cada vez mais globalizado, comercial e financeiramente, montam um quadro que impõe a necessidade de uma discussão sobre as possibilidades e os limites da democracia.

Hobsbawm, estabeleceu uma série de premissas a partir das quais chegou à conclusão de que os instrumentos clássicos da democracia liberal já não são adequados nem capazes de lidar com os problemas deste século:

“Estes mecanismos estão confinados dentro das fronteiras de Estados-nação, cujo número está crescendo, e enfrentam um mundo global que está além de seu âmbito de atuação. Não está claro nem sequer até que ponto poderão ser aplicados no interior de um território extenso e heterogêneo que possui, sim, um quadro político comum, como é o caso da União Europeia. Eles enfrentam e competem com uma economia mundial que opera por meio de unidades totalmente diferentes e às quais as considerações de legitimidade política e interesse comum não se aplicam: as empresas transnacionais” (HOBBSAWM, 2001: 7)

A arquitetura econômica, financeira e política do mundo, estabelecida principalmente a partir da conferência de *Bretton Woods*, em 1944, sofre, de

maneira crescente, fortes questionamentos. O número de críticos radicais aumenta a cada reunião do Banco Mundial, do FMI e do G-8. O apelo a mudanças, tanto políticas quanto institucionais, envolve, em escala crescente, partidos políticos, ONGs e entidades internacionais cada vez mais organizadas e com atuação global. Os protestos contra a globalização são, também eles, “globalizados”, fazem parte desse amplo processo geral e vislumbram a possibilidade de um outro processo, percebido por Marx e Engels no Manifesto Comunista, no qual a mundialização se constitui forma necessária para a superação das amplas desigualdades existentes na atual ordem econômica mundial. Equivocam-se, portanto, aqueles que defendem a ideia generalizada de que liberalismo e globalização são sinônimos, ou que, necessariamente, tenham uma única relação de determinação causal.

Por entre as distintas e variadas reflexões sobre as consequências do capitalismo liberal globalizado, podemos salientar, além das já mencionadas, algumas mais comuns. O II Seminário Internacional *Século XXI: Barbárie ou Solidariedade* (VIZENTINI, P. G. F. e CARRION, 1998), ocorrido na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em julho de 1998, concluiu que, nos lugares onde foi implantado, o modelo neoliberal promoveu estagnação econômica, amplo desemprego, exclusão social, desindustrialização, destruição do meio ambiente e restrição à democracia. Essa percepção, cada vez mais compartilhada pelo senso comum, é corroborada por autores como Gilberto Dupas, Hobsbawm e G. Arrighi (a “*tendência geral de longo prazo é inequívoca: a grande maioria da população mundial se distancia cada vez mais dos padrões de riqueza do Ocidente*”) (ARRIGHI, 1998: 266).

A exclusão de amplas parcelas da população e o desemprego estrutural crescente podem produzir consequências imprevisíveis, como a disseminação ampliada da violência e da anomia, “*a era das trevas, do caos e da decadência das estruturas sociais, tal como jamais existiu na história do mundo*” (KURZ, 1992: 222), ou até “formas perversas de solidariedade, como as máfias, grupos religiosos fundamentalistas ou movimentos sociais e políticos baseados na

discriminação e na intolerância (inclusive o ressurgimento do fascismo)” (GOMEZ, 2000: 173)⁵.

Kurz, salienta que o jogo do mercado mundial está destruindo toda a possibilidade de uma existência digna para os “perdedores”, que ao perceberem que não lhes resta nenhuma chance de vencer e que as derrotas os privarão de qualquer possibilidade de viver, “dispensarão todas as regras da chamada civilização mundial”.

“O mundo único (...) revela-se como visão de terror de uma guerra civil mundial que está por vir, guerra em que já não haverá frentes firmes,

⁵ Em 11 de setembro de 2001 os EUA sofreram o maior ataque terrorista da história, quando as torres do *World Trade Center* e parte do Pentágono foram destruídos em menos de duas horas por aviões sequestrados e lançados contra os alvos – símbolos do poder econômico e militar do país. Se os EUA já davam sinais recessivos, os ataques que paralisaram o coração financeiro do mundo e levaram o pânico aos mercados internacionais, acentuaram ainda mais esta tendência. O cenário mais provável é o menor crescimento da economia com efeitos ainda mais perversos para o resto do mundo. A economia dos EUA, que estava em crescimento há dez anos nos governos Clinton (chegou a crescer 8% no final de 1999), cresceu apenas 0,7% no segundo semestre de 2001. Considerando o último semestre de 2000 e o primeiro de 2001, um milhão de norte-americanos foram demitidos. A taxa de desemprego saltou de 4% em julho de 2000, para 4,5%, o que significa que 6,6 milhões de pessoas procuram emprego (Folha de S. Paulo, 26/08/01, p. B1). No Japão, neste ano, somente 6 empresas de eletrônicas anunciaram que 70 mil empregos desaparecerão (Jornal Valor Econômico, Caderno The economist, 4/09/2001, p. 4). Para o sociólogo Giovanni Arrighi, há uma grande possibilidade de que a economia mundial já esteja em recessão: “A bolha especulativa da nova economia nos Estados Unidos estourou. Era essa bolha que mantinha o *boom* da economia norte americana e, indiretamente, a do restante do mundo. Agora, não está muito claro o que sustentará a expansão econômica dos EUA e do mundo, para falar de maneira breve”. Encerrando sua entrevista e respondendo à questão se estamos próximos de uma catástrofe, respondeu: “Isso depende de quão rápido as pessoas possam aprender. Certamente, o modo como elas em geral pensam e agem não é muito encorajador” (Folha de S. Paulo, 26/08/2001, p. B5). Maior insegurança promoverá uma ruptura nos centros de liquidez rompendo o fluxo para as economias emergentes. Nos anos 90, o mercado financeiro internacional passou a disponibilizar em escala crescente recursos para os países dependentes da periferia capitalista. Com maior liquidez e utilizando, intensamente, os recursos tecnológicos mais modernos, especialmente telefonia e informática, grandes fundos especulativos – mesmo os investidores institucionais dos países centrais buscavam aplicações de curto prazo – ampliavam e aprofundavam a dependência crescente por dólares dos países periféricos. Uma corrida “desesperada” de aumento de juros se estabeleceu entre estes países com o objetivo de atrair cada vez mais capital especulativo. Neste cenário de globalização financeira e hegemonia liberal, os “mercados emergentes” foram chamados a se integrar ao processo, através da abertura comercial e financeira de suas fronteiras. Mesmo com o crescimento da economia dos EUA, vários países nos últimos anos passaram por complicadas crises de liquidez, como Rússia, México, Brasil e Argentina. A recessão dos EUA e a crise de liquidez que se estabelecerá diante da maior insegurança poderá afetar sobremaneira as economias “emergentes”, agravando ainda mais o quadro de instabilidade, desemprego e concentração da renda, como sugere o colapso argentino. Conseqüências do ataque terrorista e da reação a ele, como queda acentuada das bolsas de valores, especialmente de setores diretamente afetados como aviação, transporte e turismo, aumento do petróleo e seus derivados, menor fluxo de capital, desemprego e, portanto, aumento da desigualdade, acentuarão ainda mais o quadro de imprevisibilidade e degenerescência social mundial.

mas apenas surtos de violência cega em todos os níveis” (KURZ, 1992: 199)

Além disso, o desmoronamento dos partidos políticos e organizações de massa refletem a perda de interesses coletivos. Existe a percepção cada vez mais global de que a ordem mundial, com grau crescente de intensidade, impõe a desigualdade, provoca a instrumentalização de redes associativas e de grupos com atuação mundial que exacerbam a capacidade organizativa em torno de causas com apelo também global (direitos humanos, combate ao racismo, proteção ao meio ambiente, denúncia de intolerância sexual, etc.). Ou seja, o que falta nos governos e nas associações de massa tradicionais (o interesse comum) também pode vir a estabelecer um novo significado na ideia de comunidade global (Gómez). Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, diz que a

“...construção global é a resposta necessária a dúvidas globais. Os protestos contra a globalização são eles mesmos parte do processo geral de globalização, ao qual não há alternativa nem um bom motivo para que se procure uma” (SEN, 2001: 9).

Assim, a exaustão do ciclo expansivo responsável pelo elevado dinamismo econômico do pós-guerra, a exclusão social, os percalços da democracia e a emergência de novas formas de transformação capitalista evidenciam a necessidade de repensar a organização política. O modelo de acumulação, montado em *Bretton Woods* e que sustentava a estabilidade da ordem capitalista após a Segunda Guerra Mundial, foi profundamente desordenado pelo amplo processo de globalização⁶. É importante salientar que este modelo forneceu uma base financeira estável para o comércio e o investimento internacional

⁶ Este potencial de expansões monetárias geradoras de instabilidades na economia mundial – a crise da Rússia, do México, do Brasil e da Argentina são essencialmente crises monetárias – aprofundou-se no início dos anos 70 quando o aumento dos preços do petróleo ajudou a fazer prosperar a inflação. Esses transtornos levaram à crise do sistema de taxas de câmbio fixas, dando lugar às taxas de câmbio flexíveis, abandonando assim os acordos de 1945 de *Bretton Woods*. As tentativas de desenvolver programas de estabilização ancorados no câmbio nos anos 90, inicialmente viabilizados pela fartura de liquidez nos mercados financeiros internacionais, redundaram em amplos fracassos devido, principalmente, aos déficits em conta corrente.

promovendo ampla prosperidade econômica. No entanto, à medida que o comércio internacional cresceu, gerou excedentes financeiros permitindo que o sistema bancário mundial se expandisse independente das autoridades monetárias. Em certa medida, o processo de expansão capitalista que hoje impõe degenerescência ao sistema de *Bretton Woods* foi viabilizado por ele próprio.

A dinâmica virtuosa do capitalismo, após a Segunda Guerra Mundial, que possibilitou crescimento econômico associado à expansão do bem-estar social, com a transnacionalização do capital, a extrema mobilidade do capital internacional e a política neoliberal nas últimas décadas do século XX solapando a capacidade dos Estados nacionais, impõe questionamentos ao próprio desenvolvimento capitalista. No entanto, sob vários aspectos, a internacionalização econômica tem precedentes históricos. A “nova era” tão alardeada representa a retomada de processos e propensões essencialmente capitalistas. O capitalismo é um sistema com claro pendor às “revoluções tecnológicas” e à expansão mundial, tem mecanismos endógenos de funcionamento que promovem a sua expansão em escala mundial. Mercantilismo, colonialismo, imperialismo e globalização são configurações históricas adotadas pelo capitalismo como modo de produção desde o seu surgimento. O dinamismo inerente ao modo de produção capitalista lhe impulsiona ao crescimento. Para Marx, este crescimento ocorreria até o ponto em que as contradições internas se maximizariam conduzindo o capitalismo à decadência e provocando o surgimento de um novo modo de produção.

Na verdade, o capitalismo existe como um complexo sistema de capitais individuais concorrentes. Assim, apesar de constituírem a classe hegemônica, os capitalistas atuam em ambiente de concorrência recíproca. Como classe, os capitalistas trabalham para reduzir os custos de produção. No entanto, a redução de custos (ou a inovação tecnológica) beneficia o capitalista individualmente em detrimento dos demais. Assim,

“...em seus empreendimentos, os empresários individuais tiveram de agir em uma mesma direção (por exemplo, reduzindo o custo da mão de obra); ao mesmo tempo, como membros de uma classe, pressionavam no sentido de aumentar a rede global de compradores

(o que exigia aumentar o custo da mão de obra, pelo menos para alguns produtores)” (WALLERSTEIN, 2001: 17)

Também, a crise anunciada do Estado, principalmente diante de sua “dificuldade de harmonizar o caráter predatório da concorrência com a capacidade da sociedade nacional de preservar a coerência de seus sistemas produtivos e a reprodução de mecanismos de solidariedade orgânica entre as classes sociais” (SAMPAIO JÚNIOR, 1999: 20), referenda, falsamente, uma questão bastante repetida pelo neoliberalismo: a relação antagônica entre Estado e mercado no seio do sistema capitalista. Ao contrário, como destaca o Professor Bruno Wanderley, a

“plena operação de uma economia de mercado requer a existência de um estado plenamente institucionalizado para assegurar a operação impessoal das normas vigentes, e também atuar distributivamente de maneira a minimizar as inevitáveis externalidades provocadas pela intensificação dos laços de interdependência humana que a própria expansão do mercado favorece” (REIS, 1997: 9).

No entanto, no mundo contemporâneo, prevalece um amplo processo de integração que implica, automaticamente, economias mais abertas, restringindo, desta maneira, a autonomia dos países na condução de seus problemas e de suas prioridades. Processos de fragilização e de deficiência nas instituições de representação de interesse são questões centrais para a democracia. Assim, globalização, governabilidade e democracia não são temas novos, mas exigem, diante das profundas transformações que presenciamos – econômicas, tecnológicas, sociais e políticas – uma nova percepção capaz de superar pressupostos repetidos pelo senso comum e propostas interpretativas unilaterais da ordem mundial.

Desta forma, os problemas contemporâneos são também de natureza política. Temos por objetivo compreender melhor como a exclusão social, em contrapartida ao processo de concentração da renda provocada pela globalização das atividades produtivas, pode afetar a participação nas atividades políticas, em especial quando prevalece a ideologia marcadamente contrária ao Estado, que advoga o papel decisivo das iniciativas dos cidadãos na sociedade

'civil' e se fundamenta nessa mesma sociedade civil organizada e ativa para agir como fiscal e substituta do Estado. "A questão da governabilidade sem ou fora do governo é, agora, fundamental e, especialmente, as possíveis agências e mecanismos de controle, de estabilização e de redistribuição das principais funções econômicas" (HIRST e THOMPSON, 1998: 310). Diante desta questão é que a discussão sobre a relação entre Estado e mercado se torna particularmente relevante.

ESTADO E MERCADO

Estado e mercado não foram, ao longo da história do capitalismo, lados opostos, conflituosos, irreconciliáveis, como quer fazer crer a exegese ideológica liberal-conservadora contemporânea. A experiência keynesiana deste século não foi, rigorosamente, uma inovação em termos da relação entre mercado e Estado. Arrighi, por exemplo, salienta o estreito vínculo entre o desenvolvimento do Estado e o do próprio capitalismo. Em *O Longo Século XX*, podemos detectar ligações próximas entre os interesses do Estado e os do capital, como, por exemplo, na análise da decadência do sistema de governo medieval e da emergência, na Itália setentrional, do “subsistema regional de cidades-Estados”, centrado em Veneza, Florença, Gênova e Milão. Para o autor

“...esse subsistema constituiu um sistema essencialmente capitalista de gestão do Estado e da guerra. O Estado mais poderoso do subsistema, Veneza, é o verdadeiro protótipo do Estado capitalista, no duplo sentido de ‘exemplo perfeito’ e ‘modelo para os exemplos futuros’ desse tipo de Estado. Uma oligarquia mercantil capitalista detinha firmemente o poder estatal. As aquisições territoriais eram submetidas a criteriosas análises de custo-benefício e, em geral, só eram efetuadas como um meio visando à finalidade de aumentar a lucratividade do comércio da oligarquia capitalista que exercia o poder estatal”

“Com a devida vênia de Sombart, se houve algum dia um Estado cujo executivo atendeu aos padrões do Estado capitalista descrito no Manifesto Comunista (‘apenas um comitê para administrar os negócios comuns de toda a burguesia’ – Marx e Engels, 1967, p.82) ele foi a Veneza do século XV. Vistos por esse ângulo, os grandes Estados capitalistas de épocas futuras (as Províncias Unidas, o Reino Unido, os Estados Unidos) afiguram-se versões cada vez mais diluídas dos padrões ideais materializados por Veneza séculos antes” (ARRIGHI, 1996: 37).

Em outra passagem, Arrighi destaca a expansão industrial da Grã-Bretanha durante as Guerras Napoleônicas, cujo aspecto central foi a criação de uma indústria autônoma e de bens de capital. Para o autor, no século XIX, o desenvolvimento de uma indústria autônoma de bens de capital – a siderurgia e ramos correlatos – dependeu, extraordinariamente, do aumento das demandas militares. A escalada nos gastos do governo aumentou “o nível de produção e a

velocidade das inovações em produtos e processos na indústria siderúrgica”.

Arrighi cita McNeill:

“As demandas militares à economia britânica, portanto, contribuíram muito para moldar as fases subseqüentes da revolução industrial, permitindo o aperfeiçoamento das máquinas a vapor e possibilitando inovações cruciais, como as linhas férreas e os navios de aço, numa época e em condições cruciais, que simplesmente não teriam existido sem o impulso dado pela guerra à produção siderúrgica” (McNEILL, 1984: 211-2; conforme ARRIGHI, 1996: 267).

Ao estudar Braudel e Weber, Arrighi constata que a formação de uma economia mundial capitalista foi proporcionada pela constituição dos Estados nacionais. Demonstra como foi importante a fusão do Estado com o capital para a transição do poder capitalista disperso para um poder concentrado. Para o autor, o anverso desse processo foi a competição interestatal pelo capital circulante. O autor cita Weber para demonstrar que a disputa travada pelos Estados (cidades europeias) por este capital, separadamente, foi fundamental para a obtenção do poder. Weber, segundo Arrighi, diz que o “Estado bem delimitado proporcionou ao capitalismo sua oportunidade de desenvolvimento – e, enquanto o Estado nacional não ceder lugar a um império mundial, o capitalismo também persistirá”. Weber deixa claro o papel que esta disputa pelo capital circulante teve entre as “estruturas grandes e puramente políticas” como as “forças capitalistas” no desenvolvimento do capitalismo moderno:

“...na memorável aliança entre os Estados em ascensão e as forças capitalistas, disputadas e privilegiadas, que foi um fator fundamental para a criação do capitalismo moderno (...) nem o comércio nem as políticas monetárias dos Estados modernos (...) podem ser compreendidos sem essa singular competição e ‘equilíbrio’ políticos entre os Estados europeus durante os últimos quinhentos anos” (ARRIGHI, 1996: 12).

A análise dos processos mundiais de acumulação de capital que Arrighi desenvolve a partir da identificação dos quatros “séculos longos”, parcialmente superpostos, deriva diretamente da ideia de Braudel do capitalismo como

“camada superior da hierarquia do mundo dos negócios” onde se fazem “os lucros em larga escala”. Para Arrighi, os agentes governamentais (dentre outros) são fundamentais para instalar os regimes de acumulação em escala mundial. Para ele

“...toda esta construção apoia-se na visão braudeliana, nada convencional, da existência de uma relação ligando a criação e a reprodução ampliada do capitalismo histórico, como sistema mundial, aos processos de formação de Estados, de um lado, e de formação de mercados, de outro. A visão convencional das ciências sociais, do discurso político e dos meios de comunicação de massa é que capitalismo e economia de mercado são mais ou menos a mesma coisa, e que o poder do Estado é oposto a ambos. Braudel, ao contrário, encara a emergência e a expansão do capitalismo como absolutamente dependentes do poder estatal, constituindo-se esse sistema na antítese da economia de mercado.” (ARRIGHI, 1996: 10).

Assim, afora Marx, que percebia o Estado como um instrumento fundamental de preservação da dominação de classes – o *borderaux* da burguesia – inúmeros outros autores também descreveram a relação entre mercado e Estado como se houvesse uma complementaridade entre ambos. Como salientou Weber, o capitalismo e a burocracia se encontraram e se uniram intimamente. Portanto, é possível reconhecer uma concepção na qual a intervenção estatal não é algo exterior ao processo de desenvolvimento do capitalismo, mas, ao contrário, vincula-se a este processo organicamente.

No entanto, podemos identificar diferenças de interpretações sobre como se estabelece a relação entre economia e Estado. Alguns pensadores tentaram estabelecer uma relação de exterioridade entre ambos. Outros salientaram o aspecto orgânico que os une. Nas ciências sociais, dentro da tradição liberal, originária em Hobbes, Maquiavel, Locke e Montesquieu, prevalece a percepção do Estado como uma instituição que existe acima da sociedade, cuja função primordial é dirimir os conflitos a ela inerentes. Já a tradição marxista percebe o Estado como instrumento de dominação de classe. Como salientou Engels, o Estado é contemporâneo de duas outras instituições fundamentais do capitalismo: a família e a propriedade privada. No entanto, o que nos interessa aqui é salientar que, no capitalismo, Estado mantém estreito vínculo com

mercado, mesmo que ao longo da história esta relação não seja uniforme e homogênea.

Weber, por sua vez, entendendo o mercado como uma coexistência e uma sequência de relações associativas racionais, das quais cada uma é especificamente efêmera por extinguir-se com a entrega dos bens de troca, percebia que o Estado burocrático era essencial para a operacionalidade da empresa capitalista. A racionalidade do Estado, voltada para a implementação de uma estrutura sólida, era fundamental para a funcionalidade do mercado. A previsibilidade das regras – instituídas pelo Estado – é uma exigência estruturante na constituição de um ambiente adequado para o desenvolvimento do mercado. (WEBER, 1994: 419-422).⁷

Evans, referindo-se a Weber, diz que

“a capacidade do Estado de apoiar os mercados e a acumulação capitalista dependia de a burocracia ser uma entidade corporativamente coerente, na qual os indivíduos encaram a implementação de metas corporativas como o melhor meio de maximizar seu próprio interesse individual. (...) Em suma, Weber concebia a construção de uma estrutura sólida e competente como um pré-requisito necessário a funcionamento do mercado” (EVANS, 1993: 115).

O professor Fábio Wanderley Reis, refletindo a relação entre *Estado e Mercado*, diz que

“...contrariamente à suposição usual da existência de fatal oposição entre o Estado (a burocratização e a expansão institucional deste ou sua crescente complexidade organizacional), por um lado, e a operação do mercado, por outro (suposição que é certamente justificada nos termos em que geralmente ocorre, com simples contraposição entre decisão centralizada e dispersa), a burocratização e a expansão do Estado, ao invés de serem por si mesmas obstáculos ao mercado, poderiam ser vistas antes como requisitos do pleno funcionamento dele – contanto, naturalmente, que os mecanismos e procedimentos que constituem a aparelhagem do Estado assegurem, ao mesmo tempo, que tal aparelhagem seja ela própria completamente ‘porosa’ e aberta” (REIS, 2000: 167).

⁷ Texto inacabado *O mercado* (capítulo VI, Economia e Sociedade).

Não há razão para restringir a ideia de mercado como o *locus* da busca generalizada de interesses privados que se contrapõe ao Estado, ente que privilegia o atendimento dos interesses coletivos. O Estado, mesmo considerando os limites a ele impostos pelo pensamento liberal, seria o único capaz de, no âmbito territorial da nação, estabelecer as regras necessárias para o jogo da concorrência tão vital nos modelos de concorrência perfeita.

Walras, ao elaborar seu modelo de concorrência perfeita, estabeleceu como um dos principais pressupostos para o funcionamento ideal do mercado a existência de muitos compradores e muitos vendedores, todos com perfeito conhecimento do mercado, tanto por parte dos compradores quanto dos vendedores. Além disso, para que o modelo funcionasse perfeitamente, não poderia haver externalidades e indivisibilidade dos produtos e os agentes econômicos deveriam ser tão pequenos diante do mercado que não poderiam influenciá-lo, nem com seu poder de compra, nem com seu poder de venda. Assim, como salienta Reis,

“cabe sustentar que a noção de mercado, é na verdade, logicamente incompatível com a própria ideia de uma sociedade capitalista, pois sua realização obviamente exigiria garantias estruturais e institucionais para que pudesse preservar sua característica igualitária, incluindo a eliminação das classes sociais como quer que se definam.” (REIS, 2000: 167).

Cabe ressaltar a frase de Carnelutti: *quanto piú economia, piú diritto*, ou seja, quanto mais Economia mais Direito. Quanto mais economia e mais exacerbação dos interesses, maior será a quantidade de normas jurídicas necessárias para regular aqueles interesses. Portanto, mais economia, mais Estado. A. Smith já havia estabelecido que

“Onde não há propriedade, ou, ao menos, propriedade cujo valor ultrapasse o de dois ou três dias de trabalho, o governo civil não é tão necessário. O governo civil supõe certa subordinação. Ora, assim, como a necessidade de governo aumenta gradativamente com a aquisição de propriedade valiosa, da mesma forma as causas principais que criam naturalmente a subordinação aparecem com o crescimento dessa propriedade valiosa” (SMITH, 1996, vol. I: 188)

Até mesmo o liberalismo clássico, que para muitos tinha uma profunda aversão ao Estado, considerando-o, quando muito, um mal tolerável (*“A sociedade, seja qual for a sua grandeza, é uma bênção; já os governos, mesmo os de maior grandeza, são, quando muito, um mal necessário; os de menor grandeza, um mal intolerável”*) (PAINE, In: HUNT e SHERMAN, 2000: 66), estabeleceu as funções que os governos deveriam exercer. Para Adam Smith, os governos deveriam proteger o país contra invasores estrangeiros, proteger cada membro da sociedade da injustiça ou da opressão de todos os outros membros da mesma e erigir e manter as instituições e obras públicas que, embora altamente vantajosas para toda grande sociedade, são de natureza tal que os lucros jamais compensariam as despesas se estas estivessem a cargo de um indivíduo ou de pequeno número de indivíduos (SMITH, 1996, vol. I: 171-273).

É interessante notar que neste último item estão incluídas, além de obras e instituições públicas destinadas a facilitar o comércio da sociedade em geral ou de setores do comércio, aquelas destinadas à instrução da juventude e à instrução das pessoas de todas as idades. Assim, apesar de poucas, apenas três, as atribuições estabelecidas por Smith são amplamente genéricas, podendo nelas ser enquadradas quase todas as ações de um governo.

O pai da Economia Política, ao dar uma definição da ciência no Livro Quarto do seu *Pesquisa Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, publicado primeiramente em 1776, contrariando a exegese liberal radical, promove uma concatenação de objetivos que envolvem tanto aspectos privados quanto coletivos. Walras, criticando o conceito de Smith (*“se a Economia Política não passasse disso, seria seguramente um estudo muito interessante, mas não seria uma ciência propriamente dita”*), cita-o:

“A Economia Política, considerada um ramo dos conhecimentos do legislador e do homem de Estado, propõe-se a dois objetos distintos: primeiro, o de propiciar ao povo um rendimento ou uma subsistência abundante, ou, mais adequadamente, de colocá-lo em condição de adquirir por si próprio esse rendimento ou essa subsistência abundante; o segundo objeto consiste em fornecer ao Estado ou à comunidade um rendimento suficiente para o serviço público: ela se propõe enriquecer simultaneamente o povo e o soberano” (SMITH, citado por WALRAS, 1996: 30).

Nesse sentido, nem mesmo Adam Smith, como salienta Winston Fritsch na apresentação do livro *A Riqueza das Nações*, pode ser classificado como “defensor empedernido da iniciativa privada e inimigo à outrance da interferência do Estado” (FRISTSCH In: SMITH, 1996, vol. I: 15) como quer o pensamento liberal contemporâneo.

No entanto, o que cumpre reconhecer, o que é essencial no liberalismo, pertinente a esta questão, o que há de comum nas inúmeras variações do pensamento liberal, o seu argumento fundamental é a força da iniciativa privada, perante a qual o Estado só desenvolve suas ações em sentido de complementaridade. Jamais, segundo esta teoria, a ação estatal poderá ter força autônoma para submeter agentes econômicos ao seu controle ou planejamento. O ente elementar é o mercado e o Estado, seu complemento. O liberalismo não desemboca no ideal do fim do Estado. Segundo Bobbio, com o desenvolvimento do livre mercado “avança a pretensão de restringir os poderes do Estado ao mínimo necessário. O Estado, como mal necessário, assume a figura do Estado mínimo” (BOBBIO, 1997: 129).

Para o pensamento clássico, se os agentes econômicos ficassem livres do controle do Estado, entregues à sua própria sorte, objetivando sempre o seu próprio interesse, o interesse geral seria alcançado mais eficazmente do que com a ação governamental. Escreveu Adam Smith:

“Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto-estima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles” (SMITH, 1996, vol. I: 74).

Fica clara nesta passagem a atribuição que o maior ideólogo do pensamento liberal do século XVIII dá ao indivíduo. As decisões que os indivíduos tomam no mercado são racionais e baseiam-se numa avaliação fria e calculista, contrariando toda a lógica da “ética paternalista cristã” do feudalismo. No seu livro, Smith procura demonstrar que todo indivíduo não poupa esforços para

encontrar o emprego mais vantajoso para o seu capital, independente de sua quantidade. Assim, o interesse próprio é o motor principal do aprimoramento constante de suas mercadorias e condição necessária para a conquista do mercado. É esta ação egoísta que promove e desenvolve o mercado como um todo.

“O mercado agiria, segundo Adam Smith, como uma ‘mão invisível’, canalizando as motivações egoístas e interesseiras dos homens para atividades mutuamente complementares que promoveriam de forma harmoniosa o bem-estar de toda a sociedade. O funcionamento desses mecanismos implicaria a supressão das regras, orientações e restrições de cunho paternalista, e nisso residia o seu maior encanto” (HUNT e SHERMAN, 2000: 61-2).

O que preocupa Smith é desvendar as condições necessárias para o crescimento econômico. Para ele, o capitalista promove os investimentos mais vantajosos para toda a sociedade ao agir segundo seus próprios interesses. O objetivo de Smith é transformar as condições estruturais da sociedade que representavam enormes amarras para o crescimento econômico diante do avanço do capitalismo. Portanto, o liberalismo *smithiano* era um meio de garantir um rápido crescimento econômico através da acumulação de capital e de substancial aumento de produtividade.

“Um mercado livre e sem entraves, além de assegurar a utilização mais valiosa das energias e dos recursos produtivos, possibilitaria também um progresso econômico contínuo. Para Adam Smith, a prosperidade econômica dependia da capacidade produtiva da economia. A capacidade produtiva, por sua vez, dependia da acumulação de capital e do trabalho. (...) O crescimento da produtividade seria ainda maior se o processo de produção das mercadorias fosse segmentado em várias etapas ou estágios” (HUNT e SHERMAN, 2000: 62).

Assim, para atingir os objetivos estabelecidos por Adam Smith é fundamental o mercado, *locus* das transações que permitem maximizar a utilidade. No entanto, a essência do pensamento liberal é o indivíduo, elemento mais fundamental que a própria sociedade. Liberdade e egoísmo associados, em uma economia de mercado, resultaria em maximização do bem-estar. Mandelville também

sustentava que o egoísmo, a avareza e o desejo de construir riquezas constituíam “vícios” benéficos para toda sociedade. “*A lógica do paradoxo era evidente: aquilo que os moralistas medievais consideram como vícios constituíam as forças motrizes que impulsionavam o novo sistema capitalista*” (HUNT E SHERMAN, 2000: 51).

Esta “filosofia da avareza”, também salientada por Weber ao descrever o espírito do capitalismo e que haveria de proporcionar as bases do liberalismo clássico, foi fundamental na transição do feudalismo para o capitalismo.⁸ Segundo os liberais, o interesse próprio é a força motivadora dos homens e a maximização do bem público decorre da competição que os homens, entregues a si mesmos, travam num mercado livre. No entanto, se é assim,

“...a proteção a direitos individuais é condição indispensável para a simples existência da troca – e (...) só haverá proteção adequada dos direitos individuais numa sociedade complexa onde houver estado em condições de impor de maneira eficaz a vigência das normas envolvidas na troca.” (REIS, 1997: 118).

Além disso, os modelos liberais, que desenvolvem a defesa dos dois princípios vitais do pensamento de Smith (mão invisível da concorrência no mercado e a política econômica do *laissez-faire*) e, portanto, defendem que num mercado livre os agentes econômicos, sem a interferência governamental nas funções do mercado, conseguiriam sempre maximizar sua eficiência, seu bem-estar e seu lucro, não conseguem responder a questões práticas. Ou seja, a teoria do equilíbrio geral, que pressupõe o perfeito funcionamento do mercado, e onde a interferência governamental nas funções do mercado livre deveria ser restringida ao mínimo possível, não retrata a realidade observável e não consegue responder aos problemas detectados.

O primeiro problema seria a indivisibilidade de alguns produtos, que leva à necessidade da presença do Estado a ofertar “bens públicos”, pois alguns serviços e mercadorias consumidos por toda a sociedade jamais seriam

⁸ A bem da verdade, nesta passagem, Weber inclui outros aspectos relevantes do “espírito capitalista” como a honestidade, a pontualidade, a laboriosidade e a frugalidade (WEBER, Max, 1987: 28-45).

lucrativos numa economia capitalista de livre concorrência, como escola, pronto-socorro e corpo-de-bombeiro. Para esses serviços é impossível estabelecer preço pelo sistema de mercado, apesar de haver demanda para eles. O segundo problema seria a externalidade, ou seja, os custos de produção de uma mercadoria poderiam diferir, consideravelmente, dos seus custos sociais, como a poluição. A externalidade poderia se manifestar, também, no caso da produção de um bem afetando a produção de outro bem, ou mesmo consumo afetando consumo, como o efeito-demonstração e a propaganda. Por fim, o livre mercado, no mundo real, devido principalmente ao avanço da tecnologia e da especialização, conduz ao surgimento de grandes empresas, que com economia de escala resultam em monopólios, monopsônios, etc., ou seja, em concorrência imperfeita (RIANI, 2002: 32-45).

Além disso, como detectou Keynes ao diagnosticar as fontes de vazamento do fluxo circular da renda, o mercado funcionando com irrestrita liberdade tendia a se tornar bastante instável, sujeito a constantes depressões. Na verdade, a realidade demonstrou, obstinadamente, a inconsistência dos pressupostos vitais do modelo teórico de concorrência perfeita.

Portanto, mesmo que no campo teórico o modelo de concorrência perfeita, que minimiza a presença do Estado, fosse racional e conclusivo, na realidade, como nos exemplos acima, a obtenção do equilíbrio se tornaria improvável. A visão liberal que apregoa que o mecanismo de preços, funcionando em mercados livres, conduz à obtenção de emprego ótimo dos fatores de produção e maximização do bem-estar, tem pressupostos para o seu funcionamento que não são observados na realidade social e econômica.

Além disso, a visão liberal da sociedade é bastante simplificada. Para se atingir, por exemplo, o *optimum* de Pareto, o modelo é constituído por um número bastante reduzido de tipos de agentes econômicos (consumidor e produtor), de fatores de produção e bens econômicos, envolvendo em um só conceito a ideia de eficiência máxima e do máximo de utilidade para os indivíduos. Assim, por exemplo, um indivíduo só pode ter sua utilidade aumentada se houver uma redução na utilidade do outro, e vice-versa. O desenvolvimento desse modelo teve um propósito claro: responder às críticas à concentração do poder corporativo e da renda.

“A imensa concentração do poder econômico em mãos de um pequeno número de empresas gigantescas e de uma pequena percentagem da população parecia contradizer e tornar desatualizada a ideologia liberal clássica. A doutrina econômica desenvolvida por Adam Smith e aperfeiçoada por outros economistas liberais clássicos de renome como David Ricardo, Nassau Senior e J. B. Say, tomava como pressuposto a existência de uma economia composta por uma infinidade de pequenas empresas. Em tais condições, nenhuma empresa, isoladamente, poderia exercer influência significativa sobre os preços ou o total de mercadorias vendidas no mercado. (...) Coube assim à nova escola dos pensadores econômicos, conhecidos como economistas neoclássicos, dar novo vigor às doutrinas econômicas liberais clássicas” (HUNT e SHERMAN. 2000: 113).

É interessante notar que, no modelo em análise, a satisfação do indivíduo ou a maximização da produção por parte do produtor são obtidas independentemente da quantidade que cada um tenha de recursos. Para determinar a ótima alocação paretiana ou a utilidade máxima, os agentes econômicos, dados os seus recursos escassos, só podem atuar em um único ponto, pois em todos os outros não se poderia atingir a produção ou consumo desejados (na eficiência no consumo, o equilíbrio é determinado no ponto onde a curva de indiferença do indivíduo tangencia sua linha de orçamento e o equilíbrio da produção é determinado onde a isoquanta tangencia a isocusto). Assim é que se chega à conclusão de que o consumo ou a produção de um bem só pode aumentar se diminuir a de outro bem.

Apesar de coerente dentro dos pressupostos estabelecidos, o modelo desconsidera a complexidade social existente no capitalismo. Por exemplo, requer que, dado que x e y são os bens do modelo, a taxa marginal de substituição tem de ser igual à taxa marginal de transformação técnica de ambos. Assim, a taxa pela qual os indivíduos estariam dispostos a substituir x por y deve ser igual à taxa na qual y pode ser transformado em x . É óbvio que este pressuposto, assim como os demais, no mercado capitalista real, jamais poderia ser observado.

Outro limite interessante do modelo é que

“...os economistas neoclássicos, completamente ofuscados pelo ponto de vista da esfera da circulação, chegam a negar a própria existência real das relações sociais de produção: ‘o conflito que se supõe entre o

capital e o trabalho é imaginário, escreve Jevons. O conflito real é entre os produtores e os consumidores'. Conflito este que a própria concorrência, ou a liberdade de trocas, seria capaz de resolver da melhor maneira possível" (VIOTTI, 1986: 45).

Assim, inúmeras críticas poderiam ser relacionadas ao modelo de concorrência perfeita, mas, de um modo geral, elas referem-se à sua incapacidade de apresentar um quadro realista do capitalismo. Seu postulado básico, o da concorrência perfeita, está longe de retratar a realidade do século XX e seus pressupostos, como o da ausência de externalidades, omitem problemas contemporâneos da maior gravidade, como a poluição e a degradação ambiental.

Diante de inúmeras variantes que germinaram do pensamento liberal clássico até a atualidade, uma visão importante foi patrocinada por Lippmann, que admitia que parcela da renda nacional pode ser captada e utilizada pelo Estado para atender aos objetivos sociais, desde que essa transferência seja conscientemente consentida e de conhecimento público. Além disso, Lippmann concordava que, além de caber ao Estado *"a responsabilidade de impor o regime jurídico que permita e estimule a liberdade econômica"*, se necessário, *"outros objetivos sociais podem substituir os fins econômicos"* (REIS, 2000: 61).

Os pontos suscitados demonstram que o pensamento clássico, ao descrever o mercado funcionando com uma "mão invisível" que organiza os interesses egoístas e racionais conduzindo-os à maximização do bem-estar incompatível com a presença do Estado, merece uma análise apurada e crítica. Przeworski (1993), analisando a sustentação teórica desta análise, concluiu que um conjunto completo de mercados é inviável e que a informação é, inevitavelmente, imperfeita. O simples fato de chegarmos à conclusão de que existem agentes econômicos com posições privilegiadas no mercado, que alguns compradores e vendedores têm o poder de influir sobre preços e assim obter vantagens competitivas, invalida, empiricamente, os pressupostos da concorrência perfeita.

Como Weber elaborou, *"o mercado aparece como instância simultaneamente 'societal' e comunal, e como esta dimensão comunal se expressa no reconhecimento mútuo de direitos compartilhados, para além do qual cessa toda confraternização entre os participantes na troca"* (REIS, 1997: 118).

De mais a mais, mesmo que se parta do princípio que a iniciativa privada seja mais capaz e criadora, a intervenção estatal nunca se restringiu à economia, cabendo-lhe atuar em prol da defesa e do desenvolvimento de valores existenciais, como reconheceu Adam Smith, da educação e, nos dias de hoje, do meio ambiente, da cultura, etc., questões que, com o passar do tempo, se tornam mais relevantes.

Portanto, a importância da capacidade de ação do Estado não se limita às funções restritivas que o liberalismo apregoa. É fundamental, para o bom funcionamento do mercado, uma estrutura institucional durável e efetiva. Bruno Wanderley esclarece:

“Mas o estado permanece sendo o fiador em última instância de qualquer norma legal, escrita ou consuetudinária, vigente numa coletividade política – e tem não apenas a faculdade, mas mesmo o dever de, quando necessário, recorrer à coerção física para assegurar-se da observância dessas normas. E não há motivo para presumir que as normas necessárias à operação rotineira do mercado sejam apenas aquelas destinadas à proteção da propriedade privada e da integridade física dos participantes” (REIS, 1997: 119).

ESTADO EMPRESARIAL

Uma versão importante desta relação foi estabelecida pelo papel desempenhado pelo Estado nos países que, inseridos na economia capitalista de forma dependente e inexistindo, endogenamente, as condições para a reprodução ampliada do capital, o próprio poder estatal assumiu a condução do processo de criação das bases materiais do capitalismo. A dinâmica da acumulação, estruturada na expansão industrial, nasceu com o suporte decisivo do próprio Estado.

Em países como o Brasil, onde o Estado desempenhou papel fundamental na promoção da acumulação de capital e do desenvolvimento tecnológico, ao contrário de divergente, a relação entre Estado e mercado assumiu uma importância indubitável, uma complementaridade necessária para o crescimento econômico. Esta, como outras experiências, não tornaram a intervenção do Estado incompatível com a economia capitalista. Nos países de desenvolvimento tardio, em especial nas regiões da América Latina, a relação entre mercado e Estado foi de cooperação, no sentido de que o Estado trouxe para si a responsabilidade de montar uma infraestrutura produtiva sobre a qual se assentou o grande capital nacional e estrangeiro. Através de investimentos diretos, política creditícia, planejamento, protecionismo e outras medidas que visavam a maximizar a renda a partir de poupanças escassas, a intervenção Estatal pretendia, em conformidade com os pressupostos cepalinos, desenvolver a indústria e fortalecer o mercado nacional.

Nos países de desenvolvimento tardio do Terceiro Mundo, a teoria do desenvolvimento partia da premissa de que os aparelhos de Estado poderiam ser usados para promover a mudança estrutural. O principal objetivo do Estado era promover a industrialização, vista como caminho necessário para superar o subdesenvolvimento. Também se esperava que desempenhasse um papel na modernização da agricultura e no fornecimento da infraestrutura necessária à urbanização.

Assim, o Estado desempenhou papel preponderante para efetivar o processo de industrialização nestes países, o que, em boa parte, deveu-se, como foi dito, à teoria cepalina. A Cepal, através da tese cujo núcleo central tratava da

deterioração dos termos de troca, criticou, severamente, o princípio ricardiano segundo o qual mecanismos de mercado, onde prevalecesse a concorrência perfeita, poderiam compensar a distância tecnológica entre mercados. Constatou que a divisão internacional do trabalho tradicional acentuava a disparidade crescente entre países ricos e pobres através de uma ascendente transferência de ganhos das regiões pobres para as ricas. João Manuel Cardoso de Melo, ao fazer uma apresentação do *Estudio Económico de América Latina – 1949*, texto que, segundo o autor, “marca o nascimento da Economia Política da CEPAL”, salienta que a deterioração das relações de troca entre as economias periféricas exportadoras de produtos primários e as economias industrializadas com estruturas produtivas diversificadas e tecnicamente homogêneas promove a concentração dos frutos do progresso técnico nas economias centrais. Diz o autor que

*“...a industrialização latino-americana, porque periférica, enfrenta problemas que lhe conferem especificidade que, pensando bem, se reduzem a um único: a ausência de uma indústria de bens de produção num momento em que o Centro conformou uma estrutura industrial permeada por uma tecnologia extremamente avançada. Daí que os efeitos expansivos do investimento se filtrem para o exterior; daí que a importação de bens de produção traga contida neles uma tecnologia desajustada às necessidades latino-americanas. Exatamente porque a industrialização latino-americana é problemática (e específica), a resolução das dificuldades não pode ser entregue ao livre jogo das forças de mercado, mas há de ser objeto de uma intervenção consciente na realidade, que é apreendida pela ideia de **planificação**”* (CARDOSO DE MELLO, 1984: 22).

Para reverter esse diagnóstico, era necessário promover uma transformação histórica fundamental; ou seja, através de uma forte presença estatal, dever-se-iam criar mecanismos para alcançar rapidamente a industrialização. Não se tratava, como na teoria *keynesiana*, de realocar poupança ociosa através da intervenção estatal, mas, justamente porque a poupança era escassa, o Estado deveria ser um ente político e econômico capaz de maximizá-la. Aqui, como no *Welfare State*, Estado e mercado se complementaram e conseguiram estabelecer um novo padrão de crescimento.

O forte comprometimento do Estado com o capital, na história do desenvolvimento econômico da América Latina, revela aspectos importantes. Ao analisar o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, Ianni salienta que a *“dinâmica do tripé, comandada maiormente pelo capital internacional, provoca um espécie de dissociação entre o Estado e a sociedade”* (IANNI, 1988: 258). O “tripé” a que se refere o autor é uma das peculiaridades do capitalismo brasileiro, organizado, na transição de uma economia exportadora de bens primários para uma substitutiva de importação, sobre três pilares: o capital estrangeiro, a burguesia nacional e o Estado. Assim, na configuração da base produtiva brasileira, que se consolidou nas décadas seguintes à Revolução de 1930, estão associados o capital privado nacional, o capital privado estrangeiro e o Estado. Segundo Ianni, na consolidação do “capitalismo associado”, predominaram o capital, a tecnologia e a capacidade gerencial estrangeiros.⁹

De fato, o Estado que se consolida no Brasil, a partir da Revolução de 30, no curso do seu processo de industrialização no modelo substitutivo de importações, não se limitou a reproduzir a ordem capitalista, mas assumiu a responsabilidade de ser, ele próprio, promotor e ator da industrialização. Apesar das críticas ao “caráter um tanto errático” da presença do Estado na economia brasileira, ao estudar esse assunto, Ianni destaca o estreito vínculo entre capital e Estado ao mencionar que esta presença não deve ser considerada como uma ameaça ao capital privado. Ao contrário, ocorre, justamente, para reforçá-lo. Assim, o autor destaca que, ao mesmo tempo que cresceu o poder estatal, em termos econômicos e políticos, cresceu também o hiato entre o Estado e amplos segmentos da sociedade:

“As forças que controlam o poder estatal frequentemente criminalizam amplos setores da sociedade, em lugar de examinar e encaminhar a resolução da questão social. Transformam a questão social em um problema de violência e, assim, caminham para medidas de segurança, tutela, repressão.” (IANNI, 1988: 253).

⁹ Ver também OLIVEIRA, Francisco. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977 e REZENDE, Fernando e outros. *Aspectos da Participação do Governo na Economia*. Rio de Janeiro: IPES/INPES, 1976.

ESTADO KEYNESIANO

Percebe-se que, apesar do estreito vínculo entre capital e Estado na promoção do crescimento econômico, a experiência brasileira em particular e a latino-americana em geral diferem, substancialmente, da experiência do *welfare*. A gestão do Estado, sob a égide da obra *keynesiana*, é completamente distinta da experiência da América Latina. Na teoria *keynesiana*, o objetivo principal é o pleno emprego. Para tanto, como o nível de ocupação é função da demanda efetiva, o governo deveria intervir na economia para chegar ao volume compatível com o pleno emprego. Para Keynes, não se poderia abandonar à iniciativa privada o cuidado de regular o volume corrente do investimento.

A mais importante obra econômica inspiradora do *welfare* surgiu em 1936, quando foi publicada a *Teoria Geral*, de Keynes. Nesse livro, o autor também questiona os pressupostos da economia neoclássica e a tendência inexorável ao equilíbrio macroeconômico, salientando que o desemprego involuntário era uma possibilidade efetiva, real. Além disso, as sociedades contemporâneas, se deixadas à mercê das forças de mercado, percorreriam uma trajetória cíclica ao longo do tempo, determinada pelas expectativas dos capitalistas em torno da remuneração de seu capital. Neste sentido, os gastos públicos assumem importância fundamental por serem um dos componentes da demanda agregada:

“Se o Tesouro se dispusesse a encher garrafas usadas com papel-moeda, as enterrasse a uma profundidade conveniente em minas de carvão abandonadas que logo fossem cobertas com o lixo da cidade e deixasse à iniciativa privada, de acordo como os bem experimentados princípios do laissez-faire, a tarefa de desenterrar novamente as notas (naturalmente obtendo o direito de fazê-lo por meio de concessões sobre o terreno onde estão enterradas as notas), o desemprego poderia desaparecer e, com a ajuda das repercussões, é provável que a renda real da comunidade, bem como a sua riqueza em capital, fossem sensivelmente mais altas do que, na realidade, o são. Claro está que seria mais ajuizado construir casas ou algo semelhante; mas se a tanto se opõem dificuldades políticas e práticas, o recurso citado não deixa de ser preferível a nada” (KEYNES, 1996: 96).

Nessa passagem, é patente a importância que Keynes dá ao controle que o Estado deve exercer sobre o volume dos gastos. Para seu objetivo, combater o

desemprego e os gastos improdutivos públicos eram “preferíveis a nada”. Portanto, um maior planejamento dos investimentos seria o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, embora isto não implique a necessidade de excluir ajustes e fórmulas de toda a espécie que permitam ao Estado cooperar com a iniciativa privada. No *welfare* europeu, como salienta Giddens, os mercados são mantidos amplamente subordinados ao governo (GIDDENS, 1999: 109). No entanto, mesmo quando Giddens reconhece a crise deste modelo e advoga uma nova economia mista, o papel do Estado permanece relevante, pois nela se pretende a busca de uma “*nova sinergia entre os setores público e privado, utilizando o dinamismo dos mercados, mas tendo em mente o interesse público*”.

O elemento fundamental do *Welfare State* é o combate ao desemprego e a proteção a todos os cidadãos através de forte presença do Estado, que estende ampla rede de assistência social.¹⁰ Uma das consequências deste modelo é o aumento significativo da carga tributária. Segundo o Dicionário de Política,

“...o Estado do bem-estar (Welfare State), ou Estado assistencial, pode ser definido, à primeira análise, como Estado que garante tipos mínimos de renda, alimentação, saúde, habitação, educação, assegurados a todo o cidadão, não como caridade mas como direito político” (BOBBIO, N., MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G., 1998: 416).

Portanto, exemplos históricos pululam para mostrar que Estado e mercado não se contradizem necessariamente. Como salienta Przeworski, o papel distributivista desempenhado pelo Estado pode gerar tensões constantes com o mercado. No entanto, existem objetivos e formas de intervir, observados historicamente, que promoveram uma complementaridade entre Estado e mercado.

Estes breves relatos pretendem indicar que, apesar de distintas, as experiências tanto europeia como latino-americana reforçam a ideia de que o Estado

¹⁰ Para Esping-Andersen, no pós-guerra, os países europeus foram capazes de “promover tanto o bem-estar como a eficiência porque as organizações de interesses existentes nesses países, altamente inclusivas, puderam prometer a contenção dos salários em troca do pleno emprego”. Por isso, puderam conciliar “forte rede de seguridade social” com “capacidade de ajuste ou de crescimento”. (ESPING-ANDERSEN, Gosta. *Revista Lua Nova* n° 35, 1995, p. 77).

capitalista tem como função precípua garantir as condições necessárias para o processo de acumulação de capital, seja ele próprio participando do processo produtivo, seja preservando as condições de reprodução dos fatores de produção, inclusive de trabalho. É claro que as formas ou estágios em que se encontram as sociedades capitalistas engendram formas distintas de organização estatal. A estrutura da sociedade em “contextos históricos específicos” irá definir o modelo e a forma de inserção estatal. Luciano Martins apresenta bem a questão:

“...na medida mesma em que tais sociedades seguem processos históricos distintos e apresentam padrões diferenciados de estruturação interna e de inserção no mercado mundial, o relacionamento entre Estado e sociedade nelas assume padrões também distintos. São precisamente esses padrões diferenciados que constituem problema sociológico, e são eles também que a redução da problemática do Estado capitalista às estritas determinações do modo de produção, tomadas como determinações universais, é incapaz de explicar” (MARTINS, 1985: 18).

O que interessa aqui é mostrar os estreitos vínculos entre Estado e capital ao longo do desenvolvimento capitalista, a despeito das complexas configurações sociais de cada sociedade, para refutar os dogmas da concepção neoliberal, que enaltece a eficiência do mercado em detrimento do Estado. Historicamente, tanto nas experiências dos países de capitalismo tardio como nos países desenvolvidos, a intervenção do Estado foi, e ainda é, importante. Nos primeiros, a experiência empresarial, principalmente no setor de infraestrutura, se destacou. Segundo Robert Kurz em *O colapso da modernização*, quanto mais tarde um país se industrializa, mais ele vai necessitar do Estado para trilhar esse caminho. Já nos países desenvolvidos, esta intervenção ocorre para a reprodução da força de trabalho, bem como para garantia do bem-estar social. Assim, a ênfase em determinado setor ou as particularidades de cada experiência não obscurecem que a intervenção estatal não resulta de acidente histórico. Pelo contrário, fazem parte das engrenagens de um grande mecanismo historicamente constituído.

No entanto, junto com o processo de globalização e neoliberalismo, estaria posto, como problema, a redefinição das margens de atuação do Estado

nacional. Diante da relativa perda de autonomia no tocante à formulação de políticas macroeconômicas, da maior concorrência internacional e da pressão de empresas e Estados com atuações globais, não restou ao Estado Nacional senão promover reformas que resultassem em diminuição dos custos estatais que recaem sobre os produtos de exportação, tornando as empresas mais competitivas no mercado internacional. Belluzzo relaciona o fraco desempenho das economias ocidentais, nos últimos 30, anos principalmente ao enrijecimento e desfuncionalidade das instituições, das políticas e das práticas que tentaram encapsular o mercado no “controle consciente da sociedade” sem, nem por isso, cumprir com sua função essencial de proteção ao cidadão (BELLUZZO, 1996: 10). Giddens, ao pregar que a política da terceira via deveria aceitar algumas das críticas que a direita faz ao *Welfare State*, também reconhece que ele é “essencialmente não- democrático, dependendo, como depende, de uma distribuição de benefícios de cima para baixo. Sua força propulsora é a proteção e a assistência, mas ele não dá espaço suficiente à liberdade pessoal” (GIDDENS, 1999: 122).

GLOBALIZAÇÃO E GOVERNABILIDADE

No Brasil, como já mencionamos, foram as grandes empresas sob controle do Estado que cumpriram, principalmente desde o Governo de Getúlio Vargas, a função de realizar investimentos de grande escala para constituir e aprimorar a infraestrutura econômica do país. Como já foi descrito, a política de substituição de importações exigiu ação direta do Estado, que viabilizou o processo de industrialização, assumindo, em muitos casos, os investimentos necessários. No entanto, principalmente depois da segunda crise do petróleo, vários problemas surgiram, promovendo estagnação econômica e saturação do modelo. O cenário externo desfavorável secou os financiamentos e dois outros problemas endógenos levaram o modelo à implosão: a inflação, que se tornou crônica e explodiu em uma hiperinflação e o excesso de proteção que incapacitou o país para enfrentar os novos paradigmas produtivos¹¹.

Como já descrevemos, o capitalismo, engendrou forma distinta de fortalecimento do Estado na Europa, cuja política intervencionista, baseada na teoria *keynesiana*, teve como objetivo a defesa de um padrão mínimo de vida, dos direitos sindicais, do combate ao desemprego e do aumento da renda real. No entanto, este modelo também entrou em crise. “Por razões que têm a ver tanto com seus efeitos econômicos externos como com os paradoxos do seu modo de funcionamento interno, o WSK parece ter exaurido, em grande parte, seu potencial e sua viabilidade” (OFFE, 1984: 381). Para Claus Offe, os argumentos relevantes para explicar a falência do *Welfare State* são:

“1) O Welfare State keynesiano é uma vítima do seu sucesso, pelo fato de eliminar (parcialmente) e acomodar as crises, ele inibiu a função positiva que as crises geralmente desempenhavam no processo capitalista da ‘destruição criativa’.

¹¹ Ver GOLDENSTEIN, Lúcia. Repensando a dependência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. E ainda: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Coord.) [et al]. A nova estratégia industrial e tecnológica: o Brasil e o mundo da III Revolução Industrial. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.

2) O *Welfare State* keynesiano envolve a consequência, inintencional mas inevitável, de solapar tanto os incentivos ao investimento como os incentivos ao trabalho.

3) Não existe um mecanismo equilibrador ou uma 'regra de parada' que permita ajustar a extensão da política social, de forma a eliminar suas consequências autocontraditórias: a lógica da competição partidária democrática e a aliança social-democrata com os sindicatos que continuam indisciplinadas por 'razões econômicas'" (OFFE, 1984: 379).

Apesar dos fatores endógenos terem permeado as avaliações de crise do Estado num primeiro momento, ganha terreno crescente o reconhecimento de que a problemática do Estado capitalista, nas formas em que se constituiu e se desenvolveu até aqui, está concatenada com o amplo processo de mundialização, principalmente a partir do fim da Guerra Fria em 1989.¹²

Indagando sobre o dilema da legitimação política e reconhecendo os problemas que a Primeira Guerra Mundial trouxe para o funcionamento estável do "sistema-mundo", Wallerstein descreve o sistema que reproduziu em escala mundial o que tinha sido feito antes nos Estados centrais:

"O wilsonianismo oferecia uma analogia entre o sufrágio universal e a autodeterminação nacional (a igualdade política de todos os Estados nas estruturas interestatais, paralela à igualdade política de todos os cidadãos no interior de um Estado). Também oferecia uma analogia entre a legislação social (e o Estado do bem-estar) e o conceito de desenvolvimento econômico das nações subdesenvolvidas, que receberiam ajuda para o desenvolvimento (um Estado do bem-estar em âmbito mundial)" (WALLERSTEIN, 2001: 130).

Assim, o sistema-mundo capitalista, na busca crucial de um funcionamento estável, engendrou formas distintas de fortalecimento do Estado – ente que exerceu papel fundamental na redistribuição mundial dos excedentes. Segundo Wallerstein, este modelo atingiu os seus limites por volta de 1970 e "a capacidade de o sistema-mundo fazer os ajustes necessários para manter

¹² Ver IANNI, Otávio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. E ainda WALLERSTEIN, Immanuel. A reestruturação capitalista e o sistema-mundo. In: GENTILI, Pablo. *Globalização excludente*. Petrópolis: Vozes, 2000.

legitimados os Estados-nações tem mostrado fortes sinais de desgastes” (WALLERSTEIN, 2001: 130).

Realmente, a dualidade global/nacional, pressuposta em muitos estudos sobre globalização, tem levado a inúmeras conclusões referentes a restrições crescentes ao Estado. Estas conclusões convergem para o entendimento de que a globalização econômica tem provocado diminuição da capacidade dos governos de Estados para gerenciar questões fundamentais para o país. A diminuição da capacidade do Estado de intervir na economia em particular e na sociedade em geral decorreria do aumento da competição intercapitalista no sistema mundial e da agressiva concorrência internacional ocasionados pelo esgotamento do modelo de acumulação capitalista do pós-guerra (Ianni, 1999; Wallerstein, 2001; Furtado, 1998 e Arrighi, 1997).

Neste sentido, a reforma do Estado se torna necessária para o desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo. Organizações como o FMI, BIRD e OMC pressionam a reestruturação do Estado através de reformas políticas, econômicas e institucionais com o objetivo de aprofundar e dinamizar as relações capitalistas de produção e circulação. Assim, estas instituições financeiras internacionais iniciam um processo de coordenação conjunta para implementar ajustes estruturais destinados a criar o Estado mínimo. Desta forma, o novo ciclo de aceleração do processo de globalização vem determinando uma redefinição dos graus de soberania e da forma e intensidade de inserção geopolítica e geoeconômica de cada Estado.

Outro aspecto saliente do diagnóstico do enfraquecimento do Estado decorre da sua incapacidade de controlar o enorme fluxo internacional de capitais, tornando os mercados voláteis e instáveis, o que provocaria crises esporádicas, principalmente nos países periféricos. As graves crises da Rússia, do México, do Brasil e da Argentina seriam consequências de fatores aparentemente antagônicos: (1) o modelo econômico implementado exigiu a disputa no mercado internacional destes capitais através de aumento substancial da taxa interna de juros e (2) a incapacidade destes países, diante da perspectiva de crises, de controlar a permanência deste capital dentro de suas fronteiras. Para estes autores, o novo padrão de acumulação mundial e a globalização desestruturaram o *Welfare State*, os “Estados empresariais” dos países em

desenvolvimento e promoveram a quebra do bloco comunista. Diante deste processo

“...os Estados nacionais ficam privados da possibilidade de articular uma política autônoma de desenvolvimento. (...) Os Estados nacionais se enfraquecem à medida que não podem mais controlar dinâmicas que extrapolam seus limites territoriais. A interdependência mundial de diversos processos acaba reduzindo de fato seu poder de decisão, mesmo que de direito continuem senhores de seu espaço de jurisdição” (VIEIRA, 1997: 105).

Assim, o Estado é “aprisionado” por forças supranacionais que limitam ou anulam sua capacidade de ação. O Estado é “capturado na teia de conexão global”, tornando-se, diante das “forças supranacionais”, incapaz de determinar seu próprio destino. Este poder decisório (“autoridade superior”), acima ou além dos Estados nacionais, estaria sendo evidenciado nos seguintes acontecimentos:

“Quase governos transestatais formalmente constituídos, dos quais a União Europeia é provavelmente o mais poderoso em sua jurisdição e as Nações Unidas, o geograficamente mais abrangente em escopo. (...)

“Acordos formalmente firmados (entre tais modelos pode-se citar o Tratado de Livre Comércio Norte Americano ou NAFTA) para a regulamentação dos níveis e da natureza da integração econômica, sem outras arapucas quase-governamentais, entre Canadá, Estados Unidos e México, ou ainda, o Mercosul na América do Sul.

“Acordos formalmente constituídos entre os interesses financeiros para a tomada de decisões sobre a geografia do fluxo de capitais, dos quais o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial são, de longe, os mais influentes.

“Menos formalmente constituídos e, às vezes, claramente ilegais ente controladores poderosos de investimentos e vendas, incluindo-se aí (...) o tráfego de substância psicoativas legais e ilegais; parafernália de comunicação” (MARKOFF, IN: BARROSO, 1999. P:73).

No entanto, os efeitos adversos da globalização sobre os Estados não são uniformes em todo o planeta. Olavo Brasil enfatiza que a “*magnitude dessa redução e sua natureza são funções diretas da posição relativa que o Estado*

nacional ocupa no ranking internacional”. No entanto, para o autor, poucos Estados nacionais estão em condições de bloquear a ação perversa do mercado e evitar que ela “*viesses a afetar negativamente seus cidadãos*” (LIMA JÚNIOR, 1999: 73). Assim, a dinâmica do processo de “declínio irreversível” dos Estados não é idêntica em todo o mundo, apesar de atingir até mesmo as nações desenvolvidas. Para Ianni

“É claro que a soberania do Estado-nação periférico ou do sul é em geral muito limitada, quando não simplesmente nula. (...) A dinâmica das relações, processos e estruturas que constituem a globalização reduzem ou anulam os espaços de soberania, inclusive para nações desenvolvidas, dominantes, centrais, do norte ou do Primeiro Mundo. Apesar das prerrogativas que preservam e inclusive procuram ampliar, é inegável que a soberania do Estado-nação é um princípio carente de nova jurisprudência, e de outro estatuto jurídico-político” (IANNI, 2001: 85).

Ao analisar a interpretação sistêmica das relações internacionais, Ianni enfatiza que os Estados nacionais continuam a desempenhar os papéis de atores privilegiados, apesar do mundo estar constituído por um sistema de diversos outros atores como ONU, FMI, empresas, corporações e conglomerados transnacionais. Assim, a sociedade mundial seria constituída de um sistema mundial complexo, no âmbito do qual encontram-se corporações, organizações, nações e outros atores mais ou menos ativos. Apesar de sua relevância neste sistema, o Estado-nação está sendo constantemente desafiado pelas relações internacionais, pelo jogo das alianças, pela luta pela hegemonia, etc. O suposto do Estado-nação é a soberania, que “*está sendo franca e drasticamente redefinida no jogo das relações, processos e estrutura que constituem a sociedade global*” (IANNI, 2001: 80).

A difusão desta percepção ampliou-se e revigorou-se com a adoção de políticas liberais que pregam, inspirados na teoria liberal do século XIX, “mercado livre” e Estado mínimo. Nesta visão, o “Estado é um fardo que os indivíduos têm que carregar para assegurar seus próprios fins; e o Estado deve ser limitado em âmbito e ter suas práticas restritas para assegurar o máximo possível de liberdade para cada cidadão”. Dentre as ideias dominantes do liberalismo – a defesa do “Estado mínimo” – a experiência paradigmática foi o *thatcherismo*.

Este modelo, sinalizado nas práticas e discursos neoliberais, teve como fonte inspiradora as ideias de economistas como Hayek e começou a ganhar audiência a partir dos anos 70, principalmente, com o esgotamento do Estado de Bem-Estar Social, a recessão e o desemprego. O eixo central do liberalismo foi o desenvolvimento de políticas que reduzissem o *Welfare* e promovessem estabilidade monetária. Assim, o objetivo final seria o equilíbrio fiscal e este passou a ser uma forte orientação de organismos internacionais, como o Banco Mundial e o FMI. Vários instrumentos foram utilizados para alcançar estes objetivos, principalmente controle monetário, política restritiva de empréstimos públicos, redução dos gastos sociais, privatização das empresas públicas e controle rígido dos juros.

Na América Latina, o termo usual para designar estas políticas passou a ser o “*Consenso de Washington*”. Esta expressão foi cunhada em 1989 por John Williamson e diz respeito a uma lista de políticas e reformas que estavam sendo requeridas, em conjunto, consensualmente, pelos principais centros e círculos de poder sediados na cidade de *Washington*: Tesouro norte-americano, FMI, BIRD, etc. O “Consenso” se deu em torno de se tomar liberalização comercial, privatização, ataque à inflação e redução de déficits públicos como um conjunto de remédios necessários à América Latina. Nasceu diante do diagnóstico de inflação alta e instável, de grandes *deficits* públicos, de elevados níveis de protecionismo e de ineficiência governamental.

Assim, para o “consenso liberal”, a prioridade era estabilizar. Com este objetivo foram propostos política fiscal austera, cortes nos investimentos públicos, redução dos salários dos funcionários públicos, demissões, flexibilização do trabalho dos funcionários públicos (apresentação de planos de demissão voluntária), corte das contribuições sociais, reforma da previdência social, etc. A segunda ordem de propostas e reformas tratava tornar o capital mais competitivo no mercado internacional desregulado e aberto. Com este objetivo, foram promovidas desoneração fiscal, flexibilização dos mercados de trabalho, diminuição das obrigações sociais com os trabalhadores e diminuição salarial. Por sua vez, a terceira ordem de teses objeto do “Consenso” propunha as reformas estruturais que incluíam desregulação, sobretudo dos mercados de

trabalho e financeiro, privatização, abertura comercial e ampliação das garantias do direito de propriedade, além de serviços e de propriedade intelectual.

Assim, *thatcherismo*, *reaganismo* e Consenso de *Washington* são expressões emblemáticas de uma era em que se constituiu e predominou, do ponto de vista ideológico, a matriz neoliberal, que vários economistas correlacionam com o processo de globalização, especialmente, a globalização financeira (Tavares e Fiori, 1997; Singer, 1998; Vieira, 1997). Gómez, por exemplo, relaciona a plena ascensão hegemônica do liberalismo no campo político-ideológico com a “retórica apologética da globalização” e a competitividade no mercado mundial. Sublinha o autor que:

“...o neoliberalismo passou a pregar, válido para o mundo todo e em nome da inevitabilidade dos sistemas e atores da globalização transnacional da economia, um conjunto de reformas econômicas de ‘ajuste estrutural’ (abertura das economias nacionais, desregulação dos mercados, flexibilização dos direitos trabalhistas, privatização das empresas públicas, corte nos gastos sociais, controle do déficit fiscal etc.), mais conhecido na América Latina sob a denominação de ‘Consenso de Washington’. Em suma, uma linguagem e um projeto dominante de globalização econômica que termina por identificar-se com uma receita de alcance universal – ou melhor, uma política econômica das relações internacionais ou um ‘novo constitucionalismo’ - correspondente a um capitalismo globalizado, que tem por espaço natural o próprio mundo e que pretende auto-regular-se sem interferências políticas nacionais, regionais ou internacionais, com o fim de gerar benefícios para todas as nações que nele se inserem competitivamente” (GÓMEZ, 2000: 21).

De forma simplificada e objetiva, a teoria que descreve o processo de globalização, intimamente ligado à mudança no papel do Estado, pode ser resumida como se segue.

Com o avanço da internacionalização dos circuitos econômicos, financeiros e tecnológicos, debilitam-se os sistemas econômicos nacionais, que passam a ser, progressivamente, desarticulados por forças exógenas e que circunscrevem a intervenção estatal a áreas restritas. A agenda política e econômica dos países passam a ser determinadas, em boa medida, por variáveis externas, reduzindo o espaço disponível para escolhas nacionais. É neste aspecto, principalmente, que a agenda liberal ganhou importância política nestes países. Além disso, a

necessidade de homogeneidade institucional, devido à maior concorrência internacional, reduz drasticamente a capacidade de manobra dos Estados. Neste sentido, “o consenso liberal” impede que governos desenvolvam ações, principalmente aquelas que coloquem em xeque o equilíbrio fiscal.

Hobsbawm explica que, hoje em dia, as decisões públicas estão descoladas do voto democrático, que já não serve mais como “norte”. Para ele, a “vontade’ do povo, independentemente de como é expressa, não pode determinar as tarefas específicas do governo”. A globalização à base do *laissez-faire*, vista nos últimos 20 anos, cometeu os mesmos erros dos sistemas soviéticos que fracassaram “porque não existia tráfego de duas mãos entre aqueles que tomavam decisões ‘no interesse do povo’ e aqueles a quem essas decisões eram impostas”.

Arrighi, ao estudar a relação entre o poder dos Estados e o poder do capital no seu *livro Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial*, enumerou vários autores que corroboraram a tese de que há perda geral de poder dos Estados diante de forças econômicas não-territoriais, supranacionais ou transnacionais. Arrighi cita Kindleberger como o autor que dá a salva de tiros inaugural do debate:

“...o Estado nacional está praticamente acabado como unidade econômica dada a emergência de um sistema de corporações transnacionais que não devem lealdade a país algum nem se sentem em casa em nenhum deles. (...) Foi uns vinte anos depois, entretanto, que a tese da perda geral de poder dos Estados diante das forças econômicas supranacionais ganhou uso corrente, sob o nome de ‘globalização’” (ARRIGHI, e SILVER, 2001: 16).

A força e o impacto da globalização sobre os Estados, para Hobsbawm é clara. Para ele

“...num mundo cada vez mais globalizado e transnacional, os governos coexistem com forças que exercem sobre a vida cotidiana de seus cidadãos um impacto pelo menos equivalente ao deles, mas que, em graus diversos, estão fora de seu controle. Apesar disso, eles não têm a opção política de abdicar diante de tais forças que estão fora de seu controle” (HOBBSAW, 2001: 5).

Para Hobsbawm, a soberania do mercado está solapando as premissas sobre as quais se erguem os governos dos Estados-nação, colocando a democracia liberal diante do que talvez seja seu problema mais grave. Para o historiador, poucos governos gozam hoje em dia de “confiança apriorística” e, nas democracias liberais, já não representam “a maioria dos votos, muito menos do eleitorado.”

A conclusão destes autores sobre a ameaça que recai sobre a democracia liberal é lógica. O Estado-nação é a unidade política dentro da qual a democracia liberal pode ser exercida (Hobsbawm, 2001). O Estado moderno como forma política evoluiu e consolidou-se, ao longo dos três últimos séculos, sobre quatro princípios normativos centrais: territorialidade (limite da jurisdição legal), soberania (supremacia para governar), autonomia (conduzir e decidir seus próprios assuntos) e legalidade (não há autoridade legal para além do Estado capaz de impor obrigações a ele ou a seus cidadãos) (Gómez, 2000). Assim, soberania é aspecto constitutivo fundamental do Estado-nação – “o Estado moderno é um fenômeno relativamente recente, e que a ‘soberania’ em sua forma moderna é uma exigência política altamente singular” (HIRST P. e THOMPSON G., 1998: 263). Além disso há estreito vínculo histórico entre democracia política e Estado-nação. Assim, se a globalização aumenta a vulnerabilidade do Estado-nação, por consequência, a própria democracia estará ameaçada.

Clauss Offe já havia dito no seu *Problemas estruturais do Estado capitalista* que democracia através da competição partidária e o *welfare state keynesiano* são componentes estruturais do capitalismo.

“A lógica da democracia capitalista é de contaminação mútua: infunde-se autoridade à economia através do gerenciamento da demanda global, das transferências e da regulamentação, de forma que ela perde cada vez mais seu caráter espontâneo e auto-regulador; e introduz-se uma contingência de mercado no Estado, comprometendo, assim, qualquer noção de autoridade absoluta ou de bem absoluto.”
(OFFE, 1984: 360)

E, para o autor, a democracia partidária competitiva e o paradigma do *welfare state keynesiano* “estão sob tensões e pressões cuja ordem de magnitude não tem precedentes no após-guerra”. (383). Esta avaliação, como já vimos, se tornou mais dramática com a percepção das consequências da globalização. Se assim for, podemos esperar duas possibilidades; um aumento do “conflito social e político não-mediado institucionalmente” ou mudanças fundamentais, “tanto na esfera econômica quanto na esfera política da sociedade” (Hobsbawm, 1984: 384).

No entanto, como brevemente já apontamos, não há consenso quanto às consequências da globalização sobre o Estado. Alguns autores, sob diversas alegações, contestam a afirmação de que o processo de globalização promove debilitação do Estado-nação. O principal argumento é que o Estado é o principal patrocinador das profundas mudanças que ocorrem, tanto no nível local, quanto global. Desta maneira, o Estado seria muito mais um protagonista ativo das mudanças em curso do que simplesmente sua vítima. Perguntado se a prevalência das corporações estratégicas enfraquece o papel dos Estados nacionais, René Dreifuss disse que

“...a ação dos Estados está presente em tudo isso, carreando recursos, estimulando as corporações estratégicas sediadas nos espaços que eles controlam, oferecendo mecanismos de articulação e assim por diante. O Japão, a China, a Alemanha, os Estados Unidos – todos eles sabem o que querem, maximizam seus trunfos, desenham cuidadosamente suas intervenções além-fronteiras” (DREIFUSS, 1998: 29).

Nesta visão, portanto, a globalização não é um processo capitalista autônomo que repercute negativamente sobre o Estado. Ao contrário, ele é induzido pelo Estado.¹³ O processo de globalização deslança a partir do momento em que é impulsionado pelo Estado nacional. Conforme Dreyfuss, há pelo menos dois protagonistas importantes no processo de globalização: as corporações estratégicas e os Estados Nacionais. Ambos atuam numa complexa rede de

¹³ Veja-se, por exemplo, BATISTA JR., Paulo Nogueira. *A economia como ela é*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

articulações econômicas e políticas em defesa de seus interesses.¹⁴ Os Estados norte-americano e o japonês, por exemplo, não estão em vias de serem eliminados, ao contrário, são coordenadores do sistema econômico e a Europa aspira a constituir uma organização supra-estatal sem, contudo, destruir os Estados. A intensificação da rivalidade intercapitalista exige que cada Estado invista e apoie suas empresas no processo de expansão global. Assim, o Estado é cada vez mais requerido para permitir o crescimento de suas empresas no espaço global, impulsionando, desta maneira, o processo de globalização.¹⁵ O aprofundamento deste processo é resultado de políticas desenvolvidas no campo do próprio Estado, portanto, que reafirma a vigência e o vigor do Estado-nação, que continua sendo figura emblemática do capitalismo contemporâneo. Ianni, ao estudar os conceitos de “economia-mundo” de Braudel e “sistema-mundo” de Wallerstein, concluiu que, nestes conceitos, *“ainda que seja evidente o empenho em desvendar as realidades geográficas, históricas e econômicas da mundialização, o Estado-nação aparece todo o tempo, como agente, realidade, parâmetro ou ilusão”* (IANNI, 2001: 44).

Portanto, a transnacionalização das empresas, o ir além das fronteiras geográficas e políticas, superando diferenças sociais, culturas e regimes políticos, impõem desafios aos Estados-nações, mas também requerem deles ampla cobertura. Belluzzo afirma que

“Ao invés da vitória dos mercados, em que prevalece o automatismo da concorrência perfeita, estamos assistindo à reiteração da famigerada ‘politização’ da economia. As transformações em curso não se propõem a reduzir o papel do Estado, nem enxugá-lo, mas almejam aumentar sua eficiência na criação de ‘externalidades’ positivas para a grande empresa envolvida na competição generalizada. Em alguns países, como nos Estados Unidos, o deslocamento do eixo das

¹⁴ Ver BENJAMIM, César ...[et. al.]. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

¹⁵ Um dado que reforça a tese de que o Estado, mesmo com a globalização, vem ganhando espaços, é referente à participação dos gastos públicos nas economias dos países desenvolvidos. No período 1978-81 os países Estados Unidos, Japão, Alemanha, a Média do G-7 e a Média da OCDE eram as seguintes: 30,7%, 31,5%, 47,8%, 35,8% e 36,7%, respectivamente. Já no período 1992-95, as médias para estes mesmos países eram 33,7%, 33,8%, 49,2%, 39,6% e 41,0%, respectivamente. Podemos perceber, em todos eles, um aumento da participação do gasto público em proporção ao PIB. (*A Opção Brasileira*, P. 199). No Brasil também podemos perceber esta tendência, medida sobretudo pela carga tributária. De um percentual médio de 25% do PIB nos anos 80, a carga tributária atingiu 32% no ano de 2001.

políticas do Estado é de uma evidência chocante, com o inequívoco enfraquecimento das políticas sociais” (BELLUZZO, 1998: 59)

Como um processo tão amplamente estudado pode resultar em conclusões aparentemente tão díspares? Na verdade, observamos no capitalismo contemporâneo os dois fenômenos. A globalização, realmente, comporta estas duas vertentes aparentemente contraditórias: é resultado da expansão capitalista (portanto, rompe com as delimitações das fronteiras nacionais), mas, também, exige a coordenação do Estado – mais do que isto, é impulsionada por este. O desenvolvimento extensivo e intensivo do sistema capitalista sempre transcendeu os limites do local, do regional, do nacional. O territorialismo norte-americano, o colonialismo ibérico, o imperialismo europeu destruíram fronteiras, alargaram espaços e constituíram novos limites diferentes dos anteriores, sob nova lógica, dinâmica, cultura e objetivos, ao mesmo tempo em que o Estado-nação se constituía e se fortalecia. Assim, o Estado-nação continua vigoroso, mas exercendo papéis diferentes daqueles que exerceu no passado. A relação Estado e globalização revela, ao mesmo tempo, fragilização e ação. Seria contraditório se assim não fosse.

Já havíamos mencionado, a partir de estudos de Przeworski, Bruno Wanderley e Fábio Wanderley, que a intervenção do Estado na vida econômica é absolutamente necessária para realização das relações próprias do mercado, que o desempenho da economia capitalista depende, sobremaneira, da capacidade do Estado em compatibilizar interesses diversos e divergentes. Apelamos, mais uma vez, para a explicação do professor Bruno Wanderley:

“...a provisão da necessária ‘coordenação de expectativa’ numa sociedade complexa (...) impõe a burocratização das relações sociais. Igualmente inexorável, porém, se apresenta a expansão do papel do mercado como um paradoxal ‘disciplinador automático’ da conduta social numa sociedade de ‘estranhos’, como é em larga medida a moderna sociedade complexa. Isto produz uma peculiar simbiose entre o estado e o mercado, uma complementaridade recíproca entre competição e burocracia que faz uma depender da outra para a sua plena operação” (REIS, 1997: 120).

Tal reconhecimento da necessidade de um estado complexo, justamente indispensável por assegurar as condições essenciais ao funcionamento do mercado, deixa claro que a dilatação do mercado pelo processo de globalização não poderia restringir os instrumentos regulatórios, mas, ao contrário, ampliá-los. No entanto, os modelos de Estados estruturados a partir da Segunda Grande Guerra – *Welfare State* e o “Estado empresarial” latino-americano, especialmente – engendraram mecanismos políticos e econômicos que se tornaram arcaicos para o atual estágio de acumulação capitalista e, portanto, necessitam, sob a nova lógica, ser desmantelados. Ou seja, a globalização gerou uma certa obsolescência do Estado.

Destarte, tanto *welfare* quanto o Estado empresarial entram em crise e as funções tradicionais atribuídas a eles – montagem da infraestrutura produtiva e bem-estar social – ficam esvaziadas. Suplantados estes limites, diante da crise iminente gerada por “radical instabilidade e imprevisibilidade”, novo escopo regulatório terá que reemergir, levando à criação de uma nova estrutura “estatal” repensada a partir das demandas sociais inexoráveis decorrentes do liberalismo (desmanche do *welfare*, desemprego, insegurança, etc.). O professor Bruno W. Reis, a partir do estudo de De Swaan, já apontava a necessidade de uma “coordenação impositiva”:

“Contemporaneamente, lidamos (...) com os riscos envolvidos no recente processo de ‘desregulamentação’ econômica, que tem resultado frequentemente em certo desmantelamento do conjunto de normas que compõe os direitos sociais. De um ponto de vista como o de De Swaan, este movimento só pode significar uma ‘oscilação’ temporária na tendência geral de coletivização de assuntos que hoje nos pareceriam de interesse estritamente privado; pois dado o processo inexorável de intensificação da interdependência humana (que certamente é reafirmado pela ‘globalização’ em voga), diversas externalidades não tardariam a se fazer sentir, tais como crescente pressão migratória internacional, aumento da turbulência política doméstica nos países centrais etc., impondo novas soluções coletivas de natureza compulsória – mais regulamentação, portanto. O problema é que ‘oscilações’ como esta podem colher gerações inteiras, e sua ‘profundidade’ é imprevisível ex-ante” (REIS, 1997: 133).

Assim, o liberalismo contemporâneo é intrinsecamente contraditório, o que é cada vez mais evidente com a ampliação da globalização. Como estabeleceu

Max Weber, os instrumentos burocráticos são condições essenciais para a eficiência organizacional. A promoção das forças de mercado maximizadora da concorrência e geradora de novos problemas, por mais difícil que seja vislumbrar mecanismos de aceitação internacional que promovam o controle institucional, não pode sobrepujar mecanismos de regulação, sob o risco de gerar degenerescência e sérios conflitos sociais. Diante dos novos conflitos capitalistas originados pela ampliação concorrencial do capital, novas instituições (ou as antigas reestruturadas) devem se constituir para substituir, em escala global, o papel regulador do Estado. Novos modelos organizacionais devem ser propostos para redefinir, em escala global, o papel do Estado, do mercado, da sociedade civil e das novas instituições que porventura venham a se constituir. Olavo Brasil, após defender que o desafio que se coloca hoje para a criação de uma ordem internacional mais justa requer, sobretudo, uma “nova organização política internacional que impeça as distorções geradas pelo mercado, garantindo a prevalência dos direitos humanos”, analisa que:

“Dados o enfraquecimento das organizações intermediárias e a redução da autonomia do Estado (democrático), um cenário possível, mas indesejável, incluirá: a) uns poucos Estados supranacionais (ou super), administrando diretamente o que restar da gestão realizada pelo mercado; b) um elevado número de países periféricos, que sequer atingiram o patamar mínimo da democracia representativa liberal de hoje” (LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil: 1999, 79).

O que consideramos importante destacar nas palavras do professor é a necessidade de administração por parte de um (ou alguns) Estado do que soçobrar da “gestão” realizada pelo mercado.

Touraine, em recente artigo, após denunciar o irracionalismo que conduziu o mundo para um desequilíbrio cada vez mais insuportável, enumera dois tipos de críticas ao capitalismo extremo. “O primeiro é que ele aumenta a desigualdade e a exclusão e desencadeia graves crises regionais”. O segundo é que “crescimento depende cada vez mais de fatores sociais como a educação, a reorganização do Estado, o modo de ‘governança’ e também o modo de distribuição do produto nacional.” O sociólogo francês conclui que, sem renunciar à economia de mercado que se impôs em toda parte, “devemos reconhecer

claramente que a economia deve ser controlada e regulamentada para ter efeitos benéficos e que a gestão eficaz da economia exige que se dê prioridade à luta contra a desigualdade, a injustiça e a ignorância.” É necessário substituir a “atual globalização por novas formas de regulamentação da economia” para, sobretudo, “reforçar os direitos dos indivíduos e das coletividades” (TOURAINÉ, 2002: 9).

Assim, é provável que algum nível de regulamentação da economia surja substituindo o figurino liberal, mesmo que não seja direcionado por princípios de justiça e igualdade como quer o sociólogo francês. O dinamismo no crescimento do comércio internacional, a crescente interpenetração e integração das redes produtivas, a volatilidade do capital financeiro, enfim, a globalização capitalista promove forte impulso para a uniformização de normas e padrões regulatórios. É claro que diferenças profundas nestas questões podem afetar, sobremaneira, o desempenho das empresas supranacionais. Assim, um mercado unificado para mercadorias, serviços, produção e investimento, com reduzidíssimas barreiras discriminatórias, exige uma integração normativa para responder às questões pertinentes à padronização dos serviços, da propriedade intelectual, da concorrência, dos instrumentos de intervenção estatal para estímulo de setores ou de regiões, de financiamento, etc. e a constituição e/ou fortalecimento de instituições capazes de observar e julgar o cumprimento das normas comuns. É assim que a economia de mercado e as instituições internacionais como OMC e FMI, que regulam, normatizam e arbitram a economia mundial, caminham juntas na configuração do amplo processo de globalização.

No entanto, diante da necessidade de regulação dos conflitos intrínsecos às economias competitivas e globalizadas, uma questão fundamental se sobrepõe: quais instituições irão patrocinar tais mudanças e em que condições?; qual o caráter efetivo da intervenção estatal e se ele permanecerá atuante e em que dimensões?

Arrighi, investigando a dinâmica de mudanças sistêmicas, identifica as crises de hegemonia através de três sintomas: intensificação da competição interestatal e capitalista, conflitos sociais ou civilizatórios que aumentam em escala global e o surgimento de novas configurações de poder que colocam em cheque o Estado hegemônico. A partir da ideia braudeliana das expansões financeiras como fases

finais dos grandes desenvolvimentos capitalistas, Arrighi identificou quatro ciclos sistêmicos de acumulação ao longo do desenvolvimento do sistema capitalista mundial (a *longue durée* de Braudel). O curso da história capitalista tem sido uma sucessão de expansões financeiras com trocas da guarda no alto do comando da economia mundial. A cada mudança, a economia capitalista se organizava sobre bases novas e mais amplas. Entre os ciclos, as fases de expansão financeira

“...consistem em fases de mudanças descontínuas, durante as quais o crescimento pela via estabelecida já atingiu ou está atingindo seus limites e a economia capitalista mundial se desloca, através de reestruturações e reorganizações radicais, para outra via” (ARRIGHI, 1996: 9).

Ao elucidar o padrão de formação, consolidação e desintegração dos sucessivos regimes pelos quais a economia capitalista mundial se expandiu, Arrighi constata que todo este processo apoia-se na existência de uma relação ligando a criação e a reprodução ampliada do capitalismo histórico ao processo de formação do Estado.

Assim, na evolução constitutiva do capitalismo, o Estado teve importância fundamental. Arrighi cita Weber e Braudel para constatar que a formação de uma economia mundial capitalista poderosa e verdadeiramente global dependeu, essencialmente, da fusão do Estado com o capital. Na visão de Arrighi, a emergência e a expansão do capitalismo eram absolutamente dependentes do poder estatal. No entanto, ao longo do curso do sistema capitalista há momentos de predomínio da doutrina liberal.

Desta maneira, considerando seu modelo de desenvolvimento, Arrighi não vê anacronismo na retomada, na década de 80, dos princípios liberais que prevaleceram no século XIX, como a virtude das pequenas empresas e o mercado auto-regulador. Para ele, o ressurgimento das doutrinas liberais se encaixa bem no padrão estabelecido por Henri Pirenne – ciclos de Pirenne – que prevê fases alternadas de “liberdade econômica” e “regulação econômica”:

“...é perfeitamente possível que o ressurgimento na década de 80 de crenças, antes ultrapassadas, nos mercados livres e no individualismo seja o anúncio de mais uma longa oscilação do pêndulo de Pirenne em direção à ‘liberdade econômica’. O próprio sucesso dos mercados administrados, na promoção da expansão econômica das décadas de 1950 e 1960, desorganizou as condições da ‘regulação econômica’; ao mesmo tempo, criou condições para a reprodução ampliada do capitalismo ‘informal’ que foi típico dos séculos XVI e XIX. Como em todas as oscilações prévias, um impulso organizacional num sentido acarretou um impulso organizacional no sentido oposto” (ARRIGHI, 1996: 341)

Portanto, segundo este entendimento, é possível que o ressurgimento do liberalismo a partir dos anos 80 seja uma resposta ao “impulso regulatório” ocorrido no regime norte-americano das décadas anteriores e indicativo de que uma nova oscilação estaria por vir – segundo as constatações de Pirenne – maior e mais complexa.

“Historicamente, as crises de superacumulação que marcaram a transição de uma estrutura organizacional para outra também criaram condições para a emergência de agentes governamentais e empresariais cada vez mais poderosos, capazes de solucionar tais crises através de uma reorganização da economia mundial capitalista em bases sempre maiores e mais amplas. (...) Esse processo é limitado no tempo. Cedo ou tarde, ele está fadado a atingir uma etapa em que a crise de superacumulação não consegue criar um agente suficientemente poderoso para recompor o sistema em bases maiores e mais amplas. Ou então, quando ele o faz, o agente que emerge da crise pode ser tão poderoso que põe fim à competição interestatal pelo capital circulante, que, desde o século XV, nas palavras de Weber, ‘tem criado as maiores oportunidades para o capitalismo ocidental moderno’” (ARRIGHI, 1996: 342).

No entanto, o processo evolutivo atingiu, ou está prestes a atingir, seus limites. Para Arrighi, assistimos ao definhamento do moderno sistema de Estados como *locus* primário do poder mundial. Devido à internacionalização dos processos de produção e troca e ao ressurgimento dos mercados financeiros mundiais, supra-estatais, “essas restrições e expectativas sem precedentes traduziram-se em pressões para relocalizar a autoridade dos Estados nacionais, tanto para cima quanto para baixo”. Dessa forma, nos últimos anos, inúmeras tentativas surgiram para formar um “governo mundial” na tentativa de barrar a escalada do caos sistêmico. Arrighi interpreta a revitalização “às pressas” de organizações

supra-estatais criadas pelo governo Roosevelt para “exercer as funções mais urgentes de governo mundial que o governo norte-americano não poderia nem negligenciar nem desempenhar sozinho” (idem, p. 343). Desta maneira,

“...o FMI foi autorizado a funcionar no papel de ‘ministério das finanças mundiais’, o Conselho de Segurança da ONU foi autorizado a exercer o papel de ‘ministério de policiamento mundial’ e as reuniões regulares do Grupo dos Sete tornaram esse órgão cada vez mais parecido com um comitê de administração dos assuntos comuns da burguesia mundial” (ARRIGUI, 1996: 343).

Arrighi, por um lado, reconhece que a expansão econômica desorganizou as condições da regulação econômica, criando aquelas necessárias para a reprodução ampliada do capitalismo informal e, por outro lado, que novas tentativas de organizações supra-estatais foram criadas, mas em vão, pois os problemas que induziram à busca de formas interestatais de governo mundial ainda persistem.

Ao resgatar o surgimento da Organização das Nações Unidas, Arrighi diz que houve uma institucionalização concreta da ideia de um governo mundial. As duas grandes guerras, em conjunto, a despeito das enormes diversidades de cada episódio, realçaram a dualidade competição e apropriação, o que ajudou, decisivamente, a criar as condições de uma interdependência de nações a nível mundial. A Carta das Nações Unidas, assinada por 50 países em junho de 1945, afirma que entre os seus propósitos está o de “(...) conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico social, cultural e humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais de todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião”.

Realmente a ONU desenvolve um papel fundamental na universalização contemporânea, inclusive dos Direitos Humanos. A Comissão de Direitos Humanos, criada em 1946, no âmbito do Conselho Econômico e Social, por exemplo, é um órgão coordenador de questões econômicas e sociais da ONU com alcance mundial. No entanto, além do predomínio financeiro permitido pela hegemonia dos Estados Unidos, dois fatos fizeram sucumbir as altas intenções

de sua criação: a Guerra Fria e a extrema disparidade de forças do cenário político internacional, que se reflete na composição do seu Conselho de Segurança, onde os seus cinco membros permanentes (Inglaterra, França, China, EUA e Rússia) têm o direito de veto.

Ainda segundo Arrighi, “o idealismo revolucionário de Roosevelt, que via na institucionalização da ideia de um governo mundial, o instrumento pelo qual o *New Deal* norte-americano seria estendido ao mundo inteiro, foi afastado pelo realismo reformista de seus sucessores” (ARRIGHI, 1996: 68). Como exemplo, nas duas primeiras décadas após a criação da ONU, o poder privilegiado de alguns bancos centrais, sob a liderança dos EUA, desempenhou um papel muito mais relevante sobre as finanças mundiais do que o FMI ou o Banco Mundial. É na década de 80, como já mencionamos acima, que estas instituições renascem com posição de destaque na regulamentação global. Além disso, por volta de 1970, quando para o autor começou a crise da hegemonia norte-americana,

“...as empresas multinacionais haviam evoluído para um sistema de produção, intercâmbio e acumulação, em escala mundial, que não estava sujeito a nenhuma autoridade estatal e tinha o poder de submeter a suas próprias ‘leis’ todo e qualquer membro do sistema interestatal, inclusive os Estados Unidos” (ARRIGHI, 1996: 74).

Assim, tanto o exercício do poder mundial desempenhado pelos Estados Unidos quanto o processo de globalização definham e, de certa forma, deturparam os instrumentos desenhados no pós-guerra que poderiam constituir mecanismos de governança mundial. É interessante notar que FMI e Banco Mundial são reforçados como instituições mundiais, paralelamente, como observou Arrighi, ao aumento significativo de empresas multinacionais e das transações dentro delas e entre elas e isto contribuiu, decisivamente, para o enfraquecimento do moderno sistema de nações territoriais como sede primária do poder mundial. As empresas transnacionais não estão pretendendo substituir as instituições governamentais, mas pleiteiam, em essência “o direito de transcender o Estado nacional e, nesse processo, transformá-lo”.(ARRIGHI, 1996: 82)

Poderíamos perguntar, portanto, até que ponto o fortalecimento das instituições como FMI, Banco Mundial e OMC, ao invés de pretender “regulamentar o

mercado mundial”, não poderia estar, de fato, contribuindo para uma não-territorialidade? Ou ainda, se há condições de se criarem instituições que, de fato, gerem mecanismos capazes de estabelecer a governança mundial. Da mesma forma que os controles estabelecidos pelos Estados nacionais, sob a égide da doutrina keynesiana, não impediram o crescimento das grandes empresas e não conseguiram deter a concorrência crescente do mercado internacional, nada indica que a existência de um poder organizado que transcenda a soberania nacional vá impedir o avanço do capital sobre o mercado mundial. Além disso, que mecanismos poderiam ter evitado as crises da Rússia, do México, do Brasil e da Argentina? O próprio Arrighi reconhece que a expansão econômica desorganizou as bases da regulação econômica, criando as condições para a reprodução ampliada do capitalismo informal. É a própria expansão capitalista que promove o rompimento dos mecanismos de controle e planejamento estabelecidos pelos Estados, que se tornaram fragilizados e atrofiados diante do gigantismo do mercado e do poder econômico das empresas. Arrighi lança mão da máxima de Larissa Lomnitz – “quanto mais um sistema social é burocraticamente formalizado, regulamentado e planejado, mas, ainda assim, incapaz de atender às necessidades sociais, mais ele tende a criar mecanismos informais que escapam ao controle do sistema” – para dizer que o que é válido para as economias nacionais, é válido para as economias mundiais e estas são muito mais difíceis de organizar, regulamentar e planejar.

Além disso, assim como os EUA desempenharam papel preponderante na governança mundial no pós-guerra, devido ao seu extraordinário poder, nada indica, após a superação da crise dos anos 70/80 e a revigorante década de 90, que a maior potência mundial, detentora de um terço da economia global, não irá fazê-lo agora com muito mais empenho. Neste contexto, fica difícil imaginar que possa surgir uma nova configuração de poder, principalmente depois dos anos 90, quando o fim da Guerra Fria, a expansão financeira e o soerguimento da economia norte-americana transferiram aos EUA uma centralidade econômica, financeira e militar sem precedentes na história do capitalismo. No entanto, este poder e esta centralidade não conseguem dar ao EUA autossuficiência e nem superioridade incondicional. A economia norte-americana recebe a maior parcela na distribuição dos recursos econômicos, no

entanto, neste aspecto, o mundo é crescentemente multipolar, o que, em certa medida, explica o processo de globalização.

É óbvio que o componente estratégico-militar dos EUA é, incomparavelmente, maior que o dos outros países. No entanto, este não pode ser o único elemento a ser considerado para analisarmos a relação dos EUA com o resto do mundo, a não ser que pudéssemos supor que sempre os conflitos entre os estados soberanos se resolverão com o uso da força militar.¹⁶ Tanto a guerra contra o Afeganistão quanto a Guerra do Golfo são exemplos de que os EUA não podem prescindir do envolvimento, no mínimo econômico, de outros países, do aval das Nações Unidas e da participação, mesmo que de forma submissa e tênue, de seus aliados. Sob o aspecto estratégico-militar, os EUA são invulneráveis, sua supremacia não tem rival. Mesmo tendo diminuído suas Forças Armadas e reduzido os gastos com defesa de 6,5% do PIB (1985) para 3,1% (1999), não há inimigo potencial capaz de enfrentar a máquina de guerra dos Estados Unidos de igual para igual. No entanto, apesar de sua enorme capacidade de extermínio, tanto para a opinião pública interna quanto para o resto do mundo, os EUA não podem prescindir de legitimidade ético-política para suas ações. Isto não quer dizer que os EUA não possam agir unilateralmente, mas a conformação atual do mundo moderno torna desaconselhável uma ação deste tipo.

Assim, o aprofundamento do processo de globalização, a maior distribuição de recursos produtivos, tecnológicos e econômicos e a instituição de instâncias supranacionais de decisão e planejamento devem atenuar a importância da força militar. No entanto, isto não valida, na nossa opinião, a visão de Wallerstein que detecta sinais de declínio na hegemonia norte-americana.

Wallerstein previu que o período que temos pela frente, os próximos 30-40 anos, será de desintegração do sistema histórico-capitalista, será um “período negro, cheio de inseguranças pessoais, incertezas quanto ao futuro e ódios violentos” (WALLERSTEIN, In: GENTILI, 2000: 249). Em entrevista recente, o pensador diz que os EUA têm sido o poder hegemônico no sistema-mundo desde 1945, mas que têm apresentado sinais de declínio desde a década de 70, que perderam

¹⁶ Conforme RICUPERO, Rubens em *Os EUA e o reordenamento do sistema internacional. Mercados, poder e o futuro*. Braudel Papers, n° 6, Mar/Abr de 1994.

vantagem econômica e o controle político automático sobre os aliados, só restando dessa hegemonia a superioridade militar (WALLERSTEIN, 2001: A7).

Quanto ao poderio militar, não resta dúvida: o alcance dos instrumentos de guerra dos EUA é cada vez mais global e impressionantemente assimétrico em relação às demais forças mundiais. No entanto, isto apenas aponta para a possibilidade de coexistência de dois sistemas justapostos: um unipolar, de caráter militar, liderado pelos EUA, e um outro, mais complexo, com tendência multipolar, envolvendo os aspectos econômicos, produtivos e culturais.

No entanto, a visão de decadência econômica e política merece exame crítico diante dos dados apresentados, principalmente na última década. O Japão, segunda maior economia do mundo, parece paralisado diante de tripla ameaça: dívida, deflação e impasse político. Colapso dos lucros, corte de custos, demissões em massa, debilidade do sistema bancário diante de excessivo endividamento das empresas, dívida pública, deflação, mesmo com taxa de juros zero, dentre outros problemas, são retratos de uma economia estagnada ainda sem condições de delinear uma solução. Já a Europa, apesar de ter apresentado uma melhor performance na produtividade, não conseguiu, nestes últimos anos, acompanhar o crescimento norte-americano. Martin Wolf disse que

“...algo de fundamental pode estar mudando no equilíbrio econômico entre os EUA e a Europa Ocidental. Depois do fim da Segunda Guerra, a Europa se equiparou rapidamente aos padrões de vida americanos. Mas esse período de convergência terminou em meados dos anos 90. Se a atual divergência continuar, a Europa, já insignificante militar e politicamente, enfrentará também um declínio econômico” (WOLF, 2002: A9).

Um outro fator preponderante é que credibilidade é a base da modernidade econômica. A falta de credibilidade de um plano governamental, especialmente em questões de comércio e investimentos internacionais, promove fragmentação e descontinuidade. Deixar erodir sua credibilidade é fatal para uma instituição que se propõe planejar ou arbitrar desavenças comerciais ou econômicas. Tanto a OMC, devido principalmente à sua incapacidade real de combater as idiosincrasias dos Estados Unidos, essencialmente devido ao seu

protecionismo, quanto o FMI, principalmente depois do colapso da economia Argentina, têm hoje suas credibilidades ameaçadas. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, em recente visita à Rússia, ao defender uma ordem internacional mais solidária e avaliando que “*o mundo carece de mecanismos de governança que adequem as exigências do mercado às necessidades das comunidades nacionais*” disse que o “*Sistema de Bretton Woods está obsoleto, se é que algum dia cumpriu os objetivos para os quais foi criado*” (Folha de S. Paulo, 15/01/2002: A7)

A fala de Cardoso é coincidente com a avaliação de Arrighi, para quem nem as organizações de *Bretton Woods* nem as das Nações Unidas foram efetivamente habilitadas a exercer as funções de governo mundial, contrariando o desejo de Roosevelt. Segundo Schurmann, esta visão unimundista de Roosevelt foi uma extensão de sua ideologia do *New Deal*, cujo cerne era que

“somente um governo grande, benevolente e competente poderia garantir a ordem, a segurança e a justiça para os povos. (...) Assim como o New Deal trouxera ‘segurança social’ para a América, o ‘mundo único’ levaria segurança política ao mundo inteiro” (ARRIGHI, 1996: 285).

J. M. Cardoso de Melo diz que, considerando o projeto original de Keynes ou de Harry Dexter White, especialmente quanto à autonomia e ao raio de ação de organismos como o FMI e o Banco Mundial, as instituições internacionais criadas em *Bretton Woods* permaneceram muito aquém do projeto original. Diz também, que apesar do crescimento da periferia entre o pós-guerra e 1979, quando os EUA assumem unilateralmente a responsabilidade de manter a posição do dólar como moeda e reserva, pondo um fim ao sistema de *Bretton Woods*, apenas dois países conseguiram montar sistemas industriais integrados – Brasil e Coréia – e apenas este conseguiu internalizar as condições básicas para tornar o seu capitalismo dinâmico.

Assim, se a crise do Estado no processo de globalização representa a crise dos modelos pré-existentes e salienta a necessidade de se reinventarem condições de governança mundial, nos termos de Touraine, as instituições como se apresentam hoje não estão credenciadas para o exercício desta atividade e,

portanto, outros mecanismos devem ser criados. No entanto, como salienta Arrighi ao lembrar Braudel, o capitalismo é um sistema que se caracteriza pela flexibilidade e capacidade de adaptação. Se o sistema rompeu a carapaça que o submetia ao controle político da sociedade promovendo retrocesso social e regressão produtiva em várias partes do mundo, nada indica que a desarticulação destas estruturas seja definitiva. A desmontagem dos Estados-nacionais, especialmente o definhamento das conquistas promovidas pelas lutas democráticas desde o século XIX, e a incapacidade das instituições de caráter internacional de substituí-los forçarão novas trajetórias e novas estratégias para dotar a sociedade de novas normas.

É evidente que o crescimento das empresas transnacionais bombardeiam o poder estatal e que a necessidade de convivência num mercado global exige instrumentos normativos reguladores e de fiscalização, o que resgata e fortalece as instituições supraestatais.¹⁷ No entanto, nem as instituições supraestatais criadas após a Segunda Guerra Mundial deram conta totalmente do recado, nem o Estado ainda foi completamente minado por esta realidade. Ao contrário, a principal característica da relação estrutural entre Estado e capital permanece como esteve desde o século XIX. Como já mencionamos, o desenvolvimento do capitalismo é, historicamente, dependente do poder estatal. Como afirmou Arrighi, a partir de sua leitura de Braudel, o aspecto mais importante da transição de um poder capitalista disperso para um poder concentrado é a fusão singular do Estado com o capital (ARRIGUI, 1996: 11-13). Weber também considerou que o florescimento do capitalismo moderno é resultado da aliança entre o Estado e o capital. (WEBER, 1994: 517). Desta forma, o Estado continua sendo uma instituição fundamental do capitalismo. Da mesma maneira que o capital recupera sua flexibilidade na forma de moeda, o Estado deverá ter flexibilidade para cumprir seu papel na nova configuração mundial do capitalismo.

¹⁷ Luiz Gonzaga Belluzzo, em artigo denominado “*Keynes, o retorno*” lembra que o economista insistia no controle inteligente pela sociedade dos mecanismos que movem os negócios privados. “Ele imaginava que o controle de capitais deveria ser ‘uma característica permanente da nova ordem econômica mundial’. Uma instituição supranacional – um banco central dos bancos centrais – seria encarregada de executar a gestão ‘consciente e socialmente responsável’ das necessidades de liquidez dos negócios internacionais e dos problemas de ajustamento do balanço de pagamentos entre países, tanto superavitários como deficitários.” (Jornal Folha de S. Paulo, 17/02/2002: B2).

GLOBALIZAÇÃO E democracia

O fenômeno da globalização é, normalmente, entendido como algo de novo, resultante de um conjunto de mudanças na economia e na ordem política mundial que vem ocorrendo nos últimos anos, especialmente nas duas últimas décadas. Outro aspecto saliente no entendimento vulgar é que o processo da globalização é resultante exclusivo das forças de mercado e que está atrelado de forma definitiva à diluição do poder político. No entanto, cremos que esses entendimentos estejam equivocados.¹⁸

Apesar de o termo globalização, ou globalismo, ser usado mais para identificar um processo de maior integração econômica mundial, seu uso pelo senso comum – portanto, com forte teor ideologizante – pressupõe mudanças econômicas normalmente patrocinadas pelo neoliberalismo, como acentuada diminuição da presença empresarial do Estado (privatização), desregulamentação dos mercados, maior fluxo dos capitais financeiros, menos barreiras alfandegárias, menor capacidade dos Estados de preservarem e protegerem seus mercados nacionais, crise do *Welfare State*, etc.

Outra ideia amplamente divulgada – que demonstra uma ampliação do comércio internacional em função dessa desregulamentação do mercado – também não pode ser comprovada empiricamente em todas as situações. Surpreendentemente para alguns, o mercado interno, apesar da globalização, tem igual ou maior importância do que os mercados internacionais.

Hirst e Thompson, ao fazerem a análise da globalização e da história da economia internacional, concluem:

¹⁸ Concordo com Nogueira Batista Jr. que o debate sobre a globalização tem resvalado para a simplificação e vulgaridade. No entanto, não podemos negligenciar uma série de transformações que dão uma certa especificidade ao mundo contemporâneo. Reconhecer que a “globalização” é, em boa medida, a retomada de processos e tendências antigos não significa rejeitar o termo, como se nada de novo estivesse ocorrendo. A identificação da globalização como um processo que remonta ao início da formação do capitalismo não impede que questões importantes de natureza política, econômica e social surjam do seu revigoramento. Assim, tratar da globalização como um fenômeno contemporâneo não significa, necessariamente, distanciar-se da perspectiva histórica. Ao contrário, para entendermos bem o processo, necessitamos justamente de localizá-lo historicamente com suas especificidades e distinções.

“Portanto, como conclusão preliminar, podemos dizer que a economia internacional era de muitas maneiras mais aberta no período pré-1914 do que tem sido, em qualquer momento, desde aquela época, inclusive do que do final da década de 70 em diante. O comércio internacional e os fluxos de capital, tanto entre as próprias economias rapidamente industrializadas quanto entre estas e seus diversos territórios coloniais, eram mais importantes em relação aos níveis do PIB antes da Primeira Guerra Mundial do que provavelmente são hoje. Além dessa questão da migração internacional que acabamos de explorar, temos uma economia internacional extraordinariamente desenvolvida, aberta e integrada no início deste século. Portanto, de forma alguma, o período atual é novidade” (HIRST e THOMPSON, 1998: 57).

Até mesmo a ONU, através do PNUD o assunto cautelosamente. Em um quadro intitulado *Um mundo cada vez menor*, do Relatório do Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento, 1997, há um reconhecimento de que a economia mundial passa por grandes mudanças. No entanto, o relatório adverte contra a onda de “ineditismo” que cerca as análises sobre a globalização.

“Estas mudanças são significativas, mas é preciso colocá-las em seu contexto histórico. Uma grande parte disto já aconteceu antes. Para 17 países industrializados para os quais há dados comparativos, as exportações como percentagem do Produto Interno Bruto (PIB) eram de 12,9% em 1913, não muito abaixo do nível de 1993, de 14,5%”.¹⁹

Em alguns aspectos, como nas correntes migratórias, o Relatório aponta até mesmo um refluxo: “Em épocas anteriores de globalização, houve muito mais movimento de gente ao redor do mundo. Hoje em dia, a imigração está mais submetida a restrições”.

A globalização é um fenômeno antigo, apesar da visão prevalecente de que a revolução da informática, a liberalização dos mercados e o aperfeiçoamento dos transportes e da comunicação estão criando um mundo novo, sem qualquer precedente histórico – um mundo caracterizado pela globalização das relações econômicas. Fernand Braudel chamou esse processo de longo prazo de globalização de “o plano mais alto da economia” que, no século XVI,

¹⁹ Ver em www.undp.org.br/HDR

“...transpôs as fronteiras políticas e culturais que, cada uma a sua maneira, separavam e diferenciavam o mundo mediterrâneo’. Naqueles tempos, globalização significava principalmente comércio de longa distância, devagar pelos padrões atuais, de metais preciosos, cereais e bens de consumo caros, bem como um sistema internacional de pagamentos em evolução, baseado em letras de câmbio entre banqueiros e comerciantes em pontos distantes do sistema. Braudel definia a economia mundial como ‘uma soma de áreas individualizadas, econômicas e não-econômicas, [estendendo-se] para além das fronteiras de outras grandes divisões históricas... A economia mundial é a maior superfície vibradora possível, que não somente aceita a conjuntura, mas, em certa profundidade ou nível, a cria. É a economia mundial em todos os eventos que cria a uniformidade de preços numa área imensa, como um sistema arterial distribuiu sangue por todo um organismo vivo. É uma estrutura em si mesma” (RICUPERO e GALL, 2002:17).

Desta forma, a expansão além-fronteiras faz parte da natureza do capitalismo, nasce com ele, como podemos constatar com a expansão marítima, as colonizações, os saques generalizados realizados pelas metrópoles tanto aqui quanto na África ou no Oriente.

Alguns autores identificam o processo de internacionalização e de criação de um mercado de alcance mundial desde o início da colonização. Alguns outros, mesmo sem recuar tanto no tempo, acham equivocado tratar a globalização como uma novidade do sistema capitalista. Hirst e Thompson dizem que

“se as teorias da globalização significam que temos uma economia em que todas as partes do mundo são ligadas por mercados que compartilham informações quase em tempo real, isso não começou na década de 1970, mas na de 1870. (...) Em certos aspectos, a economia internacional atualmente é menos aberta e integrada do que o regime que prevaleceu de 1870 a 1914” (HIRST e THOMPSON, 1998: 15).

Immanuel Wallerstein destaca que no capitalismo histórico, o capital passou a ser investido tendo como “objetivo ou intenção primordial, a auto-expansão”. Para ele, temos um sistema capitalista em operação somente se “a acumulação de capital tiver tido prioridade sobre objetivos alternativos ao longo do tempo”. Para tanto, o desenvolvimento histórico do capitalismo envolveu a

mercantilização de tudo, de “processos, não só os de troca, mas também os de produção e os de investimento”.

Conclui o autor que a economia capitalista tem sido governada pela intenção racional de maximizar a acumulação. No entanto, o produtor capitalista, cujo objetivo é acumular capital, agirá submetido a uma série de restrições econômicas existentes no “mercado”, que decorrem do “processo social total que existe em um tempo e lugar concretos”. O resultado observado é que o capitalismo desenvolve ciclos de expansão e estagnação como um todo. As transferências geográficas são inevitáveis, motivadas, principalmente, pela mudança para regiões em que o custo da mão-de-obra é inferior. “O fenômeno de transferência é parte do capitalismo histórico desde que ele existe”. Segundo Wallerstein, *“a gênese deste sistema social (capitalismo histórico) se situa na Europa no final do século XV, que, de lá para cá, ele se expandiu no espaço até cobrir todo o planeta no final do século XIX; e que ainda engloba a Terra inteira”* (WALLERSTEIN, 2001: 13-40).

Como já foi salientado, o que percebemos nos últimos anos é a retomada de uma característica intrínseca do capitalismo. Até mesmo algumas propostas liberais, que são apresentadas como novidades contemporâneas, não passam de reprodução de algumas práticas capitalistas antigas, como é o caso da flexibilização. O processo de industrialização na Inglaterra, por exemplo, utilizou intensamente esse mecanismo, terceirizando a contratação de mão de obra a um empreiteiro intermediário, que, ao mesmo tempo, era um pequeno empreendedor e um empregado, condição que não o impedia de explorar ao máximo a força de trabalho, inclusive a de mulheres e a de crianças. Segundo Dobb (1981), esse processo perdurou até o final do século XIX. Ao tratar dos custos sociais da revolução industrial, Hunt e Sherman também sintetizam este processo, especialmente no que se refere ao emprego de mulheres e crianças no sistema fabril:

“As crianças estavam submetidas à mais cruel das servidões. Isoladas daquelas a quem poderiam inspirar compaixão, ficavam à mercê dos capitalistas e de seus empresários cuja única preocupação era vencer a concorrência movida por outras fábricas. As crianças trabalhavam de 14 a 18 horas por dia, até caírem exaustas. O pagamento dos capatazes variava em função do que as crianças produzissem, o que

*os incentivava a serem impiedosos e a exigirem o máximo delas”
(HUNT & SHERMAN, 2000: 73-74).*

Assim, mudanças tecnológicas com aumento de produtividade e redução da demanda de mão de obra, expansão do comércio inter-regional e de longa distância, tendência à acumulação, redução dos custos de transporte e aperfeiçoamento na comunicação são elementos que assinalam a própria formação do sistema capitalista. O que é apresentado como novo e inevitável não é nada mais do que a reprodução e o aperfeiçoamento de antigas técnicas produtivas capitalistas.

Além disso, dentro do pensamento econômico clássico, de Smith, Marx, Keynes, dentre outros, temos várias reflexões que descrevem o funcionamento do capitalismo como um sistema detentor de uma formatação muito próxima do que hoje chamamos de globalização, ou seja, um sistema dimensionado em escala mundial. Marx, por exemplo, já descrevia como parte do que chamou de acumulação primitiva do capital a espoliação sistemática de ouro e prata nas Américas destacando que o impulso expansionista é da própria natureza do capitalismo. No entanto, se o capitalismo não nasceu global, mas atuando em um *locus* específico – Europa ocidental – a partir do final do século XIX ele alcança todo o mundo. Wallerstein diz que “o sistema-mundo moderno é a economia-mundo capitalista. Ele teve início no século 16 num segmento específico do planeta: na Europa ocidental e em partes das Américas. Ele se expandiu geograficamente e inclui todo o planeta desde o século 19” (WALLERSTEIN, Folha de S. Paulo, 10/02/2002: A7).

Exemplos históricos não faltam. O esforço incomensurável dos europeus para romper os limites geográficos, técnicos e militares a partir, principalmente, do século XV resultou no desenvolvimento de um processo intenso e contínuo: a expansão comercial, característica fundamental da globalização e do próprio capitalismo. São marcas registradas desse processo a conquista de novas rotas comerciais para o Oriente, bem como a titânica aventura dos ibéricos na busca de novos mercados fornecedores e consumidores de mercadorias. Dessa expansão, surgiram as primeiras ocupações nos novos continentes conquistados. Ou seja, os primeiros investimentos nos novos territórios tinham

como objetivo viabilizar a expansão comercial. A colonização da América, da África e do Oriente sempre se processou com o mesmo intuito inicial: a ampliação comercial. O imperialismo foi o acirramento desse processo. Mesmo que de forma dependente, esses novos mercados já nasceram integrados ao novo sistema.

Portanto, características definidoras de globalização – integração e interdependência – também estão presentes desde o início do capitalismo. Desde o final do século XIX, a expansão capitalista e o imperialismo provocaram reflexões em Robson, Rosa Luxemburgo e Lenin. Apesar da distinção da avaliação que cada um fez do processo,²⁰ todos denunciavam o impulso expansionista do capitalismo e as políticas de profunda exploração dos países atrasados economicamente.

Neste sentido, também é importante a avaliação de Adam Smith sobre o processo de formação dos mercados mundiais. Para Smith, as descobertas da América e de uma passagem para as Índias Orientais pelo cabo da Boa Esperança “são os dois maiores e mais importantes eventos registrados na história da humanidade”. No entanto, A. Smith percebe com clareza que existem dois lados distintos nesta relação comercial. Alguns se beneficiam com a união das mais distantes regiões do mundo, enquanto os nativos recebiam os “infortúnios horríveis” provocados por tais eventos:

“A descoberta da América e a de uma passagem para as Índias Orientais pelo cabo da Boa Esperança são os dois maiores e mais importantes eventos registrados na história da humanidade. Suas consequências já têm sido muito grandes; entretanto, no curto período de dois a três séculos, decorrido desde que feitas essas descobertas; é impossível que já tenhamos podido enxergar todo o alcance de suas consequências. Não há sabedoria humana capaz de prever que benefícios ou que infortúnios podem ainda futuramente advir à humanidade através desses grandes acontecimentos. Por unirem, até certo ponto, as regiões mais distantes do mundo, por possibilitar-lhes aliviar mutuamente as necessidades, aumentar suas satisfações e estimular sua atividade, sua tendência geral pareceria ser benéfica. Para os nativos, porém, tanto os das Índias Orientais como os das Índias Ocidentais, todos os benefícios comerciais que possam ter advindo desses eventos soçobram e se perderam nos infortúnios

²⁰ Luxemburgo identificou o imperialismo como uma forma de conquista de mercado para o excedente de mercadorias. Lenin o considerou como resultado da necessidade de expansão do próprio capital e destacou a importância do capital financeiro, que já atuava em nível internacional.

horríveis que provocaram. Contudo, esses infortúnios parecem ter derivado mais de acidentes do que da própria natureza desses eventos. Na época específica em que se realizaram tais descobertas, aconteceu que a superioridade de forças estava a tal ponto do lado dos europeus, que estes puderam cometer impunemente toda sorte de injustiças naquelas regiões longínquas. Futuramente, porém, é possível que os nativos desses países se tornem mais fortes, ou os da Europa mais fracos, e os habitantes de todas as diversas regiões do mundo possam chegar àquela igualdade de coragem e força que, inspirando temor mútuo, constitui o único fator suscetível de intimidar a injustiça de nações independentes e transformá-la em certa espécie de respeito pelos direitos recíprocos. Contudo, nada parece ter mais probabilidade de criar tal igualdade de força do que o intercâmbio mútuo de conhecimento e de todos os tipos de aprimoramentos que natural, ou melhor, necessariamente, traz consigo um amplo comércio entre todos os países” (SMITH, 1996, vol. II: 116)²¹.

Também as palavras de Karl Marx e de Keynes são extremamente elucidativas.

Marx, já no século XIX,

“...desnuda essa dimensão mundial do processo civilizatório inaugurado pela era capitalista, tomando o diâmetro do planeta (concebido como um gigantesco mercado mundial) como o verdadeiro patamar histórico e heurístico a partir do qual elabora todas as suas formulações a respeito da sociedade moderna, sua dinâmica de movimento e sua lei de desenvolvimento. Não há capitalismo que não seja supra-nacional, mundial” (MELLO, 2000: 14).

No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx descreve com precisão o que podemos conceituar como globalização:

“A necessidade de expansão constante do mercado impele a burguesia a estender-se por todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte.

A burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo, em todos os países, por meio da exploração do mercado mundial. E, para desespero dos reacionários, ela retirou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo dia a dia. Em seu lugar surgem novas indústrias, como necessidade imperativa para a sobrevivência das nações civilizadas, cujas matérias primas já não são mais as próprias dos referidos países, mas provêm das mais longínquas regiões. São indústrias não apenas para consumo interno de cada país, mas para abastecer todas as partes do mundo. As antigas necessidades que

²¹ Ver também ARRIGHI, *O Longo Século XX*, p. 19

eram atendidas pela produção nacional cedem lugar a novas necessidades, que só podem ser satisfeitas mediante produtos oriundos das mais diversas e distantes regiões e climas. As auto-suficiências nacionais e os consequentes isolamentos locais antigamente desapareceram para dar lugar, por toda parte, a um intercâmbio e interdependência universais. É um fenômeno que abarca a produção tanto material quanto intelectual.

A produção intelectual de um país tornou-se propriedade comum a todos os outros. Já não é mais possível ater-se aos limites únicos e exclusivos de cada país; a literatura universal emerge assim da confluência das inúmeras literaturas nacionais e locais.

Graças ao vertiginoso desenvolvimento dos meios de produção e às facilidades incríveis dos meios de comunicação, a burguesia consegue atrair irresistivelmente todas as nações, mesmo as mais atrasadas, para seu modelo de civilização. Sua mercadoria barata constitui sua arma mais poderosa, capaz de destruir até as muralhas da China e de submeter os bárbaros mais arredios ao domínio estrangeiro. Com mão férrea, obriga todas as nações a adotarem um modo burguês de produção, sob pena de desaparecerem se não o aceitarem; força-as a optarem pelo que ela chama de civilização, ou, em outras palavras, a se aburguesarem. Em suma, visa formar o mundo à sua imagem e semelhança.” (MARX, 1982: 22).

São surpreendentes suas palavras, especialmente a ênfase colocada tanto no aspecto produtivo, incluindo a produção intelectual, quanto nas “facilidades incríveis dos meios de comunicação”, características destacadas do que hoje se define como globalização. Keynes também parecia admirado e, ao mesmo tempo, espantado com a realidade de sua Londres de 1919:

“O morador de Londres podia pedir por telefone, tomando seu chá matinal na cama, os mais diversos produtos de qualquer parte da terra, nas quantidades que desejasse, e esperar a sua pronta entrega na sua casa; ele poderia, ao mesmo tempo, e da mesma forma, aventurar a sua riqueza nos recursos naturais e em novos empreendimentos em qualquer parte do mundo e usufruir, sem esforço ou problemas, dos frutos esperados; ou ele poderia decidir unir a segurança de sua fortuna com a boa-fé dos moradores de qualquer município importante em qualquer continente que a moda ou informação possa recomendar. Ele facilmente poderia obter, se ele assim desejasse, meios confortáveis e baratos de transporte para qualquer país ou clima sem passaporte ou outra formalidade, ele poderia mandar seu empregado para a agência bancária mais próxima para obter a quantidade que lhe parecesse conveniente de metais preciosos e poderia, então, viajar para o estrangeiro, sem o conhecimento da religião ou dos costumes locais, levando riqueza na forma de moedas e poderia se considerar gravemente ofendido e muito surpreso a qualquer interferência. Mas, o mais importante de tudo, ele considerava essa situação como normal, certa e permanente, exceto na direção do melhoramento, e qualquer desvio dessa tendência como aberrante, escandaloso e evitável”

(KEYNES In: MALDONADO FILHO In: CARRION R. K. M. e VIZENTINI, 1998: 25).

Não estamos defendendo que o que chamamos hoje de globalização, com todas as suas possibilidades, sempre existiu. Porém, a essência do que entendemos hoje por globalização pode ser encontrada nas palavras tanto de Keynes como de Marx. Dessa maneira, considerando a realidade de Londres de 1919 ou de 1848, podemos afirmar que, durante o período que compreendeu as duas Guerras Mundiais até final dos anos de 1970, algumas características nodais do capitalismo foram amainadas, entre elas, sua tendência intrínseca de romper fronteiras. Ou melhor, o processo de globalização atual constitui uma retomada da tendência à integração interrompida por este período, quando o protecionismo foi característica marcante, embora por razões distintas, em diferentes países. “O comércio enquanto porcentagem da produção mundial só recuperou seu nível de 1915 na metade dos anos 70” (RICUPERO e GALL, Braudel Papers, nº 6, 1994. In: www.braudel.org.br).

Destarte, a despeito da utilização ideológica do termo, a globalização é um longo processo histórico em cujas raízes estão enfronhadas a formação e o desenvolvimento do capitalismo e que, apesar de períodos de maior ou menor intensidade, nunca cessou completamente.²²

Giddens exemplifica:

“Fala-se com bastante frequência da globalização como se ela fosse uma força da natureza, mas ela não é. Estados, corporações empresariais e outros grupos promovem ativamente seu avanço. Grande parte da pesquisa que ajudou a criar os satélites de comunicação foi financiada por governos, como mais recentemente o foram as fases iniciais do que se tornou a Internet. Governos contribuíram para a expansão dos mercados financeiros mundiais através dos títulos que emitiram para levantar dinheiro para saldar seus

²² Giddens, mesmo quando enfatiza que a globalização econômica não pode ser tratada como uma continuação de tendências de anos anteriores ou uma reversão a elas, oferece argumentos e exemplos que salientam apenas alguns aspectos relevantes e realmente extraordinários do mundo contemporâneo, como a revolução das comunicações, a difusão da tecnologia da informação ou as transformações do mercado financeiro internacional. No entanto, sua interpretação distinta do fenômeno se refere mais a uma questão de ênfase do que de conteúdo. É claro que essas mudanças estão profundamente ligadas ao processo de globalização, mas não podemos dizer que estas tendências de inovação, expansão e mundialização não estão presentes desde o início do capitalismo, como já defendi.

compromissos domésticos. As políticas de liberalização e privatização contribuíram para a intensificação do comércio mundial e o intercâmbio econômico” (GIDDENS, 1999: 43).

No entanto, apesar de ser um processo antigo, jamais a globalização afetou tanto e tão profundamente a vida das pessoas, jamais seu impacto atingiu as economias locais com tanta rapidez e amplitude e jamais provocou tanta insegurança e polêmica. Assim, o que é saliente neste processo que incita tanta controvérsia, o que hoje ele tem de peculiar e novo, como podemos caracterizá-lo?

Conforme sintetizaram Ricupero e Gall, sob a ótica estrita da economia, a globalização é produto de três elementos:

“...crescimento do comércio mundial nos últimos trinta anos a taxas mais altas que o crescimento da produção mundial, o que indica um grau maior de interdependência;

crescimento enorme dos investimentos, muito maior que o do comércio, sobretudo na década de 80, principalmente das empresas transnacionais, tornando-as mais atuantes em cenários muito diversificados, graças aos avanços das comunicações e dos transportes, tornando obsoleta a noção de produção puramente nacional;

crescimento mais astronômico que o comércio e os investimentos, é o surto das transações financeiras internacionais” (RICUPERO e GALL, Braudel Papers, n°17. In: www.braudel.org.br).

Estes mesmos autores, ao tratarem das incertezas provocadas pela globalização, dizem que este processo está longe de ser global. Um número reduzido de países concentram os investimentos externos e o comércio.

“...o World Investment Report 1996 da UNCTAD mostra que os onze maiores países receptores (dez membros da OCDE e a China) receberam dois terços de todos os influxos de IDE e geraram 78% de todos os fluxos para fora em 1995, enquanto que os cem países menos aquinhoados receberam menos de 1%. A tendência é de uma maior concentração” (RICUPERO e GALL, Braudel Papers, n°17. In: www.braudel.org.br).

Além das incertezas quanto ao próprio processo de globalização, vários autores refletem criticamente sobre suas consequências, especialmente quanto ao crescimento da “desordem mundial” (contraface obrigatória da ordem da *Pax Americana*) e quanto aos sistemas de relação de poder no mundo.

Segundo Ianni:

“...o mundo entrou na era do globalismo. [...] Esta é uma realidade problemática, atravessada por movimento de integração e fragmentação. Simultaneamente à interdependência e à acomodação, desenvolvem-se tensões e antagonismos. Implicam tribos e nações, coletividades e nacionalidade, grupos e classes sociais, trabalho e capital, etnias e religiões, sociedade e natureza. São muitas as diversidades e desigualdades que se desenvolvem com a sociedade global” (IANNI, 1997: 5 - prefácio).

Tratando da questão da globalização e criticando o quanto este conceito vem sendo usado, abusivamente, para descrever o atual sistema econômico, G. Thompson e P. Hirst trazem uma relevante pergunta: existem ou não possibilidades fortes de governabilidade a partir dos Estados nacionais na atual fase da economia mundial? Segundo as versões dominantes, aos Estados nacionais, especialmente na periferia subdesenvolvida, só restaria a submissão e a aceitação passiva de um processo inexorável de desenvolvimento das forças produtivas em âmbito global.

Partindo de uma conceituação do que seria uma economia plenamente globalizada – um tipo ideal – os autores descrevem as consequências da globalização. Primeiramente, o sistema econômico tornar-se-ia “autônomo e socialmente sem raízes”. As diversas economias nacionais estariam submetidas a determinações de processos e transações internacionais. As consequências da globalização seriam a ingovernabilidade, pois afinal, como poderia funcionar um mercado social e institucionalmente desenraizado? O resultado mais provável seria uma rápida desintegração desse sistema. No entanto, apenas fanáticos do ultraliberalismo poderiam imaginar a existência de um mercado global com essas características.

Uma segunda questão é que uma globalização tipo ideal suporia a existência, controlando os aspectos decisivos dessa economia global, de verdadeiras empresas transnacionais. Quer dizer, de empresas que não têm raízes em nenhum lugar em particular, dispostas a mudar sua localização para qualquer parte do mundo em busca de lucros maiores ou mais seguros. Além disso, também, não estariam sujeitas às restrições de política monetária ou fiscal de nenhum Estado em particular.

Uma terceira consequência da economia globalizada seria a mundialização do mercado de trabalho. Este passaria a ser completa ou potencialmente aberto e se manifestaria na possibilidade de rápida realocação das empresas em países que oferecem menores custos da força de trabalho, forçando a flexibilização dos mercados de trabalho nos países centrais e, na verdade, propiciando às grandes corporações aproveitar as vantagens oferecidas pelos países avançados.

Por fim, os autores salientam a inevitabilidade de alterações políticas fundamentais em uma economia supostamente globalizada. As grandes empresas sem raízes nacionais e agências internacionais voluntárias atuariam, diretamente, na relação com os cidadãos/consumidores no mercado global, por cima dos Estados totalmente inúteis. As sanções econômicas das corporações substituiriam as sanções militares como instrumento de política internacional. Afinal, o que sobraria de espaço para política numa sociedade deste tipo, ou ainda quais seriam as consequências para um tipo específico de política: a democracia?

Ignacio Ramonet, editor do jornal francês *Le Monde Diplomatique*, elabora denúncias contundentes das mazelas disseminadas pelos “regimes globalitários”. Para o pensador, do ponto de vista geopolítico, o mundo apresenta o aspecto de um grande caos: uniões econômicas regionais, renascimento dos nacionalismos, Estados divididos, conflitos internos intra-estatais, redes internacionais de crimes organizados, progressão das desigualdades, desemprego, discriminações, destruição sistemática dos meios ambientes naturais, poluição, urbanização, etc. No entanto, estes regimes não têm a necessidade de suprimir partidos ou abolir a democracia formal. Eles se apoiam nos dogmas da globalização (“pensamento único”) e “negligenciam os direitos

sociais do cidadão em nome da razão competitiva e abandonam aos mercados financeiros a direção total das atividades da sociedade dominada”. Afirma-se a predominância do capital financeiro, do mercado, da competitividade e da concorrência. As alusões ao darwinismo como metáfora da economia global não deixam margem de dúvida: competição, seleção, adaptação são termos que remetem, inevitavelmente, à imagem da sociedade não apenas dominada pelos mais fortes, mas onde só estes podem sobreviver. Além disso, “*o movimento perpétuo das moedas e das taxas de juros aparece como um fator de instabilidade, tanto mais perigoso na medida em que é autônomo e está cada vez mais desconectado do poder político*” (RAMONET, 1998: 53).

Vários autores (Tavares, 1988; Fiori, 1997; Arrighi, 1996 e Singer, 1997) salientam, como Ramonet, o aspecto financeiro do processo de globalização. Belluzzo, por exemplo, considera que o processo de globalização, sobretudo em sua dimensão financeira – que ele considera a mais importante – foi resultado das políticas que buscaram enfrentar a desarticulação do bem-sucedido arranjo capitalista do pós-guerra. Para o professor, as transformações nas últimas décadas, especialmente as flutuações cambiais em curto espaço de tempo para manter a centralidade do dólar nas transações internacionais estão submetendo

“...as políticas macroeconômicas nacionais à tirania de expectativas volúveis. Não foram poucos os ataques especulativos contra paridades cambiais (...) É desnecessário reafirmar que estes episódios são o resultado inevitável, na maior parte dos casos, do livre movimento do floating capital.” (BELLUZZO In: CARRION, R. K. M. e VIZENTINI, P. G. F., 1998: 55).

No entanto, a globalização envolve outros aspectos relevantes, como o processo produtivo, os padrões tecnológicos da organização produtiva, os investimentos e o comércio internacional. Não podemos, portanto, restringir o entendimento do processo de globalização à movimentação financeira. Um aspecto fundamental para o processo, que deu maior mobilidade ao capital, foi o novo paradigma tecnológico e organizacional que firmou-se a partir de meados da década de 70 nos países desenvolvidos. Como já mencionamos, inovações tecnológicas foram fundamentais para a formação, o desenvolvimento e a

expansão capitalista. No entanto, é necessário identificar, mesmo que sinteticamente, quais as características destas tecnologias que, incorporadas ao processo produtivo, impulsionaram estas mudanças contemporâneas. Os fundamentos desse novo paradigma são as novas tecnologias de informação, principalmente computação e telecomunicações e as inovações organizacionais.

“No núcleo dessas inovações está a combinação da revolução microeletrônica, originada nos Estados Unidos, com o modelo de organização enxuta e flexível, desenvolvido inicialmente no Japão. (...) A utilização dos computadores e de novos equipamentos de comunicação nas indústrias e em serviços tornou possível a introdução de inovações organizacionais e de gestão, baseados na cooperação, autodisciplina, auto-aperfeiçoamento contínuo e na coordenação horizontal. Essas novas formas de organização se superpõem ou substituem as antigas estruturas hierárquico-funcionais” (NAKANO, 1994: 11).

Nakano sumariou os novos paradigmas dessas mudanças tecnológicas: intensivo em informação e conhecimento, redução no tamanho da produção e número de trabalhadores, diversidade de produtos, *customised* (dirigida ao cliente) mudança rápida no mix de produtos, sistemas de produção flexível, sistematização e multi-habilidade interdisciplinares.

Para Marx, tecnologia representa o processo inovador que expressa a capacidade do homem em transformar a natureza por meio do trabalho. A tecnologia pressupõe a utilização proveitosa dos artefatos, formas específicas de trabalho. Desenvolveu-se através do trabalho, portanto é um fenômeno essencialmente social. A mudança tecnológica assume sua performance, de acordo com o modo de produção dominante.

“A mudança tecnológica é guiada pelas mesmas forças que arbitram o trabalho assalariado, a troca de mercadorias, a concorrência entre os produtores privados, a acumulação de capital ou a extração de mais-valia. Inova-se como qualquer sociedade, para potencializar a produtividade, mas a geração e a apropriação dos frutos desse processo são regidas pelas relações de produção mantidas entre proprietários e proletários nesse regime social” (KARTZ e CAGGIOLA, 1995: 10).

Para o marxismo, a exploração decorrente do modo de produção capitalista funcionaria como um impulso da mudança tecnológica sobre o capitalismo. Este fato não se deve à tirania da classe dominante, nem à “maldade oculta” que advém dos grandes gênios inovadores, mas à forma como se organiza a produção no sistema capitalista.

Sob o estímulo da concorrência, os capitalistas são obrigados a inovar seu parque industrial para elevar a taxa de mais-valia. Marx enfatiza que esse processo envolvendo exploração da classe operária, com aceleração do ritmo inovador, é próprio a toda sociedade dividida em classes e regida pela lei da minoria dominante. “Entretanto, no capitalismo, este processo se desenvolve cotidianamente, dada a dinâmica espontânea da acumulação” (KARTZ e CAGGIOLA, 1995: 12).

Do ponto de vista da produção geral do capital, inovação e exploração estão interligadas na procura de maiores benefícios. Através das inovações tecnológicas, torna-se possível reduzir o custo dos meios de subsistência, que determinam o valor da força de trabalho. A partir do momento em que as novas invenções começam a se generalizar, o tempo de trabalho necessário diminui e potencializa, através de saltos na produtividade, a mais-valia relativa que nutre o lucro do capital. Assim, na concepção marxista, a mudança tecnológica é guiada pelas leis que levam à acumulação e conduz, de alguma forma, à crise. A mudança tecnológica, que inicialmente potencializa a valorização geral do capital e redistribui o lucro em favor das empresas mais inovadoras, freia abruptamente a produção, quando a crise reduz a taxa de lucro.

As profundas transformações em curso na cadeia produtiva têm agravado seriamente o problema. As novas tecnologias de automação flexível e as novas tecnologias de organização da produção são especialmente importantes no capitalismo contemporâneo, redefinindo, profundamente, as regras concretas de produção e apropriação do excedente econômico.

A reestruturação produtiva em curso impõe um novo modelo de organização industrial e, por extensão, uma nova relação de trabalho: o chamado modelo de acumulação flexível, ou *toyotismo*, que se contraporia à tradição *fordista-taylorista*. Se o fordismo pressupõe rigidez, o chamado modelo de acumulação flexível representaria adaptabilidade, flexibilidade. Se, no primeiro caso, tivemos

produção em massa, consumo de massa, padronização, crescimento das unidades produtivas (e, por extensão, da classe trabalhadora), fortalecimento do Estado-nação, elevado grau de especialização de tarefas, excessivo controle hierárquico e sindicatos fortes, no segundo há uma tendência de produção em pequenos lotes, consumo individualizado, diminuição de pessoal nas empresas, enfraquecimento do Estado, fim do trabalhador que só sabe apertar parafuso, organização do trabalho baseado em equipe e sindicatos enfraquecidos (ANTUNES, 1997: 71).

No entanto, um dos aspectos mais críticos acerca do desenvolvimento tecnológico se situa no âmbito do mercado de trabalho. Embora imprescindível para o desenvolvimento sócio-econômico, os seus impactos sobre o mercado de trabalho, desde os tempos mais remotos, suscitaram a maior das contradições que envolve o homem e a tecnologia: o desemprego tecnológico estrutural.

No mundo de trabalho do capitalismo contemporâneo, observa-se uma diminuição da classe trabalhadora, principalmente da classe operária industrial tradicional, caracterizando o processo de “desproletarização do trabalho”. Por outro lado, constata-se uma enorme expansão do setor terciário e uma maior heterogeneização, expressa pelo crescente ingresso das mulheres neste mercado, juntamente com uma expansão do trabalho parcial, por contratos temporários, subcontratados ou terceirizado.

“Porém, o mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril, de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora” (ANTUNES, 1997: 41).

Percebemos, portanto, uma mudança que afetou intensamente a classe trabalhadora: paralelamente à redução quantitativa da classe operária, o trabalho se altera em termos qualitativos, impulsionando, de um lado, um

aumento ou mesmo a necessidade de maior nível de qualificação dos trabalhadores e do outro, uma maior desqualificação.

Após a Segunda Guerra Mundial, sob a doutrina *keynesiana*, o capitalismo parecia ter condições para suprimir o desemprego. O aprofundamento da industrialização exigia mais trabalhadores, incorporando ao mercado de trabalho um enorme contingente de mão-de-obra, mesmo aquela advinda da diminuição de demanda de trabalho na agricultura. Rejeitando a proposta liberal de que o Estado deveria ter um papel meramente regulamentador da taxa de juro a fim de equilibrar poupança e investimento no nível da geração da renda nacional para a criação do pleno emprego, Keynes elegeu as ações do Estado como necessárias para elevar a renda nacional, que resultaram em eficiente modelo de combate ao desemprego.

No entanto, hoje, a unificação dos mercados mundiais submetidos à concorrência internacional traz no seu bojo consequências dramáticas. “*A competição talvez seja a força mais perturbadora na globalização e pode estar na raiz da ansiedade sobre o futuro que se espalha entre muitos países*” (RICUPERO e GALL, Braudel Papers, nº 17. In: www.braudel.org.br) Caminhamos rapidamente de “Tempos Modernos”, de Chaplin, para “Blade Runner”, de Ridley Scott.

Assim, o desemprego não tem fronteiras: é resultado de mudanças profundas na economia capitalista. O próprio presidente Fernando Henrique Cardoso reconhece:

*“...já enfrentamos – e passaremos a enfrentar ainda mais – o gravíssimo problema do aumento do chamado ‘desemprego estrutural’, decorrente tanto da perda de competitividade de certos setores das economias antes protegidas por barreiras tarifárias ou não tarifárias quase expugnáveis, como do enorme ganho de produtividade por unidade de trabalho. A segunda [...] diz respeito ao fenômeno da terceirização da economia, que tem contribuído para a transformação na natureza do trabalho em escala global. [...] o desemprego, como tantas outras questões sociais, tem uma dimensão internacional. A própria natureza do desenvolvimento globalizado gera efeitos dramáticos, como aponta a trajetória de alguns países desenvolvidos”.*²³

²³ Discurso do Presidente Fernando H. Cardoso na ONU, conforme Folha de S. Paulo, 21/02/1996, 1º Caderno, pág. A6.

Realmente, o desemprego é um grave problema que aprofunda as diferenças sociais e amplia a exclusão social. O agravante é que o capitalismo global, mesmo em situação de crescimento, parece incapaz de aumentar a demanda por mão-de-obra. Pelo contrário, a tendência observada mundialmente com uso intensivo de máquinas substituidoras de mão de obra e geradoras de baixos salários é que, mesmo com o crescimento da produção, não há recuperação consistente do emprego. Esping-Andersen, ao discutir *O futuro do Welfare State* na nova ordem mundial, estudou um grupo de países que adotou, deliberadamente, estratégias de desregulamentação orientadas para o mercado, entre eles Grã-Bretanha, Nova Zelândia, Estados Unidos, Austrália e Canadá. Constatou que

“...o aprofundamento da desigualdade e o crescimento dos níveis de pobreza são comuns aos casos ‘liberais’. Dados recentes sobre a década de oitenta mostram que os ganhos dos estratos mais baixos caíram, em relação aos médios, 11% nos Estados Unidos, 14% no Reino Unido, 9% no Canadá e 5% na Austrália” (ESPING-ANDERSEN, Revista Lua Nova n° 35, 1995: 90-91).

Esping-Andersen concluiu que nas economias abertas e globalmente integradas de hoje não vigoram mais muitas das premissas que guiaram a construção do *Welfare State*. Ao estudar as experiências recentes de vários países constatou que o desemprego crônico europeu e a pobreza e a desigualdade crescentes nos EUA são indícios de um *trade-off* entre o crescimento do emprego e uma seguridade social e igualitária.”

“...aqueles que seguem uma estratégia mais radical de liberalização são melhor sucedidos em termos de emprego, mas pagam um alto preço em desigualdade e pobreza. De modo contrário, aqueles que resistem à mudança pagam o preço do desemprego alto – a Europa Continental em particular” (ESPING-ANDERSEN, Revista Lua Nova n° 35, 1995: 105)

O mais grave é que o desemprego já não é um problema conjuntural, não é mais como se podia imaginar no passado recente, uma consequência de planos de estabilização, quando, de certa forma, era compreendido como resultado das medidas monetárias, cambiais, fiscais, etc.. Não é mais assim. Do mesmo modo que o emprego está, por natureza, ligado à pessoa do trabalhador, o desemprego está ligado à própria natureza do capitalismo. O próprio Keynes, levando em conta a mensagem essencial de seu principal livro, considerava que o sistema capitalista tem um caráter intrinsecamente instável e que as crises capitalistas advêm de insuficiências de demanda efetiva. Assim, para o economista é certo que, à parte certos intervalos de excitação, o desemprego é uma consequência inevitável do capitalismo.

Desta forma, desemprego e redução das capacidades e prerrogativas do Estado em articular e controlar o desenvolvimento nacional levam à crise

“...um modelo bem particular do movimento operário, desenvolvido pela social democracia europeia desde o século passado. Esse modelo se caracteriza, em particular, pelo privilégio concedido ao exercício do poder do Estado, o que denomino fetichismo de Estado – como meio de transformação social” (BIHR, 1998: 21)

Beynon, ao tratar da ascensão do “trabalhador hifenizado” diz que

“...está claro que a antiquada força de trabalho característica dos anos 50 foi severamente atingida. A dos 90 é composta de um sem-número de diferentes tipos de empregados: trabalhadores de tempo parcial (part-time-workers), temporários (temporary-workers), de emprego casual (casual-workers) ou mesmo por conta própria (self-employed-worker). Ao adentrarmos no século XXI, esses trabalhadores hifenizados estarão se tornando uma parte cada vez mais significativa da economia” (BEYNON In: ANTUNES (org.), 1997:18).

O autor também relata padrões de contratação de trabalhadores na Inglaterra, segundo os quais a metade do pessoal empregado com contratos de tempo integral estava, realmente, envolvida com contratos casuais e não padronizados, e conclui: “Eis aí os trabalhadores hifenizados em uma economia hifenizada.”

O que assistimos é o agravamento da tendência histórica do capitalismo de aumentar sua capacidade produtiva, exigindo cada vez menos tempo de trabalho humano. Ou seja, “o capitalismo contemporâneo acentua o que Marx chamava de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto” (Bihar, 1998). Giddens, por sua vez, ao confirmar que a proporção de empregos de tempo integral e de longo prazo está declinando nas economias ocidentais, alerta que a distinção entre as economias de pleno emprego, como a dos EUA, e as sociedades de elevado desemprego, como a da Alemanha e a da França, é cada vez menor quando comparamos não o número de empregos, mas as horas de trabalho criadas.

Por outro lado, o Estado é cada vez menos assistencial, ou seja, os trabalhadores expulsos do processo produtivo já não encontram no Estado amparo para suas demandas essenciais. Nas economias crescentemente abertas à concorrência internacional e integradas globalmente, o incremento de políticas sociais típicas do *Welfare State* é substancialmente reduzido. Como salienta Bruno Wanderley Reis, na onda de internacionalização de mercados, cada governo se vê, aparentemente, diante do dilema entre preservar o sistema de seguridade social ou manter algum dinamismo econômico.

Em tempo de doutrina do *laissez-faire* e da apologia do mercado, surpreendente seria se o G-7 concluísse de forma diferente. O neoliberalismo, tendo como princípio essencial a estabilidade monetária, tem preconizado um “Estado Mínimo” resultando em cortes profundos nos gastos sociais. O resultado seguro dessas políticas é o desemprego, a despeito das promessas de uma economia próspera e eficiente. Como disse o professor Esping-Andersen ao fornecer um diagnóstico das tendências identificáveis do futuro do *Welfare*,

“Parte da crise atual pode ser simplesmente uma questão de pressões financeiras e de desemprego crescente. Em parte, ela está relacionada também às demandas menos tangíveis por novos modos de integração social, solidariedade e cidadania. O mercado pode ser de fato um mecanismo eficiente de alocação de recursos, mas não de construção de solidariedade(...) Não se podem desconsiderar os efeitos econômicos do Welfare State. Mas tampouco podemos esquecer que a única razão para promover a eficiência econômica é a de garantir o bem-estar” (ESPING-ANDERSEN, Revista Lua Nova n° 35, 1995: 94-95).

Assim, é necessário responder como o comprometimento das conquistas sociais e o agravamento da desigualdade, provocado especialmente pelo aumento do desemprego, afetam o arcabouço institucional das democracias contemporâneas. Constatado que a globalização provoca um *trade-off* entre concorrência em escala mundial e o *welfare*, esta tensão não provocaria um processo crescente de fragilização da democracia? A percepção de uma crescente melhoria de rendimentos para alguns, fruto da capacidade de maximização de recursos no mercado competitivo, em prejuízo de uma crescente parcela da população desempregada e desassistida, não resultaria em uma ameaça à democracia? Segundo o professor Bruno Wanderley Reis

“Se se dissemina a percepção de que o sistema político simplesmente se torna injusto, deixando de promover alguns valores socialmente compartilhados, então todo o aparato institucional democrático se tornará particularmente vulnerável a eventuais ‘ataques carismáticos’”
(REIS, 1997: 135)

Devemos indagar se com a escala crescente de internacionalização de mercados haverá solução para o desemprego estrutural? A proposta mais anunciada é a flexibilização. No entanto, esse modelo, que permitiria às empresas e aos sindicatos negociarem contratos coletivos de trabalho, inclusive com cláusula de jornada de trabalho flexível, não altera a demanda global de mão-de-obra. Portanto, a flexibilização, se de certa forma inibe a rotatividade da mão-de-obra, não consegue eliminar as causas do desemprego estrutural. Além disso, a flexibilização para inúmeros setores da economia, nada mais é do que permitir formas de exploração do trabalho, especialmente através do aumento da jornada sem correspondente aumento da remuneração.

Outra proposta trata da redução do custo da folha de pagamento. A França, desde 1993, reduziu em 13% o custo do trabalho pouco qualificado, o que levou este país, em 1994, à criação de 200 mil novos empregos (Folha de S. Paulo, 02/04/1996: A11) No entanto, só existem duas maneiras de custear esta iniciativa: pela redução tributária ou pelo corte significativo nos níveis dos benefícios sociais, o que demonstra sua dificuldade de implementação em

escala global, pois no mundo todo se discutem novas formas de viabilizar a previdência social, que, nos moldes tradicionais, se encontra saturada.

Outro caminho seria, acreditando em um novo ciclo de crescimento econômico, promover uma melhoria acentuada na distribuição da renda. Seria algo parecido com o que está sendo chamado de “democracia salarial”. Trata-se, em essência, de transformar a demanda potencial em demanda efetiva. Keynes e Kalecki já demonstraram que uma melhoria da distribuição da renda eleva a propensão média do consumo do sistema e, assim, eleva também o crescimento econômico.

Mas distribuição de renda se faz de duas formas: aumentando o salário sem permitir que este aumento seja repassado para os preços, ou seja, provoque inflação, ou por maior participação do governo com aumento da tributação sobre aqueles setores de maior renda e ampliação dos investimentos naqueles de menor renda. Como na alternativa anterior, é também pertinente perguntar se é possível viabilizar essa proposta considerando o processo de abertura das economias, ampliação da concorrência e integração global.

Os sindicatos ainda defendem um outro caminho. Seria a redução generalizada da jornada de trabalho sem redução dos salários. Tratar-se-ia de permitir que os trabalhadores não fossem mais os únicos a perder com o aumento da produtividade. Pelo contrário, a menor jornada do trabalho com a manutenção dos salários representaria uma socialização dos ganhos advindos do aumento da capacidade produtiva. Esta proposta seria a conquista, no auge do sistema capitalista globalizado, do modo de vida preconizado por marxistas, quando se atenuaria a opressão do trabalhador pelo trabalho, podendo compatibilizar lazer, trabalho e filosofia. É óbvio que não existe unidade dos trabalhadores para conquistas deste porte.

Outra ideia, muito ao gosto dos governantes, propõe qualificar melhor o trabalhador diante das novas exigências econômicas. Reivindica dos governos mais ênfase na

“...educação ao longo de toda vida, desenvolvendo treinamentos específicos para os trabalhadores (...) Embora o treinamento para habilidades específicas possa ser necessário para a maioria das

transições entre empregos, mas importante é o desenvolvimento de competência cognitiva e emocional” (GIDDENS, 1999: 134-136).

No entanto, também é óbvio que, para quem for treinado e qualificado, esta opção é de grande serventia, pois, provavelmente, aumentará sua capacidade competitiva no mercado deteriorado de mão-de-obra. Mas isto ocorre em detrimento do emprego de quem não tem essa qualificação. Mais uma vez, a demanda agregada de mão-de-obra não aumentaria com essa proposta. Esta política não geraria novos empregos, nem diminuiria o desemprego.

Experiência normalmente vista como bem-sucedida, que de certa forma contemplou parcialmente as propostas acima, refere-se ao modelo holandês. No início dos anos de 1980, sindicatos concordaram com a minoração dos salários em troca de uma redução gradual das horas de trabalho. O resultado foi uma redução de 30% dos custos da mão-de-obra nos últimos dez anos, enquanto a economia cresceu com uma taxa de desemprego inferior a 6% (1997).

Todavia, Giddens observa:

“Visto mais de perto, no entanto, o modelo holandês é menos impressionante, pelo menos no que se refere à criação de empregos e reforma do welfare. Números substanciais que em outros países seriam contados como desempregados estão vivendo de benefícios por incapacidade – o país tem, de fato mais pessoas registradas como inaptas para o trabalho do que consideradas oficialmente como desempregadas. Chegando a 51%, a proporção da população entre 15 e 64 anos em trabalho de tempo integral está abaixo do que era em 1970, quando chegava a 60%, e muito aquém da média europeia de 67%. Dos empregos criados ao longo dos últimos dez anos, 90% são de tempo parcial. A Holanda gasta uma proporção mais elevada de sua receita com seguridade social que qualquer outro país europeu, e seu sistema de welfare está sob considerável tensão” (GIDDENS, 1999: 133).

Além disso, mesmo economias que conseguiram ampliar o emprego enfrentando o desafio da competição global, como a norte americana, o fizeram “à custa do crescimento das desigualdades salariais e de rendas familiares, da elevação dos níveis de pobreza e do ressurgimento de uma ‘subclasse” (ESPING-ANDERSEN, Revista Lua Nova, nº 35, 1995: 76).

Não vislumbramos, portanto, solução plausível para o desemprego estrutural a curto prazo. Pelo contrário, mantida a forma de gestão econômica mundial, a tendência seria o agravamento do problema, levando a uma situação intolerável de exclusão, com consequências imprevisíveis. Segundo Kurz “é possível que a *era das trevas* da crise do sistema produtor de mercadorias, com suas formas de percurso e acontecimentos catastróficos, abranja boa parte do século XXI”. (KURZ, 1992: 223). Giddens também constata que o declínio cívico é real, que a erosão da civilidade é perceptível em muitos setores das sociedades contemporâneas.

“Ele é visto no enfraquecimento do senso de solidariedade em algumas comunidades locais e áreas urbanas, nos elevados níveis de criminalidade e na dissolução de casamentos e famílias. (...) Não podemos lançar a culpa da erosão da civilidade sobre o welfare state, ou supor que é possível revertê-la deixando a sociedade civil por sua própria conta. O governo pode e deve desempenhar um importante papel na renovação da cultura cívica” (GIDDENS, 1999: 88-89).

Assim sendo, é possível imaginar que a democracia possa ser a mais fatal das vítimas do desemprego. Neste século, após a Primeira Guerra – conflito que, segundo Fukuyama, “inverteu a ideia de progresso” – e da crise do sistema capitalista, surgiu o nazismo, cujas consequências sentimos até hoje. A história do século XX, breve história, segundo Hobsbawm, não permite bater na equivocada tecla de que democracia e economia de mercado estão naturalmente inter-relacionadas, como comprovam a experiência peruana, os recentes acontecimentos na Áustria e os possíveis desdobramentos políticos na Venezuela.

Robert Dahl (1989), considerando a contribuição da análise pluralista da democracia, define dois eixos que considera primordiais a todo governo democrático: a liberalização e a participação. O eixo da liberalização diz respeito ao grau de institucionalização política das diversas preferências existentes; ou, dito de outro modo, à defesa dos plenos direitos políticos, em especial do direito à organização, do voto, da competição eleitoral e ao direito de livre expressão. O eixo da participação, por sua vez, refere-se à garantia desses direitos por meio da incorporação política *de amplas parcelas sociais*. É fundamentalmente

importante conceber a influência do desemprego sobre esses dois eixos primordiais. A crescente percepção de estar do “lado de fora”, às margens, provocada pelo desemprego, compromete um dos eixos fundamentais da democracia, que pressupõe ser o poder diretamente exercido pelo povo como um corpo, sem distinções hierárquicas. Democracia, nos termos de Dahl, é inclusiva e o desemprego é essencialmente excludente.

“A disseminação da percepção de viver em uma sociedade que não se importa com as pessoas subverte o desafio inicial básico do iluminismo que inspira toda a modernidade (tomar a cada um como um fim em si mesmo), e pode provocar graves crises de legitimidade e autoridade do sistema, pondo em permanente risco a própria democracia” (REIS, 1997: 136).

Przeworski realça que problemas como desigualdade social e desempenho econômico insatisfatório podem comprometer a consolidação democrática. Também Weffort e Lamounier observam que a “democratização social” é, em si mesma, constitutiva da democracia política, sem a qual esta última não pode realizar²⁴. Guilherme dos Santos, ao estudar as oito condições *dahlsianas* para a poliarquia e ao tentar dar uma contribuição minimalista ao conceito, também reconhece que uma ampla desigualdade social impõe caráter limitador ao exercício da democracia.

Portanto, é razoável pensar que mudanças contemporâneas complexas passam a criar rachaduras nas fontes de legitimidade da democracia. A globalização, desta maneira, impõe um imperativo dramático para as sociedades modernas competitivamente organizadas. No campo econômico, pela implementação de uma lógica de acumulação de capital intrinsecamente poupadora de mão-de-obra, gera, desta maneira, um enorme contingente de desempregados, pessoas supérfluas ao sistema e um aumento dramático daqueles que não encontram lugar no mundo do trabalho e muitas vezes, na própria sociedade. Segundo Oliveira, os novos excluídos, por seu crescimento numérico e por não possuírem as habilidades requeridas para serem absorvidos pelos novos processos

²⁴ Conforme MOISÉS, José Álvaro et al. *Dilemas da consolidação da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 1989. P. 39.

produtivos, teriam se tornado “desnecessários economicamente”. Segundo Dupas, a mudança no paradigma do emprego no sentido de torná-lo flexível, precário e sem garantias causou grandes perplexidades nas sociedades ocidentais, em que o emprego, além de possuir papel central na obtenção de renda, é visto como meio de integração social do indivíduo e elemento importante para a própria formação da sua identidade pessoal.

Introdução de tecnologias poupadoras de mão de obra, redefinição do papel do Estado e relações de trabalho mais precárias salientam, mesmo que em graus e formas diferentes, um crescente mal-estar social, ressaltando enormes grupos de excluídos cada vez mais estigmatizados. O crescente desemprego aprofunda o princípio da divisão entre os que são lançados ao “exército de reserva” e aqueles que têm trabalho, gerando um sentimento de incertezas e de insegurança sobre o futuro; e sobre si mesmo, que atinge principalmente aqueles trabalhadores mais precarizados. Novas e constantes exigências de conhecimentos “técnicos e científicos”, especialmente nas áreas de informática e eletrônica, acentuam as “qualificações” dos trabalhadores, separando os competentes dos incompetentes e aprofundando ainda mais a hierarquia social. Bourdieu diz que:

“A instituição prática de um mundo darwiniano que encontra as molas da adesão na insegurança em relação à tarefa e à empresa, no sofrimento e no estresse, não poderia certamente ter sucesso completo, caso não contasse com a cumplicidade de trabalhadores a braços com condições precárias de vida produzidas pela insegurança bem como pela existência – em todos os níveis da hierarquia, e até nos mais elevados, sobretudo entre os executivos – de um exército de reserva de mão-de-obra docilizada pela precarização e pela ameaça permanente do desemprego. O fundamento último de toda essa ordem econômica sob a chancela invocada da liberdade dos indivíduos é efetivamente a violência estrutural do desemprego, da precariedade e do medo inspirado pela ameaça da demissão [...]. Nem se trata a rigor de um exército, pois o desemprego isola, atomiza, individualiza, desmobiliza e rompe com a solidariedade” (BOURDIEU, 1998: 139-140).

Neste ambiente de crescente instabilidade, Oliveira salienta que os excluídos passam a ser considerados indivíduos socialmente ameaçadores, e, por conseguinte, passíveis de serem eliminados. Para ele, este processo de

degeneração provocaria nas pessoas inseridas um sentimento de rejeição aos excluídos, um sentimento de hostilidade que pode levar ao desenvolvimento de uma mentalidade exterminatória. (OLIVEIRA, 1997: 50)

Portanto, são muitas as consequências percebidas e analisadas pelos autores de estudos da globalização que relacionam a decadência do ideário que tinha como objetivo mitigar a desigualdade com a adoção de políticas coesivas e inclusivas desenvolvidas pelo Estado com o processo crescente de exclusão. Desta maneira, o conjunto de ideias que se convencionou chamar de “neoliberalismo”, defensor do Estado mínimo, aguça a desigualdade social e, por consequência, debilita o exercício da cidadania e a própria democracia.

Dupas, citando Castells, diz que a perda de uma relação estável com o emprego e a debilidade de negociação dos trabalhadores aumentam as tensões na vida de suas famílias, pois

“desemprego temporal, crises pessoais, doenças, dependência de drogas, alcoolismo, perda da possibilidade de estar empregado, perda de ativos, perda de crédito etc. conduzem a uma espiral descendente de exclusão social, em direção aos buracos negros do capitalismo informacional” (DUPAS, 2000: 186).

Dupas corrobora o pensamento de Castells que percebe, no endurecimento da lógica capitalista desde a década de 1980, o fomento da polarização social e a introdução da “praga do trabalho flexível”. Para Castells, existem relações sistêmicas entre a dinâmica da sociedade-rede, a desigualdade e a exclusão social. Para o autor, no âmbito das relações de produção, verifica-se individualização do trabalho, superexploração dos trabalhadores, exclusão social e integração perversa; e, no âmbito da distribuição da riqueza (relações de distribuição e consumo), desigualdade, polarização, pobreza e miséria. Castells define exclusão social como

“o processo pelo qual certos indivíduos e grupos são impedidos sistematicamente de ter acesso a certas posições que lhes permitiriam uma subsistência autônoma dentro dos níveis sociais determinados pelas instituições e valores de um contexto dado. Em circunstâncias normais, no capitalismo informacional, esta posição costuma associar-

se com a possibilidade de obter um trabalho remunerado relativamente regular ao menos a um integrante de uma unidade familiar estável. De fato, a exclusão social é o processo que desqualifica uma pessoa como trabalhador no contexto do capitalismo. [...] A exclusão social é um processo, não uma condição. Por isto, suas fronteiras mudam e quem é excluído e incluído pode mudar com o tempo, dependendo da educação, das características demográficas, dos prejuízos sociais, das práticas empresariais e das políticas públicas” (DUPAS, 2000: 187).

Este sentimento de “viver em estado de abandono” é agravado pela prevalente de doutrina liberal, reducionista do papel do Estado garantidor do bem-estar social. Aqueles que contavam com bens e serviços sociais patrocinados pelo Estado, ou que já tinham incorporado esta expectativa, vêm-se ameaçados de perdê-los, gerando assim um sentimento de injustiça e de degradação das condições de vida. Dupas cita Silver, que enumerou mais de vinte categorias de indivíduos que, em estudos recentes, foram tratados como excluídos:

“...os desempregados de longo prazo; os empregados em empregos precários e não-qualificados, os velhos e os não-protegidos pela legislação; os pobres que ganham pouco; os sem-terra; os sem-habilidades, os analfabetos, os evadidos da escola; os excepcionais físicos e mentais; os viciados em drogas; os delinqüentes e presos; as crianças problemáticas e que sofreram abusos; os trabalhadores infantis; as mulheres; os estrangeiros, os imigrantes e os refugiados; as minorias raciais, religiosas e em termos de idiomas; os que recebem assistência social; os que precisariam mas não têm direito à assistência social; os residentes em vizinhanças deterioradas; os pobres que têm consumo abaixo do nível considerado e subsistência (sem teto e famintos, entre outros); aqueles cujas práticas de consumo e lazer são estigmatizadas; os que sofreram mobilidade para baixo; os socialmente isolados; os sem-amigos ou sem famílias” (DUPAS, 1999: 21).

Até mesmo Fukuyama, utilizando dados numéricos atualizados, constata que uma “grande ruptura” em nossa época tem provocado mudanças profundas na estrutura social. O cientista social considera que a “antiga ordem” já se desfez, mas, no entanto, a nova ordem ainda está em formação. Nesta transição, presenciamos níveis crescentes de criminalidade, mudanças maciças na fertilidade e na estrutura familiar e o triunfo do individualismo sobre a comunidade. Para o autor, o declínio moral “é facilmente mensurável em estatísticas sobre criminalidade, crianças sem pais, menores resultados

educacionais e oportunidades, quebra de confiança e assemelhados”. Fukuyama, que havia concluído que “*é possível, se os eventos continuarem a se desenrolar como têm feito nas últimas décadas, que a ideia de uma história universal e direcional conducente à democracia liberal venha a se tornar mais plausível para as pessoas*” (FUKUYAMA, 1992: 405), agora, diante da mensuração do declínio moral, constata que essas tendências sociais negativas ocorreram exatamente quando as economias “estavam efetuando a transição da era industrial para a da informação”. A hipótese do seu livro “A grande ruptura: a natureza humana e a reconstituição da ordem social” é que

“...os dois fatos estavam na verdade intimamente ligados e que, com todas as bênçãos que fluem de uma economia mais complexa e baseada na informação, certas coisas ruins também aconteceram à nossa vida social e moral. As conexões eram tecnológicas, econômicas e culturais. A mudança da natureza do trabalho tendia a substituir o trabalho físico pelo intelectual, levando assim milhões de mulheres para o trabalho e solapando os critérios tradicionais sobre os quais a família havia se baseado. Inovações em tecnologia médica, como a pílula anticoncepcional e o aumento da longevidade, diminuíram a importância da reprodução e da família na vida das pessoas. E a cultura de individualismo intensivo, que no mercado e no laboratório conduz à inovação e ao crescimento, invadiu o domínio das normas sociais, onde corroeu virtualmente todas as formas de autoridade e enfraqueceu os laços que mantinham unidas famílias, vizinhanças e nações. [...] De uma maneira geral, porém, a mudança tecnológica que provoca o que o economista Joseph Shumpeter chamou de ‘destruição criativa’ no mercado causou uma ruptura semelhante no mundo das relações sociais” (FUKUYAMA, 2000: 17)

O autor constata que as democracias liberais não estão organizadas definitivamente, pois não podem contar com certas suas “precondições culturais”. Diante dos sérios problemas sociais observados, conclui que “não há nada nas instituições formais que garanta que a sociedade subjacente irá continuar a contar com o tipo certo de valores e normas culturais sob as pressões de mudanças tecnológicas, econômicas e sociais”. Estas mudanças rompem com as normas sociais que funcionavam para um certo período histórico, tornando a “vida social mais cíclica” (grifo nosso), apesar das “grandes instituições políticas e econômicas terem evoluído por um caminho que atravessou séculos” (FUKUYAMA, 2000: 17).

Podemos assinalar, portanto, que estamos diante de uma nova fase do capitalismo cujos contornos ainda não estão plenamente definidos. O desordenamento provocado pela exclusão social, tanto em economias pobres quanto ricas, decorre não apenas do progresso tecnológico, mas, sobretudo, do desmantelamento de uma estrutura política na qual o Estado assumiu progressivamente a defesa dos interesses coletivos assegurando nível de emprego e proteção do mercado interno. O Estado agia como instância harmonizadora, coordenadora, planejadora e promotora do bem-estar social. Assim, podemos compreender a crítica do economista Carlos Lessa:

“Destruí-lo (o Estado) é abrir mão do projeto de desenvolvimento, é cair numa entropia, numa abulia, acabar com a ideia de futuro. E uma das coisas mais graves do neoliberalismo é, justamente, acabar com a ideia de futuro, fazer o imperativo categórico do presente, representado pelo mercado. O Estado constrói o sonho” (LESSA. 2002: 29).

Przeworski defende que a reforma do Estado não deveria se orientar para restringir o papel do governo na economia, “mas sim para melhor equipá-lo para exercer esse papel e para obrigá-lo a prestar contas aos cidadãos”. Citando análises sobre a falência do *keynesianismo* formuladas em meados dos anos de 1970 (Habermas, Skdelsky e Stigler), Przeworski constata que esses autores, com perfis de esquerda, centro e direita, chegaram às mesmas conclusões:

“O Estado se tornara poderoso, e por isso representava um alvo atraente para a busca de ‘rendas de monopólio’ por parte dos interesses privados. Como consequência, o Estado passou a ser permeado por interesses particulares; a lógica privada prevaleceu e a coesão interna das intervenções do Estado se desintegrou. Assim, se tornou objetivo da ciência econômica ‘constitucional’ retirar do Estado a capacidade de realizar intervenções, principalmente as que escolhem entre diferentes projetos privados, respondem às condições correntes ou transferem rendas diretamente” (PRZWORSKI, 1996: 20).

O autor salienta que, em busca de produtividade, desinchaço, fortalecimento da capacidade do público de influenciar o governo em detrimento da influência exercida pelas empresas privadas, de um Estado que não se torne presa da

busca de rendas de monopólio por parte dos interesse privados, eliminação do arbítrio e, conseqüentemente, de uma política econômica governada por regras e independência, deve-se procurar desenvolver as seguintes medidas:

“1) reduzir o tamanho da administração pública; 2) reduzir o tamanho do setor público; 3) isolar o Estado das pressões do setor privado; 4) recorrer a regras, em vez de permitir decisões por arbítrio; e 5) delegar decisões sujeitas a inconsistência dinâmica a organismos independentes que não têm incentivos para ceder a pressões políticas. A administração pública deveria ser reduzida, por meio de demissões, pois o Estado está inchado e a produtividade dos serviços públicos é tida como inferior à do setor privado” (PRZEWORSKI, 1996: 20).

Já Giddens (1999), defendendo a política da terceira via, advoga uma *nova economia mista*, uma “nova sinergia entre os setores público e privado”, um modelo que utilize o dinamismo e os benefícios da sociedade de mercado, mas que esteja focado em questões sociais, no interesse público. Este modelo envolve um equilíbrio entre regulação e desregulação, nos níveis transnacional, nacional e local. O objetivo é a obtenção de um “equilíbrio entre o econômico e o não-econômico na vida da sociedade”. Para o sociólogo, a desregulação radical não é a resposta. Os benefícios devem ser reformados onde induzem a perigo moral, mas os gastos com o *welfare* deveriam permanecer nos níveis europeus, e não nos americanos. Defende um novo Estado democrático, o qual ele denominou o *Estado sem inimigos*, que teria como princípios: descentralização, democratização, renovação da esfera pública (transparência), eficiência administrativa, mecanismos de democracia direta e governo como administrador de riscos.

Assim, podemos concordar com Hobsbawm que está convencido de que as questões de distribuição econômica dominarão as políticas futuras. Assuntos como a desigualdade de renda nos países desenvolvidos e o abismo entre nações industrializadas e o resto do mundo serão priorizados (HOFFMAN, Stanley. Folha de S. Paulo, 12/03/1999, 6º caderno, p. 9). Mais recentemente o historiador concluiu que:

“...existia uma convivência entre mercado e Estado. Neste momento, estamos voltando à necessidade de restabelecer essa convivência, cuja importância foi negada nos últimos 20 anos devido ao reaganismo. Desde a década de 80 até recentemente, o mercado sem controles monopolizou o poder. Isto está acabando” (HOBBSAWM, Folha de S. Paulo, 01/01/1999, 6º caderno, p. 9)

Estes autores não concebem a globalização atual como uma fatalidade histórica. Diferenças sociais, divergências éticas e buscas de alternativas impõem ação política. Demonstram que o enfraquecimento do Estado e a integração dos mercados não renegaram conflitos sociais e econômicos e, portanto, refutam o paradigma do “fim da história”, da civilização universal.

“Sabemos que, por trás da opaca nuvem de nossa ignorância e da incerteza de resultados detalhados, as forças históricas que moldaram o século continuam a operar. Vivemos num mundo conquistado, desenraizado e transformado pelo titânico processo econômico e tecnocientífico do desenvolvimento do capitalismo que dominou os dois ou três últimos séculos. Sabemos, ou pelo menos é razoável supor, que ele não pode prosseguir ad infinitum. O futuro não pode ser uma continuação do passado, e há sinais, tanto externamente quanto internamente, de que chegamos a um ponto de crise histórica. As forças geradas pela economia tecnocientífica são agora suficientemente grandes para destruir o meio ambiente, ou seja, as fundações materiais da vida humana. As próprias estruturas das sociedades humanas, incluindo mesmo algumas das fundações sociais da economia capitalista, estão na iminência de ser destruídas pela erosão do que herdamos do passado humano. Nosso mundo corre o risco de explosão. Tem de mudar” (HOBBSAWM, 1995: 562).

Globalização impõe mudanças qualitativas nas relações entre capital e trabalho e entre mercado e Estado. O fosso entre ricos e pobres se aprofunda e amplia a polarização internacional. Desigualdade, heterogeneidade e exclusão social acentuaram-se, drasticamente, nas últimas décadas. Apesar da ideologia do liberalismo econômico, que abraçou um antiestatismo radical e prometeu progresso e um padrão de vida melhor para todos, o que se viu foi justamente o contrário. Touraine que também percebe um enfraquecimento da vida política, uma decomposição dos grandes partidos que se queriam portadores de um projeto de sociedade e a exaustão da ideia de sociedade diz:

“É verdade que neste final do século XX vemos, sobretudo, deslocar-se o pêndulo da história da esquerda para direita: depois do coletivismo, o individualismo; depois da revolução, o direito; depois da planificação, o mercado. E essa tendência aparece como uma desforra da ‘natureza’ por muito tempo aprisionada pela ditadura dos aparelhos e das ideologias” (TOURAINÉ, 1995: 375).

No entanto, também contrariando a ideia de fim da história dos grandes debates ideológicos, Touraine afirma que o liberalismo não é um tipo estável de sociedade; é uma transição:

“...não estamos no início da hegemonia liberal; nossa tarefa é construir uma sociedade pós-liberal, já que o liberalismo não é um tipo estável de sociedade, mas um choque, uma transição, uma destruição dos modos não- econômicos de gestão econômica. Uma vez alcançado seu objetivo, geralmente com uma eficácia brutal, é preciso reconstruir a sociedade a partir dos conceitos de justiça e integração, sendo este o principal dever do sistema político, pois se trata de administrar as relações entre interesses potencialmente divergentes” (TOURAINÉ, Folha de S. Paulo, 8/10/1995: A12)

O sociólogo, em entrevista sobre o assunto, conclui que “não há país no mundo que viva sob a regência do mercado. Não se trata mais de liberalizar, mas de sair do liberalismo. [...] É preciso uma autonomia da economia, o que chamamos de capitalismo. Mas ela deve ser limitada” (TOURAINÉ, Entrevista, Revista Época, 04/01/1999, p. 26-27).

Przeworski também reforça que o Estado tem um papel positivo a desempenhar considerando que mercados incompletos e informação imperfeita, dentre outras razões, impossibilitam alcançar as alocações perfeitas paretianas. Para o autor, “a benevolência neoclássica para com os mercados é insustentável: os mercados absolutamente não fazem alocações eficientes”. Apesar de reconhecer que a perspectiva implícita na nova economia informacional altera nossa compreensão do que seria necessário para implementar um programa de reforma do Estado, conclui que “o objetivo da reforma do Estado deve ser construir instituições que, ao mesmo tempo, permitam aos governos cumprir seu papel e os impeçam de abusar do seu poder”. Przeworski salienta que o Estado deveria focar três aspectos, dos quais dependeria a eficiência de um sistema

econômico: “os que relacionam o Estado com os agentes econômicos privados; os que relacionam o cidadão com o Estado; e os que relacionam diferentes agentes estatais entre si, particularmente políticos eleitos e burocratas de carreira” (PRZEWORSKI, 1996: 21-33).

Przeworski considera que a democracia é um sistema que concede direitos de cidadania à maioria dos indivíduos, mas não cria, automaticamente, as condições sociais e econômicas necessárias para um efetivo exercício desses direitos. As desigualdades econômicas e sociais limitam o acesso ao sistema político, podendo, por isso, perpetuar as relações de classe. Assim, podemos concluir que a combinação de desemprego e redução com isolacionismo do Estado pode não só agravar as diferenças estabelecidas socialmente, como também levar a um questionamento da própria democracia. Por isso, o autor conclui que

“...a qualidade da intervenção do Estado na economia depende da qualidade da democracia. A reforma do Estado deveria ser orientada pelo objetivo de configurar instituições que permitam à sociedade realizar seus objetivos coletivos, dentro de limites constitucionais, por conferirem ao governo a capacidade de intervir na economia e por submetê-lo ao controle popular” (PRZEWORSKI, 1996: 34).

Assim, articulação entre participação e controle direto, com competição entre partidos políticos e grupos de interesses e, ainda, a possibilidade de tais instituições se manterem abertas dependerá da possibilidade de estender os direitos democráticos do Estado para outras instituições da sociedade, na esfera do trabalho e na das relações comunais. No entanto, o próprio Przeworski apresenta alguns limites. Segundo as análises do autor, sobre os problemas de *accountable*, as estruturas decisórias, burocráticas e administrativas do Estado tendem, com frequência, a adotar formas de funcionamento baseadas no chamado princípio de *closed review*, com alto grau de refratariedade à participação popular. Para o autor:

“Para a existência de liberdade e de proteção contra as arbitrariedades do Estado, é necessário que os cidadãos exerçam seus direitos

políticos positivos, expressem suas opiniões, formulem vontades coletivas e escolham bons governos; resumindo, fazer governos executarem o que os cidadãos querem e precisam. Entretanto, liberdade pode não ser suficiente para o controle dos cidadãos sobre ações do governo, a menos que instituições políticas forneçam instrumentos efetivos de controle, bem como todas as pessoas desfrutem de condições econômicas e sociais mínimas necessárias para o exercício de seus direitos políticos” (PRZEXORSKI, 1998: 11).

No entanto, a despeito do crescimento da democracia – os anos finais do século XX registraram, segundo Huntington, um extraordinário progresso para a democracia em todo o mundo, ocorrendo uma difusão generalizada de formas democráticas de governo²⁵ – especialmente em face das transformações mundiais antes relacionadas, não podemos apostar, como declarou Fukuyama, no triunfo cabal da democracia. Os problemas acima mencionados não permitem referendar a tese de que as reformas institucionais sofridas pelo Estado ou pelas instituições internacionais, no período que sucedeu a Guerra Fria, levarão, necessariamente, a formas de governabilidade democráticas e igualitárias no plano mundial, ainda que o exame do impacto das mudanças-macro nas tendências de cooperação internacional venha a contribuir sobremaneira para o entendimento neste sentido.

O processo de globalização elevou a um novo patamar de universalização o dinheiro, o consumo, a tecnologia, a produção, mas também a informação, a organização e quiçá, a democracia e a solidariedade. Um elemento da globalização provoca outro. No entanto, Santos, Arrighi e Wallerstein, salientam o aspecto da transitoriedade desse processo

“A análise do fenômeno da globalização ficaria incompleta se, após reconhecer os fatores que possibilitaram sua emergência, apenas nos

²⁵ Huntington (1994) denominou os recentes processos de democratização como “terceira onda de democratização mundial”. Para o autor, ocorreram três ondas de democratização na história: 1828 a 1926, 1943 a 1962 e a terceira, que se iniciou em 1974. Diamond (The globalization of democracy (IN) SLATER, Robert E. et all. Global transformation and the Third World Lynne Rienner Publishers, Boulder Adamantine Press, London, 1993), baseado em pesquisas próprias e no relatório anual divulgado pela Casa da Liberdade (*Freedom House*), também constatou um aumento significativo da democracia no mundo. O autor, além do maior número de democracias, constatou também sensível progresso no nível de liberdades civis e políticas.

detivéssemos na apreciação dos seus aspectos atualmente dominantes, de que resultam em tantos inconvenientes para a maior parte da humanidade. (...) Cabe, agora, verificar os limites dessa evolução e reconhecer a emergência de certo número de sinais indicativos de que outros processos paralelamente se levantam, autorizando a pensar que vivemos uma verdadeira fase de transição para um novo período” (SANTOS, 2001: 117).

GLOBALIZAÇÕES

(Considerações finais)

Duas forças universalizantes, com pretensões hegemônicas, surgiram com o capitalismo: o capital e o proletariado. Seus projetos são antagônicos, pois a universalização de uma pressupõe exploração em escala mundial ou a eliminação da outra.

A globalização, segundo Marx e Engels, no Manifesto Comunista, é consequência endógena do crescimento capitalista. O intercâmbio e a interdependência universal, tanto material quanto intelectual, seriam resultado da expansão da “sociedade burguesa de nossos dias”. Dizem que a

“...necessidade de expansão constante do mercado impele a burguesia a estender-se por todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculo em toda parte. A burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo, em todos os países, por meio da exploração do mercado mundial. E para desespero dos reacionários, ela retirou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo dia a dia”. (MARX e ENGELS, 1981: 22)

Para os autores, como um feiticeiro que não controla mais sua magia, surgiu o sistema de livre concorrência com organização sócio-política própria, sob o predomínio econômico e político da burguesia. Surge, então, o sistema burguês de produção, que submeteu o campo à cidade, os países atrasados aos civilizados, os povos agrícolas às elites burguesas, o Oriente ao Ocidente. Com o aumento incomensurável de capacidade produtiva, bem superior à capacidade de consumo, o sistema capitalista traz no seu bojo os elementos de sua própria destruição. A saída patrocinada pelos burgueses é a destruição violenta das forças produtivas, bem como a maximização da exploração, “conquistando novos mercados e explorando cada vez mais os antigos”. Isto só potencializa as crises. A *“burguesia não só fabricou armas que representam sua morte, como*

produziu também os homens que manejarão essas armas – o operariado moderno – o proletariado”. (MARX e ENGELS, 1981: 24)

É a própria burguesia que, em guerra com a aristocracia, com a burguesia conservadora, com a burguesia de outros países, e necessitando de apelar para o proletariado em busca de auxílio, o impele para a política. “A burguesia produz seus próprios coveiros. Tornam-se inevitáveis a queda e a vitória do proletariado”. (1981: 26)

Marx e Engels também previram outro tipo de hegemonia mundial. Abolida a propriedade privada dos meios de produção, trabalho assalariado e capital também deixarão de existir. “*Ao suprimir-se a exploração do homem pelo homem, será igualmente suprimida a exploração de uma nação por outra. A hostilidade entre países tende a desaparecer, na medida em que, no interior de cada país, não houver classes antagônicas*”. (1981: 34)

Porque os revolucionários dão seu apoio a qualquer atividade revolucionária que se movimenta contra o atual estado de coisas, numa luta social e política, em qualquer parte do mundo, porque os comunistas estão empenhados na união e no entendimento dos partidos democráticos de todo o mundo, Marx e Engels conclamam: “Trabalhadores de todos os países, uni-vos”. (1981: 45)

Então, é no longo processo de domínio capitalista que se constitui a globalização. Mesmo que em 1848, quando Marx e Engels escreveram juntos o Manifesto, o mundo ainda não estivesse completamente tomado pelo “modo burguês de produção”, os autores concluíram que esta expansão mundial seria irremediável, devido à sua própria lógica de acumulação e desenvolvimento. Atingido um certo patamar, as contradições intestinas do sistema seriam ampliadas, provocando sua superação. Desta perspectiva, os autores, apesar de rejeitarem o capitalismo e conclamarem os trabalhadores a unirem-se contra ele, destacaram aspectos do seu desenvolvimento positivo.

“Desta perspectiva, era simplesmente ‘a vez’ histórica do capitalismo e, para poder um dia suprimi-lo para sempre, era preciso primeiro introduzi-lo, sustentá-lo, desenvolvê-lo e, de certo modo, avizinhar-se de seu conceito como suposto ‘modo de produção historicamente necessário’, em nome de um ‘desenvolvimento das forças produtivas’. ‘Preocupa-nos’, diz Marx já no prefácio da primeira edição de sua obra-prima, ‘não só o desenvolvimento da produção capitalista, mas também

a falta de seu desenvolvimento'. Essa frase poderia servir de chave para toda a história do 'marxismo'". (KURZ, 2000: 16)

Ainda segundo as análises de Marx e Engels, tanto o capital quanto o trabalho assalariado são forças universais, nascem conjuntamente e têm pretensões hegemônicas. No entanto, a mundialização, sob a égide do capital, impõe restrições e exclusões, enquanto que uma vez vitoriosa a revolução das forças proletárias, uma outra globalização seria instalada, uma globalização solidária.

Podemos concluir que, segundo estes parâmetros, a globalização não é um fenômeno novo, não se trata de um fato recente e não é, necessariamente, um mal ou um bem em si mesma. Também, principalmente a partir do pensamento marxista, não se trata do triunfo cabal do liberalismo econômico, como preconizado por Fukuyama. A globalização, pelo menos nos moldes que a concebemos, não representa o fim da história, o ponto final das disputas ideológicas. O próprio autor *de O fim da história e o último homem*, em sua obra mais recente, como já salientamos, reconhece que

"...existem dois processos atuando em paralelo. Na esfera política e econômica, a história parece ser progressiva e direcional e, no final do século 20, culminou na democracia liberal, como a única alternativa viável para as sociedades tecnologicamente avançadas. Contudo, na esfera social e moral, a história parece ser cíclica, com a ordem social indo e vindo no espaço de múltiplas gerações. Não há nada que garanta que haverá mudanças para melhor no ciclo. Nossa única razão para esperança é a poderosa capacidade inata humana para reconstituir a ordem social. Do sucesso deste processo de reconstituição depende a direção ascendente da flecha da História." (FUKUYAMA, 2000: 290).

Assim, segundo as análises apontadas, tanto caos quanto solidariedade são perspectivas possíveis do processo de globalização. Ao mesmo tempo em que potencializa e aprofunda o fosso entre os países ricos e os pobres, devido, principalmente, ao desemprego, deteriora as condições sociais na maior parte do mundo. Entretanto, no que se refere à ampliação da capacidade comunicativa, especialmente com o desenvolvimento da *Internet*, ela abre possibilidades até há pouco tempo impensáveis. A veloz e espantosa expansão

dos meios de comunicação, que possibilita rápida e intensa interdependência entre lugares e pessoas de diferentes raças, posicionamento político, crenças e religiões, tem consequências políticas e ideológicas imprevisíveis. Novos atores se comunicam e se organizam pela rede mundial, sem que, aparentemente, possam ser controlados por alguma força estatal.

Globalização, quando associada à integração do mundo pelas crescentes inovações tecnológicas e ao surgimento de novos atores, pode traduzir uma incomensurável força subversiva. Rouanet, por exemplo, ao comparar a força transformadora da imprensa com a *Internet*, afirma que as novas tecnologias de informação e comunicação poderão contribuir para o advento de uma democracia universal:

“Interligando milhões de pessoas, de todos os países do mundo, elas podem relativizar os reflexos nacionalistas, combater a xenofobia, facilitar a compreensão mútua entre as diversas culturas. E, uma vez criada uma democracia cosmopolita, as novas tecnologias serão um instrumento poderosíssimo para assegurar a comunicação e organizações, no bojo da sociedade civil mundial”. (ROUANET, 2000: 15)

No entanto, o autor adverte: “A *polis* digital não é a mesma coisa que a *polis* ateniense”. É claro que não, mas nunca tivemos um instrumento que pudesse ligar milhares de pessoas em comunicação ativa, ao mesmo tempo, em todo o mundo. Recentemente, a *Folha de S. Paulo* estampou, no alto de uma reportagem sobre o Irã, o subtítulo “Nova revolução: jovens compram CD's estrangeiros e navegam na *Internet*, burlando controle imposto pelo governo”. O repórter Luiz Antônio Ryff afirmou que, apesar de o governo de Teerã ter continuado vigilante aos velhos métodos, proibindo material ofensivo ao Islã em revistas e jornais, pouco poderia fazer para controlar o acesso à *Internet*, que ainda estava engatinhando e era clandestina no país, há menos de três anos. Para o autor da reportagem, o “Irã perde a guerra para a globalização”. (RYFF, *Folha de S. Paulo*, 4/junho/2000: A 21)

Com o capitalismo mundial, o sentimento é de que há algo errado, “alguma coisa está fora da ordem, fora da nova ordem mundial”. Apesar de os movimentos anti-globalização, como os de Praga, Seattle e Porto Alegre, terem repercussão mais na mídia do que na vida real e cotidiana das pessoas, esta crescente demonstração de mal-estar com o capitalismo global e sua politização em escala progressiva pode ser a gênese de um amplo e ruidoso processo de transformações institucionais.

Assim, embora o termo seja, por vezes, usado sob um foco estreito e distorcido, esta ideia central – a do rompimento dos limites geográficos – comporta entendimentos diversos. Os marxistas, por exemplo, pensavam a globalização sob dois diferentes aspectos: consequência da expansão do capital em busca de novos mercados a serem explorados (o que seria condição importante para se atingir o ápice da crise capitalista), e, a partir daí, uma segunda possibilidade – a da globalização resultante também da ação dos trabalhadores, ao promoverem a revolução proletária, com pretensões também universais.

Desde o início dos anos 60, o tema é abordado não somente como o do intercâmbio em escala crescente, realizado entre os países, mas constituído

“...pelo movimento cada vez mais rápido de reorganização espacial da produção industrial. (...) Desse movimento de internacionalização da produção, que se superpõe ao do intercâmbio, resulta que os espaços econômicos nacionais não mais coincidem com os territórios políticos” (MICHALET, 1984: 10).

Assim, desde então, a noção de economia mundial tem envolvido tanto os aspectos da circulação, quanto os da produção, simultaneamente. Ou seja, trata-se da expansão do modo de produção, como já salientava Marx e Engels no Manifesto:

“Graças ao vertiginoso desenvolvimento dos meios de produção e às facilidades incríveis dos meios de comunicação, a burguesia consegue atrair, irresistivelmente, todas as nações, mesmo as mais atrasadas, para o seu modelo de civilização. (...) Com mão férrea, obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, sob pena de desaparecerem, se não o aceitarem...” (MARX e ENGELS, 1984: 22).

Desta forma, a globalização é tratada, invariavelmente, como um processo essencialmente capitalista: o que se impõe como sistema de poder mundial é o capitalismo global, “matriz de um futuro sistema de poder mundial” (FURTADO, 1998: 7). O Prof. Rosemiro Leal explica:

“A globalização cria o fenômeno da mundialização da economia em padrões ideológicos que lhe são vantajosos, e, como o capitalismo não é fator de provisão de necessidades totais para todos, mas instrumento (ideário) de constante acumulação de lucros, sente-se que, à medida que o capitalismo grassa pela globalização, as economias que são por ele encampadas sofrem o trauma da inserção no Sistema Econômico Mundial (a nova Ordem Econômica do Capitalismo) até que se ajustem por completo aos pólos de hegemonia monetária e econômica”. (LEAL, 1999: 82)

Ianni, por sua vez, identifica três formas, épocas ou ciclos distintos na história do capitalismo. Primeiro, o capitalismo organiza-se nos moldes nacionais. É o período da revolução burguesa “que institui a produção de mercadorias, de valores de troca, compreendendo a dissociação entre o trabalhador e a propriedade dos meios de produção, o mercado, a mercantilização crescente das forças produtivas e relações de produção”. No segundo momento, o capitalismo transborda as fronteiras nacionais, conquistando novas terras, mares e oceanos. O comércio, a busca de matérias-primas, a expansão do mercado, o desenvolvimento das forças produtivas, a procura de outras e novas fontes de lucros, tudo isto “instituiu colonialismos, imperialismos, sistemas econômicos, economias-mundo, sistemas mundiais, em geral centralizados em capitais de nações dominantes, metrópoles ou países metropolitanos”. O terceiro e último ciclo seria o do capitalismo propriamente global. Declinam os estados-nações (as próprias metrópoles) em benefício de centros decisórios dispersos em empresas e conglomerados que se movem por países e continentes, ao acaso dos negócios, movimentos do mercado, exigências da reprodução ampliada do capital. “O que começa a predominar, a apresentar-se como uma determinação básica, constitutiva, é a sociedade global, a totalidade na qual, pouco a pouco, tudo o mais começa a parecer parte, segmento, elo, momento” (IANNI, 1999: 36-38). Portanto, o autor concorda que a globalização da sociedade “vinha

ocorrendo em décadas e séculos anteriores”, como já demonstramos anteriormente.

Via de regra, o termo globalização é empregado referindo-se ao terceiro ciclo exposto por Ianni. Como as transformações que nele ocorrem são profundas e surpreendentes, cria-se a noção de que se trata de um processo econômico rápido e recente. Tem-se a percepção de que a globalização seria um novo modelo. No entanto, os três aspectos fundamentais do processo – inovação, expansão e mundialização – estão presentes desde o início do capitalismo, apesar de agora estarem dinamizados pela conjugação de três forças poderosas: a terceira revolução tecnológica (microeletrônica, informática, comunicação, novos materiais e biotecnologia), a formação de grandes blocos comerciais e a crescente internacionalização e a interdependência dos mercados.

Considerando a globalização como um processo histórico de longa data, concluímos que é um equívoco tratar esta nova ordem como “o fim da história”, minimizando os problemas estruturais enfrentados pelo capitalismo em toda parte do globo. Apesar da visão apologética de alguns, os desajustamentos causados pela exclusão social de parcelas cada vez maiores da população, especialmente por meio de um crescente desemprego, emergem tanto nas ricas, quanto nas pobres economias.

Enquanto a mundialização, num processo crescente e acelerado, envolve cada vez mais os espaços do mundo, criando maior interdependência econômica entre as partes, o mesmo não acontece, na mesma medida, com as pessoas. Este processo pode ser global, no que se refere à absorção de espaços econômicos, tanto no nível da produção quanto no da circulação, mas está longe de ser realmente global, quando se trata da absorção de pessoas como consumidoras globais, como cidadãs do mundo. Assim, como a globalização incorpora mais espaços sob o seu raio de ação, devido ao desemprego, ela promove, também, maior exclusão e antagonismo, marginalizando um número cada vez maior de pessoas.

Portanto, globalização capitalista é, ao mesmo tempo, incorporadora e excludente. Por meio da expansão tecnológica, produz riqueza, mas também miséria e exclusão social pelo aumento do desemprego. Ao mesmo tempo em

que agrega as mais longínquas terras ao modo de produção dominante, marginaliza, em marcha contínua, milhares de pessoas desta sociedade, que, apesar de oferecer alta tecnologia e comodidade, não é solidária, não estende seus benefícios a todos. Universaliza-se a pobreza. Quanto mais se espalha a capacidade de produção de riqueza, mais rapidamente ela se concentra nas mãos de poucos, promovendo a privação da maioria.

Já se tornaram corriqueiras as manchetes relacionando globalização e precariedade social. Martin Wolf, colunista do *Financial Times*, em matéria intitulada “Crescimento da desigualdade” disse:

“Sabemos que 10% da população mundial se apropria de 70% de sua renda total e produz 70% de seus bens e serviços. No extremo oposto da escala, cerca de metade da população mundial vive com menos de US\$ 2 por dia. Esses bilhões de pessoas são responsáveis por apenas 6% da produção mundial. Essas desigualdades são o fato mais gritante em nosso mundo. Mas este mundo também nunca esteve tão integrado pela liberalização econômica e avanços tecnológicos conhecidos como ‘globalização’”. (WOLF, Jornal Valor Econômico, 26, 27 e 28 de janeiro de 2001: A13)

Essas desigualdades, em todo o mundo, se não são causadas, exclusivamente, pelo desemprego, são agravadas por ele. Bem como a mundialização, o desemprego é consequência endógena do “modo burguês de produção”. O impacto da internacionalização das cadeias produtivas é o desemprego em escala global. Logo, o pensamento marxista tinha razão: o capitalismo, ao necessitar ampliar-se em escala global, amplia também seus conflitos. Assim, há uma relação entre globalização e desemprego. Ambos são resultados da maneira como se organiza a produção sob a égide do capital.

Dupas, analisando dados em vários países centrais e alguns grandes países latino-americanos, diz que “as conclusões mostram, em primeiro lugar, taxas crescentes de desemprego na medida em que avançou a globalização, o que parece evidenciar uma tendência estrutural”. (DUPAS, 1999: 119)

Marx, no entanto, já havia esclarecido parte do fenômeno. Para ele, o processo de acumulação altera a relação entre a parte constante e a parte variável do

capital. A demanda de trabalho diminui progressivamente com o aumento do capital total, ela diminui relativamente à grandeza do capital total.

“A acumulação capitalista produz sempre, e na proporção de sua energia e de sua dimensão, uma população supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da valorização do capital, tornando-se, desse modo, excedente. (...) Por isso, a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz também, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população excedente. Esta é uma lei de população, própria ao modo de produção capitalista. (...) Este aumento (dos trabalhadores independentemente do crescimento absoluto da população) é criado pelo simples processo de ‘liberar’ continuamente parte dos trabalhadores, com métodos que diminuem o número dos empregados em reação à produção aumentada. Toda a forma do movimento da indústria moderna resulta, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em desempregados ou parcialmente empregados”. (MARX e ENGELS, 1983: 395-397)

Deste modo, paradoxalmente, a sociedade global possui duas características fundamentais: integração e marginalização. Integração devida à expansão econômica, e marginalização social devida ao desemprego. Quanto mais ampla a globalização, quanto mais amplo o processo de internacionalização comercial, quanto maior a integração produtiva, maior é o desemprego, maior é o número de pessoas desligadas do processo produtivo, maior é a instabilidade do trabalho. Como existe um estreito limite de absorção destas pessoas pelo *welfare*, devido tanto à aplicação das políticas neoliberais, quanto à redução da capacidade de intervenção dos governos locais, a marginalização excludente se espalha pelo mundo na mesma velocidade da globalização. Como já foi dito, ao lembrar o pensamento marxista, há um caráter suicida envolvido no processo capitalista globalizante. Milton Santos conclui que:

“O último período, no qual nos encontramos, revela uma pobreza de novo tipo, uma pobreza estrutural globalizada, resultante de um sistema de ação deliberada. Examinando o processo pelo qual o desemprego é gerado e a remuneração do emprego se torna cada vez pior, ao mesmo tempo em que o poder público se retira das tarefas de proteção social, é lícito considerar que a atual divisão ‘administrativa’ do trabalho e a ausência deliberada do Estado de sua missão social de regulação estejam contribuindo para uma produção científica, globalizada e voluntária da pobreza” (SANTOS, 2001: 72).

Assim, o desemprego estrutural, provocado pelo avanço tecnológico, mas também, entre outras razões, pela incrível mobilidade financeira estimulante de fusões de empresas em todos os setores, é, sem dúvida, um dos mais sérios desafios do mundo contemporâneo, tanto para os países ricos quanto para os países em desenvolvimento.

Além do desemprego estrutural, ganham lugar a subcontratação e a deterioração das condições de trabalho²⁶. Foi comum, ao longo destes anos, a redefinição das conquistas nas relações de trabalho, nas quais eram previstos a estabilidade, o acordo coletivo, a centralização das negociações nas datas-base e, por consequência, o fortalecimento da representação trabalhista. Com a internacionalização da economia, esta relação se tornou mais precária, com reflexos inevitáveis para o emprego. Assim, as desregulamentações neoliberais reduziram, substancialmente, a renda do trabalhador – portanto, ampliaram a exclusão social.

O novo padrão de acumulação, que maximizou a utilização de tecnologias em detrimento da mão-de-obra, engendrou, também, uma nova relação entre capital e trabalho. Os sindicatos, peça política central durante o *welfare*, hoje tentam minimizar o prejuízo. É evidente a diminuição de sindicalizados, como também é decadente sua capacidade de atuação política e econômica. Se, até recentemente, a agenda política de um país passava, necessariamente, por uma ampla discussão com os sindicatos, hoje a luta constante para manter os postos

²⁶ Segundo Márcio Pochmann, comparando-se dados do IBGE de 1979 com os de 1998, no Brasil diminuiu a proporção de trabalhadores com jornada legal (de 75% para 55%), aumentou a proporção de trabalhadores que fazem horas-extras (de 22% para 36%) e a proporção de desempregados triplicou, pulando de 3 para 9 em cada 100 pessoas que se encontravam no mercado de trabalho. Conclui o professor do Instituto de Economia da Unicamp: “Tanto na recessão econômica quanto na mudança estrutural do paradigma tecnológico, a redução da jornada de trabalho, mesmo sem a diminuição salarial, não implica, necessariamente, empregos adicionais, talvez a contenção dos já existentes” (Jornal Valor Econômico, 12/06/2000, p. A11). No primeiro trimestre de 2000, a taxa de desemprego foi a maior desde que o IBGE começou a medi-la, em 1983. No entanto, pela pesquisa, comparando-se dados de fevereiro de 1999, a queda no rendimento médio foi de 3,4%. Além disso, a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE mostrou a consolidação da tendência de aumento do trabalho informal. De um ano para outro (março de 1999 a março de 2000), o percentual de trabalhadores sem carteira assinada cresceu de 26,2% para 27,9%. A pesquisa demonstrou que o movimento para a informalidade é uma tendência em todas as metrópoles pesquisadas. (IBGE, *Pesquisa Mensal de Emprego*, abril de 2000).

de trabalho exige uma atuação localizada e dispersa. Além disso, a capacidade de resposta dos sindicatos ao desemprego e à sua fragilização política ainda é incipiente e sem resultado prático. Dupas comenta:

“As novas formas de organização do trabalho, mais flexíveis e menos hierarquizadas, colocaram um desafio vital para os sindicatos: como aglutinar em projetos político-sindicais comuns trabalhadores cada vez mais dispersos e em situação progressivamente precária? Apresentam-se dificuldades crescentes em gerenciar acordos coletivos e encontrar uma linguagem comum para interesses divergentes, especialmente em relação aos trabalhadores em postos flexíveis, que percebem os sindicatos como um clube de privilegiados preocupados em manter esses privilégios”. (DUPAS, 2000: 36)

Se a expansão capitalista gera inevitavelmente o desemprego, tornando-o fenômeno mundial, nos países pobres o quadro é ainda mais dramático. Pesquisa realizada pelo Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), divulgada em janeiro de 2000, dizia que o Brasil é o 3º no *ranking* do desemprego. O levantamento de dados oficiais de 141 países estudados mostrou que o crescimento do desemprego foi maior nos países pobres do que nos ricos. Nos países subdesenvolvidos, o número de desempregados era de 22,3 milhões de pessoas, em 75. Em 1999, atingiu 109,5 milhões. Assim, o percentual de desempregados nos países subdesenvolvidos, em relação ao total mundial, pulou de 59%, em 1975, para 79,4% (UNICAMP/Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho. (CESIT/ Pochmann in: www.unicamp.gov.br).

Desta forma, as desigualdades aumentam em todo o mundo, mas nos países em desenvolvimento são mais dramáticas, tanto porque o Estado perdeu capacidade de compensar as tendências concentradoras do mercado, como porque, proporcionalmente, estes países, devido à globalização, ficam, de forma progressiva, com a menor parte da riqueza produzida. Além disso, aumenta a disparidade entre trabalhadores qualificados e não qualificados, o percentual de informalidade, e, portanto, a exclusão e a desintegração social.

Segundo o Banco Mundial, a renda média nos 20 países mais ricos do mundo é, hoje, cerca de 40 vezes maior do que nas nações mais pobres. Há 40 anos, esse múltiplo era igual a 20, comprovando que, apesar de a riqueza mundial estar crescendo, mais rapidamente cresce sua concentração. A globalização engendrou crescimento, mas também a concentração da riqueza, não só entre pessoas, mas também entre nações. Como já se disse, não se trata de fato novo. Século XVII, colonialismo, século XIX, imperialismo, são exemplos históricos de expansão e acumulação. *“Não é por acidente que os períodos nos quais a desigualdade mundial cresceu mais rapidamente foram na segunda metade do século XIX e na segunda metade do século XX”*. (WOLF, Jornal Valor Econômico, 26, 27 e 28 de janeiro de 2001: A13)

Durante a reunião do Banco Mundial e do FMI em Praga, em setembro de 2000, o presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, um milionário ex-investidor, reconheceu que a crescente brecha entre ricos e pobres pode desestabilizar o mundo. Disse, segundo a *Folha de S. Paulo*, que “uma das coisas que podem desestabilizar os países desenvolvidos é a inquietação social no mundo, e acredito que os números são tão contundentes que esse é um risco real”. Para justificar suas conclusões, o presidente e funcionários do Banco Mundial apresentaram dados eloquentes:

“1) 20% do mundo controla 80% das riquezas;

2) há, em um planeta de 6 bilhões de habitantes, 2,8 bilhões de pessoas que sobrevivem com US\$ 2 por dia;

3) nos próximos 25 anos, a população planetária passará de 6 para 8 bilhões, um acréscimo que, quase todo, estará no mundo em desenvolvimento, justamente aquele que fica com a menor parte da riqueza. (...) ‘essas iniquidades não podem existir, sob pena de forçar a sociedade a pensar em termos de fratura social’. (...) ‘é do interesse (dos países desenvolvidos) aliviar a pobreza no mundo em desenvolvimento porque somos um só mundo, e, a menos que haja estabilidade e crescimento no mundo em desenvolvimento, não teremos um mundo pacífico’”. (Folha de S. Paulo, 2000: B6)

Em coro, Horst Köhler, diretor-gerente do FMI, disse: “No começo do novo milênio, estamos conscientes, também, de enormes problemas não resolvidos. O mais urgente deles é a pobreza, que se está tornando uma grande ameaça

para a estabilidade política mundial” (Jornal Valor Econômico, 27 de setembro de 2000: C5). E o próprio George Soros, um mega-investidor, em artigo reproduzido no mundo todo, reconheceu que “o sistema capitalista global produziu um ambiente de atuação muito irregular. O abismo entre ricos e pobres aumentou. Precisamos encontrar maneira de nos contrapor a isso” (Jornal Valor Econômico, 4 de julho de 2000: A11). Obviamente, não se trata de uma denúncia apocalíptica, uma revelação fáustica, mas a globalização, que se realiza sob o domínio econômico liberal, impõe uma excessiva carga de sofrimento e de privações a milhões de pessoas. No entanto, este projeto já se mostrou limitado e uma outra possibilidade se apresenta: a da construção de uma sociedade global, integrada e mais solidária.

É comum ouvir que *“o século 20 terminou com dois vitoriosos: o capitalismo e a democracia”* (BRESSER PEREIRA, 2001: 15). No entanto, em que medida é possível lograr legitimidade a esta ordem, nas condições atuais? Em que medida é possível legitimar uma ordem que promove, e cada vez com maior intensidade, a exclusão social pelo crescente desemprego estrutural? E, como considerar a democracia vitoriosa, se até mesmo o FMI diz que o atual nível de pobreza ameaça a estabilidade política mundial? Como considerar estável uma ordem que comemora o aumento do desemprego, como ocorreu no final do ano passado, em relação aos Estados Unidos? Lançar milhares de pessoas nas ruas pode ser considerado salutar, demonstração de eficiência econômica? Desemprego e fenômenos correlatos, exclusão social e a ideia de uma população “sobrante” são elementos geradores de profundas fraturas na sociedade civil e de desengajamentos sociais e morais, com efeitos ameaçadores sobre a percepção que os agentes sociais têm da democracia²⁷. O engajamento político coordenado seria impossibilitado pela primazia da contextualidade e da dispersão do mundo global e pela impotência do indivíduo em face às tendências globalizantes (GIDDENS, 1991: 150). Assim, a ideia de uma ordem política crescentemente democrática à medida que aumenta a capacidade de geração de riqueza não procede no modelo globalizado

²⁷ Com matéria denominada “Apoio à democracia cai durante governo de FHC”, o jornal Folha de S. Paulo publicou em 16/07/2000 pesquisa de opinião que constatou que metade dos eleitores entrevistados consideram a democracia o melhor regime. No entanto, a outra metade do eleitorado ficou indiferente se o regime é ou não ditatorial ou aceitam uma ditadura em certas circunstâncias.

contemporâneo, pois lhe faltam condições de gerar, na mesma proporção do seu crescimento, sua participação e sua igualdade. Segundo Hobsbawm, a julgar pela experiência das décadas de 70 e 80, não seria o mercado quem iria e poderia assegurar um mínimo de renda e bem-estar social para todos (HOBSBAWM, 1995: 555).

Não é aceitável que a âncora da nova ordem seja o desemprego. O desemprego ou o temor diante de sua possibilidade podem resultar em um processo intenso e imprevisível de questionamento das instituições democrático-representativas existentes. Além disso, dois pilares fundamentais da democracia atual estão passando por um processo profundo de transformação. Se está ultrapassada a antinomia Estado *versus* mercado, é bem verdade que o Estado, sob o neoliberalismo, reduziu significativamente sua capacidade de dirimir os males sociais, gerando mais incertezas e insatisfações. O interesse público, conduzido pelo Estado, não pode ser ofuscado pela dinâmica do mercado, maximizadora dos interesses privados, do individualismo e do consumismo, sob pena de fragilizar o próprio capitalismo. Este, para refrear suas contradições endógenas, que poderiam exacerbar suas limitações, carece de previsão e planejamento, funções exercidas essencialmente pelo Estado. O antagonismo entre Estado e mercado, como quer fazer crer a doutrina liberal, é insustentável historicamente. Para Marx, a existência mesma do capitalismo depende do Estado, instrumento fundamental da dominação de classe. Para Weber, o Estado é essencial para a operacionalidade da empresa capitalista. Para Keynes, os instrumentos de intervenção estatal foram a salvação da crise capitalista de 1929. Przeworski, Giddens, Evans, Claus Offe, dentre muitos, corroboram as ideias dos seus antecessores, reconhecendo que, apesar de instituições autônomas, são ambas fundamentais para a ação dos agentes econômicos.

Quanto aos sindicatos, a redefinição do seu papel na configuração e no desenvolvimento da política é primordial e é um desafio constante para reverter a lógica atual, transformando seus percalços em instrumentos de aglutinação e força. A globalização, rompendo fronteiras, possibilita maior mobilidade dos trabalhadores, o que pode se transformar em maior integração, e as inovações tecnológicas, especialmente a *Internet*, podem ser instrumental valioso de organização e expansão. O movimento sindical, diante da encruzilhada em que

se encontra, diante da crise de outras instituições, como os partidos, poderá vir a ser, se renovado, a célula social que sensibilizará a opinião pública de modo geral, apresentando-lhe os desafios e as alternativas que a sociedade enfrenta. Não é necessário lembrar que o Estado moderno *keynesiano* alcançou seu poderio incorporando políticas sociais com caráter distributivista, a partir de extensos protestos sociais, conduzidos, em boa medida, pelos sindicatos e que o mote reivindicatório foi justamente a crise capitalista, geradora de desemprego e de desestruturação produtiva.

Sendo assim, cremos que os mais graves problemas contemporâneos sejam de natureza política-ética. O desenvolvimento econômico agregado que vislumbramos, apesar de não ser linear, não impõe carências materiais. Pelo contrário, as inovações tecnológicas possibilitam, pela primeira vez na história do homem, superar a miséria. O problema é responder adequadamente a uma velha questão da Economia: como distribuir? Para quem produzir? A revolução produtiva que presenciamos, e que ainda terá desdobramentos fantásticos, potencializa um nível de bem-estar sem precedentes para a humanidade. Segundo Milton Santos, considerando, como disponibilidade e como possibilidade, o que é o mundo atualmente

“...acreditamos que as condições materiais já estão dadas para que se imponha a desejada grande mutação, mas seu destino vai depender de como disponibilidades e possibilidades serão aproveitadas pela política. Na sua forma material, unicamente corpórea, as técnicas talvez sejam irreversíveis, porque aderem ao território e ao cotidiano. De um ponto de vista existencial, elas podem obter um outro uso e uma outra significação. A globalização atual não é irreversível” (SANTOS, 2001: 174).

Além disso, a globalização, estabelecendo uma inter-relação, em escala mundial, entre diferentes regiões e pessoas, fez com que os grandes problemas contemporâneos se tornassem questões globais, que desafiam a todos em todos os lugares. Pensar no exercício de uma cidadania global, potencializada pela *Internet*, telefonia, computação, etc. é um desafio político crucial para minimizar o mal-estar generalizado deste início de século.

“O desafio é como possibilitar, na era dos homens ‘vazios’, voltados às escolhas privadas, redescobrir uma macroética, válida para a humanidade no seu conjunto. Faz-se necessária uma nova teoria da responsabilidade, que recoloca o último pensamento ético, o do indivíduo como sujeito moral de sua conduta. Ela tem que se concentrar na humanidade frágil e perecível, perpetuamente ameaçada pelos poderes do homem, que se tornou perigoso para si mesmo, constituindo-se agora em seu próprio risco absoluto. (DUPAS, 2000: 115)

Assim, deparamos com inúmeras questões e alternativas. A globalização impõe a necessidade de fazer opções entre caminhos excludentes. O ritmo frenético dos acontecimentos e a heterogeneidade de visões e interesses impõem a necessidade de respostas rápidas. Um novo homem está por se constituir. Se será mais feliz, mais solidário, ou se irá prosseguir no caminho atomista, da realização mesquinha e individual, no consumismo alienante, isto dependerá das ações que tomarmos hoje. A constituição de uma nova sociedade civil global, sob uma nova hegemonia, que usufrua os benefícios da recente revolução tecnológica em benefício da grande maioria de seus cidadãos, é uma possibilidade que exige conscientização e determinação política. Assim, a ideia de um ponto final, de término da história, de “fim”, que a ideologia predominante relaciona com a globalização, pode ser radicalmente transformada. Estamos, realmente, é diante da possibilidade de um novo começo. O desencantamento com o mundo e o mal-estar da civilização, neste início de século, podem ser reveladores do desejo de uma nova sociedade.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Perry. *O fim da história: de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. (org.). *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos*. São Paulo: Boitempo, 1997.

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

_____. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

ARRIGHI, Giovanni e SILVER, B. J.. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001.

BANCO MUNDIAL. www.invertia.com.br, 1/10/2001 atualizado às 18:10 hs.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. *A economia como ela é*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Globalização Estado e capital financeiro. In: CARRION, Raul K. M. e VIZENTINI, Paulo G. F. (orgs). *Globalização, neoliberalismo, privatizações: quem decide este jogo?* Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

_____. Prefácio. In: OLIVEIRA e MATTOSO (orgs.). *Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado*. São Paulo: Scritta, 1996.

_____. *Keynes, o retorno*. In: Folha de S. Paulo, 17 de fevereiro de 2002, p. B2.

BENJAMIM, César [et. al.]. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BENJAMIM, César, ELIAS, Luiz Antônio, MINEIRO, Adhemar dos Santos (orgs). *Visões da crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário em crise*. São Paulo: Boitempo, 1998.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. *As ideologias e o poder em crise*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

_____. *Estado, governo, sociedade; por uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BOBBIO, N., MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G.. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Do Estado patrimonial ao gerencial. In: SACHS, I., WILHEIM, J. e SÉRGIO, P. (Orgs.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *Bons ventos te trazem, século 21*. Folha de S. Paulo, Caderno mais!, 25 de fevereiro de 2001, p. 14-15.

CARRION, Raul K. e VIZENTINI, Paulo G. F.. *Globalização, neoliberalismo, privatizações, quem decide este jogo?* Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

DAHL, Roberto. A. *Um prefácio à democracia econômica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

_____. A. *Um prefácio à teoria democrática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *Ética e poder na sociedade da informação*. De como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

DREIFUS, René Armand. Corporações estratégicas e Estados nacionais: os protagonistas do grande jogo. In: MINEIRO, A. S., ELIAS, L. A. e BENJAMIM, César. *Visões da Crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. O futuro do welfare state no nova ordem mundial. *Revista Lua Nova*, Cedec. N° 35, p. 73-111, 1995.

EVANS, Peter. O Estado como Problema e Solução . *Revista Lua Nova*, Cedec. N° 28/29, p. 107-156, 1993.

FIORI, José Luís. *Brasil no Espaço*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

FUKUYAMA, Francis. *A grande ruptura*. A natureza humana e a reconstituição da ordem social. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

_____. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. *A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GOLDENSTEIN, Lídia. *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GÓMEZ, José María. Globalização da política: mitos, realidades e dilemas. In: GENTILI, Pablo. (org.). *Globalização excludente*. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

_____. *Política e democracia em tempos de globalização*. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO; Rio de Janeiro: LPP – Laboratório de Políticas Públicas, 2000.

GRAY, John. *Falso amanhecer: os equívocos do capitalismo global*. Rio de Janeiro, Record:1999.

HAYEK, Friedrich A. von. *A pretensão do conhecimento*. In: Humanidades, Vol. II, n° 5, out-dez/83. Brasília: UnB, 1983.

HIRST, Paul. *A democracia representativa e seus limites*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

HIRST, Paul & THOMPSON, Grahame. *Globalização em questão*. Petrópolis: Vozes, 1998.

HOBBSAWM, Eric. *O novo século*. Entrevista a Antônio Polito. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *A falência da democracia*. Folha de S. Paulo, Caderno mais!, 9 de setembro de 2001, p. 6-7.

HUNT E. K. e SHERMAN, Howard J. *História do pensamento econômico*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

HUNTINGTON, Samuel. *A terceira onda: a democratização no fim do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.

IANNI, Octavio. *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. *Estado e capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IBGE. *Pesquisa Mensal de Emprego*, abril e setembro de 2000. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acessado em 02/02/2012.

www.ipea.gov.br. Acessado em 01/02/2012.

KARTZ, Cláudio e CAGGIOLA, Osvaldo. *Neoliberalismo ou crise do capital?* São Paulo: Xamã Editora, 1995.

KEYNES, J. Maynard. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Os Economistas. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996

_____. *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Marx depois do Marxismo*. Folha de S. Paulo, Mais! nº 450. São Paulo: 24 de setembro de 2000.

LEAL, Rosemiro Pereira. A casualidade ilusória da globalização. *Revista Plural* nº 12. Belo Horizonte, Faculdade de Ciências Humanas – FUMEC, 1999.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. A globalização, as instituições democráticas e o indivíduo. *Caderno de Debate Plural*, nº 12, outubro de 1999.

LIZST, Vieira. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

MALDONADO FILHO, Eduardo. Globalização e neoliberalismo: o surgimento do novo ou a volta ao passado? In: Raul K. M. Carrion e Paulo G. Fagundes Vizentini. *Globalização, neoliberalismo, privatizações: quem decide este jogo?* Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

MARKOFF, John. Globalização e democracia: conexões conturbadas. In: BARROSO, João Rodrigues. *Globalização e identidade nacional*. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINS, Luciano. *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MARX, K., ENGELS, F. *história. Grandes cientistas sociais*. São Paulo: Editora Ática, 1983.

_____. *O manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Global Editora, 1981.

MELLO, Alex Fiúza. *Capitalismo e mundialização em Marx*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

MELLO, João Manoel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MICHALET, Charles-Albert. *O capitalismo mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MUSGRAVE, R. A. *The theory of public finance*. New York: McGraw-Hill, 1959.

NAKANO, Yoshiaki. *Globalização competitividade e novas regras de comércio mundial*. Revista de Economia Política, vol. 14, nº 4 (56), outubro-dezembro/94.

NOGUEIRA, M. Aurélio. *As possibilidades da política*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

OFFE, Claus. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Universitário. 1984.

OLIVEIRA, Francisco. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

PRZEWORSKI, Adam. A falácia neoliberal. *Lua Nova*, Cedec. Nº 28-29, 1993.

_____. A Reforma do Estado: Responsabilidade Política e Intervenção Econômica [1995]. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32:18-40, outubro de 1996.

_____. *Estado e economia no capitalismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumalá, 1995.

_____. O Estado e o cidadão. Ensaio apresentado no Seminário Internacional “*Sociedade e Reforma do Estado*”, São Paulo, 26 a 28 de março de 1998.

RATTNER, H. *Impactos sociais da automação: o caso do Japão*. São Paulo: Nobel, 1988.

REIS, Bruno Pinheiro Wanderley. *Modernização, mercado e democracia – política e economia em sociedade complexas*. IUPERJ, tese de doutorado, 1997.

REIS, Fábio Wanderley. *Mercado e utopia: teoria política e sociedade brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

REIS, Márcio Carneiro dos. Estado e mercado na teoria econômica e na história do capitalismo: uma introdução ao estudo da intervenção governamental. In: *Aspectos recentes da economia e da política brasileiras*. Itáúna: Universidade de Itáúna, 2000.

Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: www.pnud.org.br. Acessado em 10/06/2001.

REZENDE, Fernando (et al). *Aspecto da participação do governo na economia*. Rio de Janeiro: IPES/INPES, 1976.

RICUPERO, Rubens. Os EUA e o reordenamento do sistema internacional. Mercados, poder e o futuro. *Braudel Papers*, nº 6, março/abril de 1994.

RICUPERO, Rubens e GALL, Normam. Globalismo e localismo. *Braudel Papers*, nº 17. Disponível em: www.braudel.org.br. Acessado em 01/04/2001.

ROMONET, Ignacio. *Geopolítica do caos*. Petrópolis: Vozes, 1998.

ROUANET, Sérgio Paulo. *Da polis digital à democracia cosmopolita*. *Folha de S. Paulo*, Mais! N° 432, 21 de maio de 2000.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie*. Os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Editora Record, 2001.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Paradoxo do liberalismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada*. São Paulo: Ática, 1994.

SEN, Amartya. *A pressa e a retórica do confronto: dez teses sobre a globalização*. Folha de S. Paulo, Caderno mais!, 9 de setembro de 2001, p. 9.

_____. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, Paul. Um histórico da globalização. Anais do *II Encontro Nacional de Economia Política*. São Paulo: PUC, 1997.

SLATER, Robert E. et all. *Global transformation and the Third World*. Lynne Rienner Publishers, Boulder Adamantine Press, London, 1993

SMITH, Adam. *A riqueza das nações – investigação sobre sua natureza e suas causas*. Os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

TAVARES, M. Conceição. *O planejamento em economias mistas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1988.

TAVARES, M. Conceição e FIORI, J. Luís. *Desajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____ (orgs). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

TOURAINÉ, Alain. *A política contra a cegueira*. Folha de S. Paulo, Caderno mais!, 27 de janeiro de 2002, p. 9.

_____. *A situação pós-liberal*. Folha de S. Paulo, 8 de outubro de 1995.

_____. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. Terceira via é a direita. Entrevista à Mosés Rabinovici. *Revista Época*, 04 de janeiro de 1999, p. 26-27.

VELLOSO, João Paulo dos Reis (coord.) [et. al]. *A nova estratégia industrial e tecnológica: o Brasil e o mundo da III Revolução Industrial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.

VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

VIOTTI, Eduardo Baumgratz. *A economia e o Estado capitalista*. Petrópolis: Vozes, 1986.

VIZENTINI, Paulo Fagundes e CARRION, Raul (org.). *Século XXI, barbárie ou solidariedade: alternativas ao neoliberalismo*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS. 1998.

WALLERSTEIN, Immanuel. A reestruturação capitalista e o sistema-mundo. In: GENTILI, Pablo. *Globalização excludente*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

_____. Wallerstein desfaz a 'ilusão do progresso'. Entrevista à Folha de S. Paulo. *Folha de S. Paulo*, 10 de fevereiro de 2001, p. A7.

WALRAS, Léon. *Compêndio dos elementos de economia política pura*. Os economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

WEBER. Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1987.

_____. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1994.

WILHEIM, J. e SÉRGIO, P. (orgs). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

WOLF, Martin. *O novo desafio americano*. *Jornal Valor Econômico*, 14 de fevereiro de 2002, p. A9.